

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rodrigo José Teixeira

Linguagem Profissional e o Lugar da Experiência:
interações no cotidiano institucional dos assistentes sociais

Mestrado em Serviço Social

São Paulo
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rodrigo José Teixeira

Linguagem Profissional e o Lugar da Experiência:
interações no cotidiano institucional dos assistentes sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli.

São Paulo

2008

Banca Examinadora:

*Dedico esta dissertação a minha família:
a que me formou: Maria Lúcia, José Francisco e Rodolfo;
e a que escolhi: Luis Augusto e Fabiana*

AGRADEÇO...

À minha mãe Maria Lúcia, mulher que admiro a cada dia, que a seu modo inova o ser mulher, mãe, amiga, trago comigo sua força, sua jovialidade, seus cafunés, e carinhos, obrigado pelo cuidado, dedicação e amor.

Ao meu pai José Francisco, que me ensinou as lições mais simples, mas as essenciais para a vida adulta. Essa passagem não é fácil, eu só consigo realizar a travessia porque tenho onde voltar. Eu o amo muito.

Ao meu irmão Rodolfo, nossas diferenças que se acentuavam na meninice hoje desaparecem, meu irmão de ombros largos, caibo e quero teu aconchego. Vai meu irmão, segue seu rumo, o mundo te espera.

Ao Luís Augusto, Augusto, Luís, Gu, Gugu, enfim, meu amigo, meu poeta. Obrigado por compartilhar comigo a casa, as despesas e a Vida. Contigo me lembro de ser simples, quero estar ao teu lado sempre, obrigado pelas calorosas noites paulistanas regadas a vinho e poesia...

À Fabiana Itaci, companheira de casa, de compras, de festas, tão querida, amada, contigo aprendi a acreditar nos relacionamentos. Seu jeito obstinado e apaixonado pela vida e pelas coisas que realiza me ensina muito, obrigado pelas leituras atentas e por dividir momentos tão importantes.

À Leile, flor que o serrado nos presenteou, sua presença marcante, forte, mulher! Viver com você em São Paulo foi fundamental para extrapolar em nós o estrangeiro que nos reside. Eu concordo com você: “é melhor ser alegre que ser triste...”, mesmo quando penso que a “tristeza não tem fim, felicidade sim!”. “ah, que falta você me faz”.

À Profa Dra Maria Lúcia Martinelli, grande educadora, que com maestria conduziu-me pelos caminhos que escolhi. Contigo aprendi que há poesia em todos os espaços, que é possível escrever uma dissertação sem ser pesada, obrigado pela leveza, pela atenção e pelo afeto.

À Maria Fernanda Teixeira Branco Costa, minha amiga Fê, minha irmã. Você é uma das grandes responsáveis por estar aqui. Obrigado por me cruzar a ponte, me pegar pelas mãos e me mostrar caminhos tão incríveis. Obrigado por compartilhar comigo aquilo que tens de mais valioso: suas experiências.

Ao Alan, amigo que escolheu outras terras, mas que trago no coração, compartilhamos o estrangeirismo, “siga seu caminho pássaro contente”.

À Luiza Carla Casseiro, minha amiga, irmã, “confidente fiel”, contigo treino o cuidado, cuido-te/cuida-me.

Ao Paulo Henrique Souza Ebling, meu querido amigo de todas as horas, obrigado por me mostrar que, às vezes, é preciso parar a fim de seguir viagens por outras paisagens.

Ao Beto, sempre me acolhendo nos momentos de mudança, seu cuidado por mim me deixa seguro. Obrigado por todos os momentos: os alegres e os difíceis.

À minha avó Inez, obrigado pelas orações, pelo cuidado e por suas ligações sempre tão carinhosas; à Márcia, que me entende sem perguntar nada; e à Letícia que me mostra que ser criança é possível, que me pede livros, que me ensina a gostar da França.

À Vanessa Freitas do Nascimento, amiga querida, tão de repente entrou na minha vida, e tão gratuitamente se estabeleceu.

Aos meus amigos cariocas, Márcio de Souza e Ricardo, mais que abrir a casa para me hospedar, presenteiam-me com a amizade de vocês. Márcio, muito obrigado por estar sempre perto, mesmo distante.

Aos dois amigos queridos Jeanete e Tico, a saudade alimenta a esperança e a amizade. Obrigado por mesmo longe torcer pelas minhas conquistas.

À Francis Ferreira de Almeida, amiga de sempre.

À Taciana Ignês Padilha de Souza, minha amiga Tatá, artista de tantos palcos, artista da vida cotidiana, o centro de Piracaia ficou pequeno para nós, sonhávamos em viajar, viajamos, por estradas e pela imaginação. Contigo trocarei “balinhas” para sempre!

Aos amigos que fiz na Faculdade de Mauá – FAMA, Francisca, Mauricléia, Raiane, Áurea, Márcia, Heloisa, Wanderson, Marcelo, Fábria, Marina, colegas de trabalho e de discussões; aos alunos do curso de Serviço Social da FAMA que constroem comigo identidades de docente e assistente social.

À Maria Liduina de Oliveira e Silva, minha querida Lidú, obrigado pela generosidade que exala de ti, contigo tenho aprendido a cada dia. Muito obrigado...

À Ana Livia Adriano, minha amada Aninha, compartilhar momentos prazerosos contigo é um privilégio. Muito obrigado pelas indicações, pelos cinemas, pelos bares, pela tua escuta tão atenta e, por tua “risada mais gostosa”.

Aos meus primeiros formadores, professores do curso de Serviço Social da Universidade de Taubaté, pelo incentivo, por acreditar que poderia realizar o mestrado, sei o que de cada um trago para a construção dessa pesquisa: à elegância da Dora, a garra da Regina, à “subjetividade” do Leo, à contribuição via tese da Mabel, à lucidez da Elisa...

Aos contribuintes que permite ao CNPq repassar bolsas de fomento.

Às assistentes sociais que tive o prazer de entrevistar, obrigado por compartilharem comigo momentos tão agradáveis, vocês trouxeram os “tons vitais” dessa dissertação. Suas experiências são demasiadamente importantes para esta pesquisa.

RESUMO:

A presente dissertação tem como objetivo principal compreender a construção da linguagem profissional dos assistentes sociais e sua relação com a consciência, cultura e experiência. Trabalhar com esta temática possibilita compreender as concepções de homem e de mundo dos profissionais, construídas através de suas experiências, dos determinantes culturais que compõem suas escolhas e da sua ação profissional efetivada no cotidiano dos espaços sócio-institucionais, por meio da linguagem utilizada. Linguagem compreendida nesta pesquisa como materialidade da consciência, produto das relações sociais e das experiências profissionais e pessoais. Experiências compreendidas a partir de sua historicidade e como resultado das relações sociais profissionais. A metodologia de História Oral foi fundamental nesta pesquisa, uma vez que, busca pela historicidade e pela experiência trazendo o sujeito ao centro da investigação. Trabalhar com depoimentos relacionados à história de vida dos sujeitos, suas experiências profissionais e pessoais, permitiu-me compreender como os assistentes sociais constroem a linguagem no exercício profissional. Por meio da metodologia de História Oral foi possível buscar os significados que os assistentes sociais atribuem as suas práticas profissionais vinculadas às linguagens construídas no cotidiano. Ao suscitar a memória, por meio da História oral, compreendi a construção da linguagem profissional como processo histórico repleto de movimentos e transformações. Um aspecto importante abordado nesta dissertação foi a relação da linguagem profissional e o projeto ético-político do Serviço Social, a linguagem profissional revela este projeto, assim como evidencia que estes projetos estão em disputa, entre si e nos espaços institucionais, uma vez, que ao contratar o assistente social o empregador prescreve suas atribuições; neste sentido pode, muitas vezes confrontarem-se os projetos profissionais e os projetos institucionais. Portanto a linguagem, fruto das experiências, das determinações históricas, sociais e culturais constrói um lugar próprio, como forma de existir e resistir, uma estratégia. Lugar este autônomo onde a experiência ocupa um lugar especial, como produtora de saberes.

Palavras-chave: Linguagem, Linguagem Profissional do Serviço Social, Experiência, Projeto Ético-político do Serviço Social.

ABSTRACT:

The main objective of this essay is to understand the construction of the professional language of social workers and their relationships with conscience, culture and experience. Working with this theme enables understanding of the conceptions of men and of professional world, built through their experiences, of determinant cultural aspects that are part of their choices and their daily professional actions in social-institutional places, through the used language. The language understood in this research as the materiality of conscience, product of social relationships and personal, and professional, experiences. Experiences understood from its historicity and as a result of professional relationships. The methodology of Oral History was a key part in this research, once it looks for historicity and for experience, bringing the subject of this matter to the investigation's center. Working with testimonials related to life's history of subjects, their professional and personal experiences, allowed me to understand how social workers build language in professional exercise. Using Oral History's methodology it was possible to search for the meaning that social works assign to their social practices bound with language that is daily built. When raising the memory, through oral history, I understood the construction of professional language as a historic process filled with movement and transformations. One important aspect regarded in this essay was the relation of professional language and the ethical-political project of Social Service, the professional language reveals this project, as it shows evidence that these projects are in dispute, amongst each other and in institutional spaces, once, when hiring a social workers, the employer prescribes its duties, in this sense, many times, it may, confront the professional project with the institutional project. So the language, fruit of experience, of historical, social and cultural determinations, builds its own place, as a form of existence and resistance, a strategy. This autonomous place where experience is in a special place, as a knowledge producer.

Key-Words: Language, Professional Language of Social Service, Experience, Ethical-Political Project of Social Service.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – PONTOS DE PARTIDA.....	20
1.1. Linguagem.....	21
1.2. Linguagem e Consciência.....	24
1.3. Linguagem, Cultura e Experiência.....	29
1.4. Linguagem Profissional.....	36
CAPÍTULO II – UM CAMINHO: a metodologia de História Oral.....	47
2.1. História Oral.....	49
2.1.1. Os Sujeitos da Pesquisa.....	53
2.2. Trajetória Pessoal.....	59
2.3. Estágios.....	74
2.4. Trajetória Profissional.....	81
2.5. Cotidiano Profissional.....	99
2.6. Projeto ético-político.....	112
2.7. Linguagem Profissional.....	120
2.8. Ações Profissionais Alteram Trajetórias de Vida.....	123
CAPÍTULO III – LINGUAGEM PROFISSIONAL E PROJETOS EM DISPUTA.....	127
3.1. “[o] projeto tem que fazer sentido na sua vida cotidiana”.....	129
3.2. “esses projetos estão em disputa, tem discursos em disputa”.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
BIBLIOGRAFIA.....	154

INTRODUÇÃO

*Falando de linguagem, procuro usar, forjar uma linguagem própria. Uma linguagem de assistente social. Na saúde mental eu escrevia muito pouco, anotava pouco, mas minha linguagem ainda era impregnada do discurso médico. **Desenvolvi uma linguagem própria no tribunal**, tendo que escrever (...) eu via, com todo respeito, eles [assistentes social] usando termos do direito, citam leis (...) quem usa uma linguagem de uma disciplina, como o direito, está pensando como um jurista. E eu estou ali exatamente, pra fornecer, articular, pra trazer ao campo do juízo aquilo que a lei não dá conta. Tenho que usar uma linguagem do Serviço Social para interpretar uma demanda que chegou à justiça e que os argumentos legais não deram conta. Esta é a razão pela qual o juiz pede um estudo e um parecer. (Luiza)*

*“Eu tenho uma espécie de dever,
de dever de sonhar
de sonhar sempre.
Pois sendo mais do que
um espectador de mim mesmo,
eu tenho que ter o melhor espetáculo que posso.
E assim me construo a ouro e sedas,
em salas supostas, invento palco, cenário para viver o meu sonho,
entre luzes brandas e músicas invisíveis.”
(Fernando Pessoa)*

Iniciar a elaboração de uma Introdução não é uma tarefa fácil, pois esta dissertação não diz respeito somente ao trabalho realizado nos últimos dois anos de dedicação aos estudos de pós-graduação em Serviço Social no nível de mestrado, mas traz em si elementos de uma trajetória que, mesmo jovem, construiu-se em processo, nas experiências e no cotidiano da profissão.

Esta pesquisa teve por objeto a construção da linguagem profissional do assistente social e suas relações com consciência, experiência e cultura. Os objetivos constituem-se em compreender os processos dessa construção e perceber como a linguagem profissional do Serviço Social se constitui no fazer profissional cotidiano.

Estas indagações se originaram quando ainda estava na Graduação do curso de Serviço Social (2001 a 2004) e uma primeira aproximação se encontra na monografia final apresentada à Universidade de Taubaté, em dezembro de 2004, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Fernanda Teixeira Branco Costa.

Os questionamentos que naquele instante me desafiavam surgiram, em um primeiro momento, das experiências nos campos de estágio e ganharam corpo no cotidiano de trabalho ao verificar que alguns profissionais utilizavam uma linguagem profissional que não me parecia estar em consonância com a direção social da profissão. Esses questionamentos referiam-se mais concretamente à existência ou não de uma linguagem profissional.

Durante o período de formação, ao realizar a prática de estágio, era comum ouvir dos profissionais assistentes sociais frases como: “Ah, esses adolescentes não têm jeito mesmo!”, “Aquela adolescente está grávida de novo? Também, não ouve nada do que a gente fala”, “o menino foi para a FEBEM porque mereceu, era terrível!”, “Mais uma vez aqui!”, “Nem adianta vir na semana que vem que não tem cesta básica” e assim poderia elencar outras.

Ao entrevistar assistentes sociais para a construção da monografia, buscando conhecer sua experiência profissional, obtive os seguintes relatos:

Silvia Martins¹:

A visita é muito importante, porque é lá que você vai estar realmente verificando a necessidade dele e geralmente não é só a cesta básica. O Serviço Social é muito amplo, às vezes começa com uma cesta básica, quando você vai na casa, meu Deus! Tem um monte de problemas! (...) Primeiramente observo o horário que a pessoa está me atendendo e o que ela está fazendo. Por que às vezes você bate palmas e a pessoa ainda está dormindo em plena nove, dez horas da manhã. Por incrível que pareça eu ainda sou uma profissional das antigas, observo a limpeza da casa.

Fernanda Garcel²:

Com os adolescentes eu procuro entender: que fase eles estão? Com que idade eles estão? Será que não faz parte do processo? Qual é o nosso papel quanto educador? Será que punir é a solução? Hoje, estou muito a fazê-los pensar, já fui mais punitiva, hoje não. A gente tem que compreender quem é o nosso usuário. Quais demandas eles trazem? Atendemos adolescentes de 14 anos, o que significa ter 14 anos? Será que falar um palavrão, mexer com o colega, tirar o boné um ou do outro, querer usar o boné na sala quando não pode, será que não é fase da vida deles. (...) Não podemos só aplicar medidas educativas, é uma coisa muito fechada.

Na FUNDHAS [Fundação Hélio Augusto de Souza], em todas as unidades, o assistente social é punitivo. É o papel que passam para ele do nosso trabalho, acontece que a gente tem que mostrar o outro lado.

¹ Silvia Martins: assistente social do Departamento de Ação Social da Prefeitura Municipal de Taubaté – SP, a entrevista realizou-se em 02/06/2004.

² Fernanda Garcel: assistente social da FUNDHAS, São José dos Campos, a entrevista se realizou em 03/06/2004.

Flávia Kisterman³:

Criança eu não atendo na sala, vou lá para baixo. Por que criança você já tem todo um trabalho. Atendo mais no lúdico, sempre com um brinquedo, com um desenho, por que no lúdico ela vai se soltando. (...) Criança é muito diferente por que ela pede para ver o Juiz, sonha com o Juiz, tudo é o Juiz, é quem vai decidir. Faço questão de levar as crianças para conhecê-lo.

Ao perguntar sobre o que pensam da linguagem profissional do Serviço Social, as mesmas me responderam:

Silvia Martins:

Eu acho que não há. Em termos acadêmicos há uma linguagem, aqui na Prefeitura não temos não, essa linguagem própria é de cada assistente social.

Fernanda Garcel:

Eu acho que não! A linguagem se dá no contato. Existe uma linguagem, a teoria coloca algumas questões. Vai depender do contato, da pessoa com quem se está conversando.

Flávia Kisterman:

Primeiro, o que é linguagem? É um instrumento e produto social e histórico, estou dando um enfoque sócio-histórico, pois é o qual acredito e atuo. Grande parte da linguagem profissional será adquirida na graduação e no fazer profissional. Mas, a sua história de vida também constituirá a linguagem. Não está separada do seu “eu” Rodrigo, nem do meu “eu” Flávia. (...) Você precisa dar respostas coerentes à realidade, para que sua ação não seja alienada, isso se dá por meio da linguagem. Como você vai elaborar essa linguagem? Vou ter que planejar, lembrar do fato vivenciado, simbolizar e idealizar sem isso eu não tenho a linguagem.

Minhas indagações se dirigiam para uma aproximação da temática que hoje desenvolvo na caminhada da pós-graduação.

³ Flavia Kisterman: assistente social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, alocada na cidade de Guaratinguetá – SP, a entrevista foi realizada em 12/08/2004.

Compreendi então que alguns profissionais reproduziam discursos moralizantes e não construíam uma linguagem profissional do Serviço Social ao realizar seus atendimentos, uma vez que os faziam desvinculados de uma postura ética e distanciados de concepções de sujeito como construtor e protagonista de sua história, desconsiderando os determinantes históricos e sociais que devem ser compreendidos ao realizar os atendimentos sociais.

Tais discursos foram compreendidos na dimensão trazida por Chauí (1990 p. 06 – 11) quando trata do discurso competente, como explicita a autora: discurso instituído, institucionalmente aceito, de um lugar do qual só o especialista tem autorização para falar, pois utiliza da ciência para dissimular a dominação; o discurso competente é marcado pela ausência de sujeito, pois estes são remetidos a objetos sociais e, na especificidade do Serviço Social, um agravante, esvaziados de substância ética. Como o exemplo já citado, “*o menino está na FEBEM porque mereceu, era terrível*”, discurso completamente destituído de uma postura ética, que ao invés de aproximar o sujeito da ação profissional o distancia, culpabilizando o próprio adolescente por sua condição.

Esses posicionamentos provinham muito mais por parte dos profissionais que eu encontrava no cotidiano institucional do que dos sujeitos presente na pesquisa para a monografia, pois há diferentes projetos que ancoram e fundamentam as ações profissionais.

Acredito que, partindo de práticas moralizantes, acentuamos o lugar do usuário como receptor de informações, desconsideramos sua história de vida, não propomos autonomia e ficamos muito longe de estimular, partindo das práticas do Serviço Social, o protagonismo dos sujeitos.

Entendo por “práticas moralizantes” o enquadramento dos usuários em um modo determinado, o que Verdès-Leroux (1986, p. 15) vai analisar como sendo o modo de “impor, como se fosse universal, um sistema único de representações e de comportamentos – o da classe dominante -, desqualificando ao mesmo tempo, o modo de vida da classe dominada”. Essa imposição ocorre no e por meio do discurso construído pelos profissionais de Serviço Social e não por uma linguagem profissional. O que a autora vai analisar no início do século XX – e que ainda hoje

parece ser válido – é que o trabalho social passa a ser um trabalho moral e os assistentes sociais passam a ser “tutores morais”.

Cabe ressaltar que nesta dissertação trabalho com a concepção de linguagem profissional como materialidade da consciência, produto das relações sociais profissionais, que carrega consigo a direção social da profissão, estabelecida em um patamar ético com bases teórico-metodológicas assentadas na dimensão política da ação profissional. Ou seja, se a linguagem revela a matriz teórica e filosófica, o discurso é sua operacionalização. O que encontrei no cotidiano institucional, ao iniciar meus contatos com profissionais nos ambientes sócio-institucionais, foram assistentes sociais que utilizavam um discurso esvaziado de ética e que impunham a sua moral, ou seja, que praticavam uma ruptura entre linguagem profissional e o discurso habitual.

Entendo, segundo Vazquez (2006), que a moral existe para cumprir uma função social e origina-se no desenvolvimento da sociabilidade.

Por moral, nesta dissertação, entende-se um conjunto de valores que buscam, segundo Barroco (2001, p. 48) integrar os indivíduos através dessas normas, as quais se impõem como universais e únicas.

Cabe compreender que a linguagem profissional constitui uma dimensão ética do trabalho do assistente social. E entendo ética, segundo Vazquez (2006, p. 22 – 23), como sendo a “teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano”. A ética, segundo o autor, não cria a moral, ela se “depara com uma experiência histórico-social no terreno da ética”.

Ética, segundo Barroco (2000) é a capacidade humana essencial e objetivadora da consciência e da liberdade, vinculada a um projeto de sociedade pautado na luta pela emancipação humana.

Para que a ética se efetive como saber é preciso considerá-la na sua dimensão crítica, “assim ela é, também, instrumento crítico de outros saberes” (BARROCO, 2001, p. 56). Portanto, compreender a linguagem profissional é entendê-la na sua dimensão ética e não como discurso moral, na sua expressão de discurso competente.

Uma pergunta que sempre esteve presente nas primeiras observações, nos diversos campos em que encontrava o trabalho do assistente social era: será que falamos a mesma língua que os usuários do Serviço Social? Estabelecemos uma comunicação horizontalizada? Permitimos que o outro diga de si e traga suas demandas reais ou nos colocamos em um lugar de moralização?

Falamos a mesma língua porque moramos no Brasil, fomos colonizados por portugueses, essas seriam certamente explicações. Mas, ao nos colocarmos em uma situação de superioridade, nos afastamos do outro e construímos barreiras para que ele possa ser ouvido. Esse lugar ocupado pelo profissional não nos faz distanciarmos dos usuários?

Acredito que as ações profissionais devam estabelecer centralidade no sujeito, situada em uma relação de mutualidade, para que não ocupemos somente o lugar do suposto saber, a fim de construir com o outro um saber coletivo.

É por meio da linguagem que entramos em contato com o outro, com sua realidade, que realizamos a mediação⁴ do ato profissional.

Em minhas observações a linguagem deixava de ser instrumento do trabalho do assistente social, em concordância com o projeto ético-político profissional, para se constituir em “discurso competente” (CHAUÍ, 1990) e ser “um disfarce (...) através de uma linguagem que se esforça por convencer (o outro) de sua objetividade” (VERDÈS-LEROUX, 1986 p. 34).

Ainda analisando o trabalho social do início do século XX na Europa, Vèrdes-Leroux (1986, p. 40) vai assinalar:

A concordância da linguagem do Serviço Social com o discurso dominante realiza-se no decorrer de congressos, jornadas de trabalho, sessões, nos quais, a pretexto de exposição técnicas, opera-se a redução da classe operária, que não aparece mais como um ator da História e, sim, como um objeto de preocupação; e que deve prestar-se, passivamente, a essas intervenções bem-intencionadas.

⁴ Mediação é uma categoria fundamental desta dissertação e será aprofundada no item 1.4 deste trabalho.

A minha inquietação, então, estava em entender de onde parte a construção da fala do assistente social. Encontrei, durante as aulas de Psicologia Social, um texto que me fez refletir sobre meus tímidos e não sistematizados questionamentos, convidando-me para a reflexão, trazido por Silvia Lane (2000, p. 33) que diz: “a linguagem reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo social”. A linguagem, então, é construída partindo de um lugar que o homem explica e a partir do qual se relaciona com o mundo, revelando uma concepção de homem e de mundo. Todas as leituras foram feitas e refeitas sem perder de vista esse primeiro texto, lido no segundo ano da graduação em Serviço Social.

A linguagem é a capacidade propriamente humana de comunicação. Forma pela qual o homem estabelece relação com o mundo, com o outro e com ele mesmo. Os homens expressam através da linguagem seus pensamentos, suas dores, emoções, valores, ideologias.

Cabe aqui uma diferenciação para compreender os pontos fundamentais de todo o trabalho. Não estou analisando a linguagem em uma perspectiva lingüística, em que o sujeito lingüístico se revela a partir do discurso⁵, mas entendendo linguagem na materialização da consciência, produto social e histórico⁶.

Outra diferenciação se faz necessária para analisar a trajetória de construção da pesquisa: estudos recentes, entre os quais podemos citar Martinelli (2004) e Khoury (2004), nos dizem que não há Identidade e sim Identidades, não há História e sim Histórias, pois o movimento dinâmico do real revela o sujeito na sua totalidade sócio-histórica e suas múltiplas possibilidades. Assim, não podemos nos referir somente a Linguagem, e sim a Linguagens do Serviço Social.

No decorrer do texto utilizei Linguagem Profissional, no singular, ao referir-me àquela que traz em si a direção social da profissão, com sustentação teórico-metodológica definida; e Linguagens, tendo por base o projeto ético-político profissional, as diversas e criativas formas de intervenção na realidade. Ou seja, diferentes formas de expressar e realizar mediações que mobilizam o ato profissional. Por exemplo, ao trabalhar com adolescentes, tendo como matriz o

⁵ Para aprofundar, ver Brait (2001 e 2005).

⁶ Essa discussão será aprofundada no capítulo I desta dissertação.

projeto ético-político profissional, posso utilizar dinâmicas de grupos, filmes, oficinas, as mais diferentes linguagens para o fazer profissional.

Entendo, pois, que essa diferenciação ocorre para esclarecer pontos de partida, mas estas linguagens relacionam-se no trabalho profissional.

Caminho nesta dissertação com alguns autores⁷ que explicitam algumas direções já abordadas, os quais refletem a dimensão da linguagem como materialidade da consciência, a experiência como um elemento essencial na construção dos processos históricos, a cultura como sendo o modo de vida, a forma com a qual eu me organizo no cotidiano, e autores⁸ que refletem sobre uma prática profissional vinculada à direção social construída pelos profissionais de Serviço Social.

No primeiro capítulo desta dissertação apresento algumas categorias-chave como linguagem e suas relações com a consciência, experiência e cultura; apresento também elementos para analisar a linguagem profissional do Serviço Social.

No segundo capítulo apresento a pesquisa de campo e a análise dos depoimentos narrados por quatro assistentes sociais, as quais me mostraram a beleza e a possibilidade de construir, para além da linguagem, uma profissão.

No terceiro capítulo abordo a linguagem profissional, os projetos sociais, institucionais e profissionais em disputa e sua relação com a ação profissional no cotidiano dos espaços sócio-institucionais.

Apresento algumas considerações finais referentes à relação linguagem, consciência, projetos em disputa, salientando que esta dissertação é um momento de síntese de uma trajetória, que percorro desde a graduação em Serviço Social.

⁷ Marx (1982, 1978); Thompson (2004, 1981); Williams (2000); Chauí (1999); Benjamin (1994).

⁸ Iamamoto (2007, 2004); Martinelli (2006, 2004); Netto (2005, 1999); Yazbek (1993, 2000a, 2000b).

CAPÍTULO I – PONTOS DE PARTIDA

*Eu acho que é assim (...) a dimensão do ser humano. Quando você vê esse humano na condição que ele tem, ou seja, não o que se apresenta ali de forma imediata, mas na sua totalidade, na sua realidade histórica e cultural. Quando se consegue ver essa dimensão, a gente muda o olhar. Não mais como fato único e isolado, mas produto de uma totalidade. Ele não está naquela condição de repente, mas sim, fruto de um processo histórico, de toda uma trajetória, das contradições de classe (...) **é o próprio projeto ético-político, eu consigo ver na minha ação cotidiana.** (Silvia)*

Apresento, neste capítulo, algumas idéias construídas para fundamentar e dizer de onde parti para desenvolver a presente pesquisa.

Chamo este capítulo de “Pontos de Partida”, entendendo que esses pontos são também de chegada, pois foram construídos historicamente na trajetória pessoal, profissional e intelectual.

Os Pontos de Partida levaram-me a conhecer, refletir e dialogar com diversos autores sobre a temática escolhida. Esses pontos são: a concepção de linguagem, de língua, suas relações e diferenças; a relação entre linguagem, cultura e experiência, seus debates e aproximações, as possíveis intersecções e como se articulam essas categorias fundamentais para a pesquisa; idéias sobre uma linguagem profissional do Serviço Social, vinculada ao projeto ético-político, marcadamente situado em uma matriz teórico-metodológica, linguagem essa que se expressa mediada pelos instrumentais técnico-operativos da profissão; linguagem compreendida como materialidade da consciência, produto das relações sociais.

1.1 – Linguagem

*“Assim, a linguagem, nascendo das paixões,
foi primeiro linguagem figurada e por isso surgiu como poesia e canto,
tornando-se prosa muito depois;
e as vogais nasceram antes das consoantes.
Assim, como a pintura nasceu antes da escrita,
assim também os homens primeiro cantaram seus sentimentos
e só muito depois exprimiram seus pensamentos“.*
(Rousseau, Ensaio sobre a Origem das Línguas).

A linguagem é uma forma propriamente humana de comunicação, da vida política e das artes, estabelecendo relação com o mundo e com os outros. Os homens expressam através da palavra seus pensamentos, para tornar possível a vida social.

A linguagem parte do expressivo e caminha para o significativo, “nascendo das paixões”, do desejo de “viver junto”, de se relacionar com outros homens. “Surgiu como poesia e canto”, dos sons dos animais e da natureza, do grito de dor, de medo, de alegria; “as vogais nasceram antes das consoantes”, se juntaram ao gesto e fazem da linguagem um grande conjunto de formas em que o homem se faz compreender e com as quais se comunica com o outro. Nasce também da necessidade: fome, sede, necessidade de abrigo.

Segundo Chauí (1999, p. 140 – 141), ao buscar a origem da linguagem chegamos a quatro respostas. A linguagem tem sua gênese, em primeiro lugar, na imitação dos sons da natureza e dos animais; em segundo lugar, nas imitações de gestos e, aos poucos, os gestos foram se juntando aos sons e sendo substituídos pelas palavras; em terceiro lugar, sua origem estaria relacionada à necessidade: fome, sede, necessidade de um local para abrigo e para reunir-se em grupo e, nessa relação, foi surgindo a língua; por último, a linguagem nasce das expressões emocionais: medo, dor, prazer.

Penso, assim como a autora, que essas concepções não são excludentes: a linguagem tem sua origem em todas essas fontes. Constitui-se quando se passa dos meios de expressão aos de significação, ou quando se passa do expressivo ao significativo.

Cabe aqui uma diferenciação entre linguagem e língua, sendo a primeira natural dos seres humanos, ou seja, nascemos com uma aparelhagem física que possibilita que nos expressemos através da palavra. Já a língua é uma convenção, determinada por um espaço geográfico diante de uma dada realidade histórica e cultural.

Hoje, estima-se que no mundo encontrem-se mais de 5.000 línguas e, segundo algumas fontes, juntando-se aos dialetos, somam 41.000. Jamais foi realizado um censo, principalmente em decorrência do grande número de países plurilíngües. Em 5 mil anos, estima-se que cerca de 30.000 são as línguas mortas. Este fato se dá em decorrência da dominação sócio-histórica, o imperialismo cultural, os fatores militares, genocídios e as expansões demográficas. Hoje, com a força arrasadora da globalização, calcula-se que restarão somente 300 línguas. Com

essa morte, também acabará um ponto de vista, um outro lugar para se pensar o homem e o mundo.⁹

A linguagem nos leva à vivência dos sentidos, pois lemos, ouvimos e falamos de uma maneira simbólica e que, sendo simbólica, é inseparável da imaginação e nos coloca em relação com o ausente.

As palavras, segundo Chauí (1999, p. 144), são repletas de significados e servem para indicar coisas, como um instrumental representativo. Não pensamos sem palavras. Por essa razão, as crianças aprendem a pensar e a falar ao mesmo tempo. A linguagem é inseparável de uma visão mais ampla da realidade e inseparável do pensamento. As palavras não só traduzem pensamentos, mas os envolvem e os englobam: são o corpo do pensamento.

A linguagem apresenta-se de maneira simbólica ou conceitual e aí é necessária uma distinção.

Quando trabalhamos com metáforas, analogias e imaginação, utilizamos a linguagem simbólica. Esta é a linguagem dos mitos, das religiões, que nos fascina e seduz pela sua beleza. Vamos encontrá-la normalmente na literatura e na poesia. Ela nos emociona e aguça a imaginação. É a possibilidade de criar e recriar um mundo novo, pois com ela visualizamos imagens. Apresenta múltiplos sentidos para a palavra, nos leva para dentro de nós mesmos e para dentro da própria linguagem simbólica.

Por sua vez, a linguagem conceitual evita as metáforas, busca um sentido direto e não figurado ou relativo. Desconstrói e reconstrói conceitos a fim de garantir uma explicação clara dos objetos. A linguagem conceitual não se confunde com os sentimentos, busca as possibilidades objetivas de expressão. Cada palavra tem um sentido próprio, tenta convencer o outro de suas verdades e para isso exige um trabalho árduo do pensamento.

É necessário, no entanto, entender esse comportamento verbal de uma maneira mais totalizante, considerando o ser humano como produto de uma totalidade histórico-social, produto e produtor de história e cultura. Portanto,

⁹ Dados retirados do caderno especial lançado pelo jornal Folha de S. Paulo em julho de 2004, impresso na Argentina. Traz as discussões acerca do Fórum Universal das Culturas, realizado de 09 de maio a 26 de setembro de 2004, em Barcelona, Espanha.

qualquer análise que se faça sobre linguagem implica considerá-la como produto histórico de uma coletividade, e o sujeito, portanto, como seu grande produtor.

1.2 – Linguagem e Consciência

A linguagem é histórica e tão antiga quanto a consciência, este é o fundamento proposto por Marx (1982) e que se estabelece como fio condutor de toda a pesquisa.

Marx, em *A Ideologia Alemã* (1845 – 1846), um dos seus principais trabalhos em parceria de Frederich Engels, situa as teses fundamentais do materialismo histórico e realiza a crítica aos princípios filosóficos de Feuerbach.

Marx (1982) apresenta três pressupostos para a concepção de história. Estas concepções relacionam-se intrinsecamente com a linguagem, pois esta relação social¹⁰ é historicamente determinada.

Relação social aqui entendida como trabalho, como prática propriamente humana (MARX, 1978), é neste contexto que a palavra articulada, a linguagem como nós a conhecemos hoje, se institui como trabalho, ou seja, como atividade humana.

E assim faz o humano diferenciar-se dos demais seres da natureza, pois

as duas atividades – o trabalho e a arte – inserem-se no processo das objetivações materiais e não materiais que permitiram ao homem separar-se da natureza, transformá-la em seu objeto e moldá-la em conformidade com seus interesses vitais (FREDERICO, 2005, p. 44).

A linguagem está sendo compreendida nesta pesquisa como trabalho da consciência, portanto na sua dimensão ontológica, no estudo do desenvolvimento do ser social. Entendendo que

¹⁰ Considero que “a consciência social, ao mesmo tempo exprime e constitui as relações sociais” (IANNI, 1985, p. 41).

uma ontologia materialista destaca o papel fundador do trabalho na constituição das diferentes esferas que irão integrar o ser social e na gênese das categorias teóricas usadas para reproduzir, conceitualmente, o movimento da realidade social (FREDERICO, 2005, p. 122).

Frederico (2005, p.124) explicita o pensamento de Lukács, em “Ontologia do ser social”, dizendo que “no ser social, ao contrário das demais espécies, nós estamos diante de uma reprodução ampliada proporcionada pela ação irradiadora do trabalho e da linguagem”.

É a partir do trabalho, que caracteriza a vida humana, e da linguagem articulada, que o ser social se revela determinado por condições materiais e históricas e, para uma maior compreensão, se faz necessário retomar os três pressupostos de toda concepção humana, ou seja, as concepções de história explicadas por Marx (1982).

O primeiro pressuposto para entendermos a história é de que os homens devem estar em condições de fazer história, ou seja, estarem vivos, “mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (MARX, 1982, p. 39). Ou seja, é preciso cuidar da produção da própria vida.

A linguagem nascendo das necessidades de intercâmbio entre os homens estabelece condições para a vida social. “Social no sentido de que se entende por isso a cooperação de vários indivíduos, quaisquer que sejam as condições, o modo e a finalidade”. (MARX, 1982, p.42).

O segundo pressuposto para Marx (1982, p. 40) é de que, satisfeitas estas primeiras necessidades, surgirão novas. A ação de satisfazê-las e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades.

Esse movimento material de suprir necessidades básicas, por meio do trabalho, e a produção de novas necessidades caracteriza atos históricos.

A terceira condição é que o homem se reproduza, constitua família. “Esta família que no início é a única relação social torna-se depois, quando as necessidades ampliadas engendram novas relações sociais e o acréscimo de população engendra novas necessidades”. (MARX, 1982, p. 41).

A linguagem se estabelece e se constrói historicamente, algo propriamente humano. Percebemos isso em todas as sociedades, desde a Antigüidade: as pinturas nas sociedades primitivas, os gritos, os cantos desde que o homem se constitui homem e se relaciona com outros homens.

Estabelecidas as concepções históricas, Marx (1982, p.43) explicita a dimensão da consciência e da linguagem.

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens.

A linguagem é o modo real da consciência e surge da necessidade de intercâmbio entre os homens, ou seja, é a forma real de expressarmos materialmente a consciência.

Consciência é a capacidade humana para conhecer, para saber que conhece e para saber o que sabe e conhece. É a própria identidade formada pelas nossas experiências, pela maneira como sentimos e compreendemos a realidade.

Segundo Marx (1982, p. 43) a consciência é antes de tudo um produto social – e continuará sendo enquanto existirem homens.

Consciência é um processo de ruptura com a alienação, quando as contradições existentes na sociedade não podem ser tratadas com naturalidade. A primeira fase da ruptura se encontra presente na consciência de si. O indivíduo consciente de si constrói uma consciência de classe, passando de um nível individual ao coletivo, o qual é indissociável no plano da ação.

Segundo Thompson¹¹ (2004, p.10) “a consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”. Para compreender a consciência de classe se faz necessário entender esse conceito na dimensão dos movimentos históricos, repletos de antagonismo e lutas.

¹¹ Ressalto que no item 1.3 a contribuição do autor será melhor trabalhada.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam essa identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 2004, p.10).

Para o autor a classe é determinada pela relação de produção em que os homens nasceram, e a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais.

Segundo Frederico (2005), analisando a obra “Ontologia do ser social” de Lukács, é pela ação do trabalho que se realiza o primeiro salto formador do ser social.

Surge, a partir daí, o **ser-em-si** do gênero humano que, com o advento da consciência, do trabalho e da linguagem, dá início à epopéia da espécie, à caminhada em direção à generalidade para si tornada agora possível (FREDERICO, 2005, p. 126, grifo do autor).

A relação consciência e linguagem está presente e se revela de maneira intrínseca nas relações sociais. O autor explora ainda a dimensão da linguagem como constituinte do ser social.

nos demais animais o gênero reproduz-se silenciosamente nos exemplares singulares, sem que esses tenham consciência de si mesmos como pertencentes ao gênero, o trabalho humano e a linguagem, atividades conscientes e sociais (...) formou-se, então, **o ser social e os dois pólos que integram: indivíduo e a sociedade** (FREDERICO, 2005, p. 126, grifo do autor).

Cabe ressaltar que esses pólos são repletos de antagonismos, tensões e são marcados por um contínuo descompasso.

A consciência, segundo Lukács (1989, p. 64 – 65) é a “reação racional adequada (...) determinada no processo de produção”. Ou seja, construída historicamente e repleta de contradições, próprio do modo de produção capitalista. A consciência de classe, no entanto, é “ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada (...) por esta consciência e não por pensamentos isolados”.

A consciência como pode se ver, não se limita a adaptar-se à realidade exterior. Necessita ser estudada “concretamente como um momento da totalidade histórica a que pertence; como etapa do processo histórico em que desempenha seu papel” (LUKÁCS, 1989, p. 63).

A consciência só poderá ser analisada, no plano individual, enquanto processo que envolve, necessariamente, pensamento e ação, mediados pela linguagem.

Para que possamos entender a linguagem como materialização da consciência, temos que reconhecer que esse não é um processo natural, ao contrário, pois para que a consciência se revele, a linguagem é utilizada como mediação.

Ou seja, “as representações que surgem na mente humana são reflexos do real captados como representação na consciência” (Pontes, 1995, p. 59). E essas representações, construídas historicamente na consciência são mediadas pela linguagem.

Mediação aqui entendida, segundo Pontes (2000), como uma categoria que permite ultrapassar o plano da imediaticidade, movimento de desvendamento do real, reconstruindo o próprio movimento do objeto.

A linguagem, como forma real da consciência, expressa a nossa concepção de homem e de mundo construída no decorrer das nossas experiências, nossa formação e nossa cultura.

Construímos nossa concepção de homem e de mundo segundo nossas experiências, pessoais e profissionais, diante de um processo que se refaz a cada nova experiência. É a forma pela qual compreendemos o homem e como nos entendemos no mundo.

É o que Löwy (2002, p. 13-14) chama de visões sociais de mundo

seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.

É a partir da concepção de homem e de mundo que expressamos o nosso conservadorismo ou nossas ações críticas, os posicionamentos políticos, nossas atitudes artísticas e profissionais.

Mas, a própria linguagem, assim como as concepções de homem e de mundo, se altera segundo movimento da própria história, acompanha e se resignifica diante das transformações do real.

Segundo Marx (1989, p. 344)

ao desenvolverem e transformarem a si mesmo pela produção, ao formarem novas forças e novas representações, novos modos de intercâmbio, novas necessidades e nova linguagem.

Portanto, linguagem relaciona-se com a consciência na sua própria forma de existir, e são conceitos estreitamente relacionados.

1.3 – Linguagem, Cultura e Experiência

*(...) Uma vitória a cada página.
Quem cozinhava os banquetes da vitória?
Um grande homem a cada dez anos.
Quem pagava as despesas?
Tantos relatos.
Tantas perguntas.
(Brecht – Perguntas de um operário que lê)*

Ao se comunicar o homem produz sua história e sua cultura, na mesma maneira e intensidade, que se transforma enquanto homem.

Cultura aqui entendida como modo de construir/viver a vida, como o fazer humano cotidiano. Não somente cultura herdada, como ritos, cantos ou tradições, mas cultura construída, com o olhar na história e na compreensão da experiência.

Para essa categoria importante na dissertação, busco a contribuição de Raymond Williams (1921 – 1988), crítico marxista inglês que se dedicou aos estudos

de literatura, teatro e televisão, tentando compreender tanto a cultura chamada erudita e popular quanto cultura como sendo o “modo geral ou específico, indicando um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, ou da humanidade em geral” (WILLIAMS, 2007, p. 121).

Mas esse termo, cultura, nem sempre foi compreendido desta maneira, é um conceito que se apresenta em constante processo de construção. Nas palavras do próprio Williams, (2007, p. 117) “*culture* é uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa” em decorrência de seu complexo desenvolvimento histórico e ser utilizada em diferentes disciplinas com concepções diferenciadas.

Anterior ao século XVIII o termo compreendia o cultivo ou cuidado. A cultura ou o cultivo da terra, com as plantas, com os animais na agricultura; ou para referir-se ao cuidado com as crianças e sua educação na puericultura; o termo compreendia também o cuidado aos deuses: o culto.

A partir do século XVIII, esse termo vem se alterando e, segundo Williams (1979, p. 47), que articula o conceito de cultura ao de civilização, “quando considerado no contexto amplo do desenvolvimento, o conceito de cultura exerce uma forte pressão contra os termos limitados de todos os outros conceitos”.

O complexo de significados indica a necessidade de uma argumentação complexa sobre o conceito, e sua intersecção entre o “desenvolvimento geral e um modo específico de vida” (WILLIAMS, 2007, p. 122).

Para Williams (2000), a própria cultura oscila entre uma dimensão significativamente especializada e outra global. Especializada no sentido “mais comum, de cultura como atividades artísticas e intelectuais” (WILLIAMS, 2000, p. 13). Global no sentido de cultura

como um **sistema de significações** mediante o qual necessariamente (se bem que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada (...) um ‘sistema de significações’ bem definidos não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em **todas** as formas de atividade social (WILLIAMS, 2000, p. 13, grifo do autor)

Utilizo a concepção de cultura para Williams no seu sentido global, como modo de vida, compreendendo os significados que uma realidade cultural tem para aqueles que a vivem, quais suas implicações no cotidiano, como se expressam nas suas questões rotineiras e como são as repercussões na reprodução das relações sociais dos indivíduos inseridos nesta realidade social.

A cultura está intimamente ligada à experiência e para esta categoria fundamental na minha pesquisa busco contribuições do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924 - 1993).

Thompson faz parte de um grupo que marcou significativamente a historiografia inglesa, na sua maioria engajados no Partido Comunista. Esse grupo tinha como grandes questões seu comprometimento com as definições e teorizações de uma política cultural e nacional popular, que valorizasse o povo, a nação e sua luta histórica pela democracia. Thompson também é conhecido pela suas polêmicas e críticas ao Marxismo Estruturalista¹².

Thompson (1981) traz em suas reflexões a categoria experiência e a situa como “o termo ausente” das análises construídas por Marx.

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: a “experiência humana” (...) e enfrentamos imediatamente os verdadeiros silêncios de Marx. (THOMPSON, 1981, p. 182 – 183).

Traz em suas análises uma categoria: **a experiência**, e a relaciona com **cultura e consciência**. Thompson busca o fazer-se dos sujeitos históricos em suas práticas sociais e acredita que a experiência social é a mais rica das possibilidades históricas.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo (...) como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e

¹² Marxismo estruturalista: seu desdobramento se encontra na obra de L. Althusser e se baseia na análise das obras de Marx “por um método estrutural que acompanhou a tendência geral do pensamento francês dos anos 1960” (FREDERICO, 2007, p. 445).

em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

A experiência humana, portanto, expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos construtores do presente e do devir. Não como sujeitos somente individuais, mas sim, e principalmente, coletivos.

O grupo dos historiadores ingleses, afirma Bezerra (1995), constrói uma nova tradição historiográfica e uma tradição teórica. Enquanto **tradição teórica** comum coloca-se a problemática de um afastamento do determinismo econômico e de uma prática construtiva do materialismo histórico.

A busca pela experiência “não se limita a recuperar um episódio que se perdera para o conhecimento histórico” (THOMPSON, 1997, p. 17), mas sim os significados atribuídos pelos sujeitos históricos.

Enquanto **tradição historiográfica**, entre outros aspectos, coloca-se a construção da teoria a partir da prática histórica de quem as vivenciou, ou seja, a “*história vista de baixo*”, focalizada de *baixo para cima*, a história a partir de quem construiu, despertando uma consciência histórica socialista e democrática.

Essa premissa relaciona-se com a tese VII – Sobre o Conceito da História, em que Benjamin (1994, p. 225) propõe que o materialista histórico deva “escovar a história a contrapelo”, buscando outros aspectos da vida, com elementos de quem construiu a história.

Löwy (2007, p. 74 – 75), refletindo sobre as teses de Benjamin, diz que o termo “escovar a história a contrapelo” tem dois significados: o primeiro, histórico, é o de ir contra a versão oficial da história; e um segundo, político, é o de não deixar à própria sorte a construção histórica, pois se não a escovarmos a contrapelo a história segue seu curso natural, guiado pela classe dominante. “Deixada à própria sorte, ou acariciada no sentido do pêlo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e de opressão” (LÖWY, 2007, p. 74).

Thompson (1997, p. 17) explicita essa historiografia ao analisar a importância da Lei na história jurídica do século XVIII na Inglaterra, relatando que

parti da experiência de humildes moradores das florestas e segui, através de evidências contemporâneas superficiais, as linhas que ligavam-nos ao poder, em certo sentido as próprias fontes me obrigaram a encarar a sociedade inglesa em 1723 tal como elas mesmas encaravam, a partir de “baixo”.

É a História vista de “baixo”, mudando o ângulo de visão dos historiadores. Acredito que é a possibilidade de abrir uma nova perspectiva para analisar a cultura, as histórias de vidas, os significados que as pessoas atribuem às suas experiências e a construção da história.

É a História não só dos vencedores, mas também e, principalmente, a história dos vencidos. O historiador inglês não busca apenas os vitoriosos, pois estes são lembrados, “os becos sem saídas, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos” (THOMPSON, 2004, p. 13).

É por este motivo que escolhi a epígrafe deste sub-item, lembrando um poema de um dramaturgo alemão chamado Bertold Brecht (1898 – 1956), contemporâneo de Walter Benjamin, em que o poeta pergunta “Quem faz a história?” também intitulada como: “Perguntas de um Operário que Lê” datado de 1935:

*Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis.
Os reis arrastaram os blocos de pedra?
E a Babilônia tantas vezes destruída
Quem ergueu outras tantas?
Em que casas da Lima radiante de ouro
Moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros
Na noite em que ficou pronta a Muralha da China?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
Quem os levantou?
Sobre quem triunfaram os Césares?(...)
Mesmo na legendária Atlântida,
Na noite em que o mar a engoliu,
Os que se afogavam gritaram por seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Ele sozinho?
César bateu os gauleses,
Não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?
Felipe de Espanha chorou quando sua armada naufragou.
Ninguém mais chorou?
Fredrico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?*

*Uma vitória a cada página.
Quem cozinhava os banquetes da vitória?
Um grande homem a cada dez anos.
Quem pagava as despesas?
Tantos relatos.
Tantas perguntas.*

A experiência é algo latente nos estudos de Thompson, como busca pelos modos de vida da população, como se organizam no cotidiano, em suas manifestações religiosas, seus modos de entender a vida. Fenelon (1995, p. 82) sinaliza que em sua obra Thompson “reafirmou o compromisso constante com seu tempo, sobretudo, o destaque para a idéia que os homens fazem sua própria história, acentuando sempre este lado da ação humana”.

No prefácio de sua obra clássica, *A Formação da Classe Operária*, Thompson (2004, p. 13) elucida sua historiografia

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddista, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” (...) seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. (...) mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência.

A compreensão de experiência se dá no contexto das relações e confrontos de classes historicamente específicas. A tônica recai sobre a experiência de classe e sobre a dimensão política dessa experiência, relação de dominação e subordinação. A classe trabalhadora, segundo esta tradição historiográfica, é participante ativa na construção da história e na totalidade da história. Ela faz a história, fazendo assim da história e da experiência um claro posicionamento político.

Sua preocupação não estava somente nas experiências da vida econômica da classe operária, mas de seus modos de construir a vida. Segundo Thompson (2004, p. 21), “outro aspecto dessa cultura pelo qual tenho interesse especial é a prioridade concedida em certas áreas, ao ‘não econômico’ em detrimento das sanções, trocas e motivações monetárias diretas”.

Não há dúvidas sobre a dedicação de Thompson à categoria cultura e seus debates com a obra de Raymond Williams. O historiador faz a seguinte distinção:

não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais de trabalho (THOMPSON, 2004, p. 22).

A cultura é engendrada no âmago da experiência social, toma corpo no embate das experiências. O conjunto das experiências orienta, dá os vetores e os caminhos das novas lutas. O grau de consciência social conquistado na experiência e na cultura determina os caminhos da história que, no processo, é indeterminada.

Segundo Fenelon (1995, p. 85) “ele não se cansa de repetir que a importância da história real, da investigação empírica, é que ela não somente testa a teoria, mas reconstrói a teoria”, cria novos saberes, re-significa a teoria.

Buscar a experiência é a busca pelos significados que as pessoas atribuem às suas vidas, no fazer cotidiano e na construção da história.

A linguagem, fruto das experiências, das determinações históricas, sociais e culturais constrói um lugar próprio, como forma de existir e resistir – uma estratégia.

Para Certeau (1994, p. 97):

(...) a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser base de onde podem gerir as relações com uma exterioridade. O “próprio”, isto é o lugar do poder e do querer próprios (...) permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência (...) é a fundação de um lugar autônomo.

O lugar próprio é criado para circunscrever uma relação com o externo a partir das nossas experiências.

Dessas fundamentações optei pelo título da minha monografia¹³, que trago para o relatório final de pesquisa no mestrado: *Linguagem Profissional e o Lugar da Experiência*. Só nos comunicamos a partir de um lugar próprio, autônomo, que é o lugar do reconhecimento da experiência, enquanto lugar produtor de um saber.

Esse lugar da experiência, bem como a linguagem, é construído coletivamente e individualmente na mesma proporção, pelas escolhas que fazemos e no próprio movimento contraditório da história. Expressa nossos posicionamentos e a nossa concepção de homem e de mundo.

É partindo deste lugar autônomo que estabelecemos relação com o outro, entendemos os movimentos históricos presentes na sua vida, as suas escolhas e suas experiências. A linguagem construída historicamente também permite que entremos em contato com a nossa própria história e com a nossa memória.

Suscitar a memória é fazer com que reconheçamos nossa própria voz, possibilidade para se elaborar estratégias para estar no mundo – um lugar próprio, um saber próprio. Condições fundamentais para a emancipação do sujeito, conquistadas por ele, mas resultado do diálogo através das possibilidades inúmeras abertas pela linguagem.

1.4 – Linguagem Profissional

*portanto mais do que nunca
devemos assumir a riqueza desta profissão
e reconhecer que somos assistentes sociais
por uma questão de identidade! (Martinelli, 2006)*

Após trabalhar o conceito de linguagem e sua relação com a consciência, cultura e experiência, analiso a construção da linguagem profissional do Serviço

¹³ Monografia apresentada para a conclusão do curso de Serviço Social na Universidade de Taubaté, em 10/12/2004.

Social, relacionando-a com a construção da profissionalidade, os fundamentos teórico-metodológicos da profissão e a projeto ético-político profissional.

As profissões, não só o Serviço Social, surgem das relações sociais historicamente construídas, da necessidade de uma dada conjuntura em condições materiais determinadas.

Segundo Silva e Dalmaso (2002), é necessário compreender o movimento de passagem de uma atividade, enquanto seu caráter de ocupação, entendida como práticas sociais, para a construção da profissionalização.

Para as autoras há um processo de profissionalização das práticas sociais, que tem como características, primeiro, o caráter técnico da ação profissional, no corpo de conhecimento sistemático adquirido através de um treinamento escolar; segundo, a construção das normas e regras profissionais as quais orientam a ação profissional.

Esse movimento, segundo Silva e Dalmaso (2002, p. 81), é integrado por uma seqüência de cinco passos.

- 1- O trabalho tornou-se uma ocupação em tempo integral, decorrente de “necessidade social” em relação a determinado trabalho;
- 2- Criam-se escolas de treinamento, ou seja, a transmissão do corpo esotérico de conhecimento é feita por pares experientes;
- 3- É formada uma associação profissional, definem-se os perfis profissionais, o que garante, ao grupo, uma identidade;
- 4- A profissão é regulamentada. Esse é um passo essencial para a atividade profissional, já que se define o ‘território profissional’ assegurando desse modo o monopólio de competência não só do saber, como da prática profissional;
- 5- Adota-se um código de ética. Estabelecem-se normas e regras profissionais, enquadrando-os, ao tempo em que são excluídos os não-profissionais. (SILVA e DALMASO, 2002, p. 81).

Esse conjunto de elementos caracteriza a profissão como uma categoria do trabalho especializado, fruto das relações sociais e das necessidades de uma determinada conjuntura, que apresenta um constructo de conhecimentos específicos, associação profissional, ordenamento jurídico para sua existência e

efetividade e sujeitos dispostos a empreendê-la, pois não há profissão sem profissionais, salientando a presença de sujeitos nesse processo.

A profissionalidade se expressa como a capacidade para articular essa gama de características e movimentá-las em sua dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, refletindo os componentes da prática profissional. A profissionalidade circunscreve um lugar próprio na divisão sócio-técnica do trabalho.

O Serviço Social teve seu reconhecimento legal como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho por meio da portaria no. 35 de 19/04/1949. Embora, o assistente social não tenha se reconhecido como profissional autônomo no exercício de suas atividades seja por não dispor dos meios materiais para o desempenho de seu trabalho, seja por uma concepção ideo-política ao compreender que as demandas – trazidas pela classe trabalhadora, devem ser mediadas pela ação do Estado. Isso não significa dizer que o Serviço Social não possui relativa autonomia. Iamamoto (2007, p. 97) atribui essa relativa autonomia à relação de compra e venda da força de trabalho do assistente social nos espaços institucionais em que realiza suas atividades profissionais. O assistente social vende sua força de trabalho,

(...) entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida (...) a ação criadora do assistente social deve submeter-se às exigências imposta por quem comprou o direito de utilizá-la (...) É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho. (IAMAMOTO, 2007, p. 97)

Mas, ao mesmo tempo o assistente social apresenta algumas características presentes nas profissões liberais, tais como a singularidade na relação com o usuário, um Código de Ética Profissional (1993), e a Lei que Regulamenta a Profissão (lei 8662/93) ¹⁴.

Esta lei orienta, dispõe sobre o exercício profissional, as competências e atribuições, assim como objetiva os órgãos representativos da categoria, o Conselho

¹⁴ Para aprofundar ver Iamamoto (1992), Yazbek (2000a), esta discussão também será aprofundada no Capítulo III desta dissertação.

Federal de Serviço Social – CFESS, e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS.

Para compreender a construção do Serviço Social enquanto profissão, se faz necessário analisá-lo no processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista.

Nesta perspectiva, segundo Yazbek (2000a), a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não só a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também das formas de consciência social, ou seja a reprodução de determinado modo de vida, de valores e práticas culturais e políticas.

Isso supõe considerar a profissão sob dois aspectos, intrinsecamente relacionados

como **realidade vivida e representada na e pela consciência** de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional **como atividade socialmente determinada** pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO e CARVAHO, 2004, p. 73, grifo nosso).

Esses aspectos são relevantes para pensar a profissão de Serviço Social e sua trajetória histórica, revelando as implicações políticas do exercício profissional inseridas nos conflitos de classes sociais. Ou seja, uma prática polarizada entre diferentes interesses de classes sociais antagônicas.

Ainda segundo Yazbek (2000a, p. 90), “pode-se afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho”.

É nessa perspectiva histórica que se situa a linguagem profissional do Serviço Social, revelando um lugar social e um projeto profissional em sua dimensão política, ética e teórica.

O Serviço Social se constrói como profissão no contexto do desenvolvimento capitalista e do agravamento da questão social, matéria prima do trabalho profissional, inserido no processo de reprodução das relações sociais.

as particularidades desse processo mostram que o Serviço Social enquanto profissão se institucionaliza e legitima como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com suporte da Igreja Católica, na perspectiva de enfrentamento das seqüelas da denominada questão social (YAZBEK, 2002, p. 180).

A Igreja Católica terá importante papel no perfil da profissão de Serviço Social que despontava na década de 1930, responsável pelo ideário, e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais¹⁵.

Nesse contexto é que a linguagem profissional do Serviço Social revela uma concepção de homem e de mundo conservadoras, influenciadas pelo ideário social da Igreja Católica, que entendia a questão social como “problema moral”. A linguagem profissional caracterizava-se por referenciais orientadores que tinham como fonte, segundo Yazbek (2000b), a Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento tomista¹⁶ e neotomista¹⁷.

O Estado brasileiro, principalmente na década de 1940, é pressionado por parte dos trabalhadores a desenvolver respostas no âmbito das ações sociais, assumindo o papel de regulador dessas relações e, pela “criação de políticas no campo social, abre-se o Estado, para a profissionalização de suas intervenções no campo social, o que vai configurar para o emergente Serviço Social um mercado de trabalho profissional” (YAZBEK, 2002, p. 180).

Fato este que amplia as possibilidades de intervenção para além dos trabalhos de ação social, até então, no âmbito privado e sob a tutela da Igreja Católica.

¹⁵ Essa relação vai imprimir na profissão “um caráter de apostolado apoiado em uma abordagem da questão social como problema moral de acordo com o pensamento social da Igreja” (YAZBEK, 2002, p. 180).

¹⁶ Pensamento proposto por São Tomás de Aquino (1225) na sua obra Suma Teológica, que é marcada por uma perspectiva humanista e metafísica do ser.

¹⁷ Retomada do pensamento de São Tomás no século XIX, pela Igreja, para possibilitar uma abordagem da questão social.

O próprio Estado impulsiona a profissionalização do assistente social (YAZBEK, 2000a), ampliando seu campo de trabalho em função de novas formas de enfrentamento da questão social.

Para atender ao desenvolvimento capitalista o Serviço Social, até então com base na doutrina social da Igreja, começa a “ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano (...) permeado pelo caráter conservador da teoria social positivista” (YAZEK, 2000b, p. 22).

O Estado passa então a exigir que o profissional de Serviço Social busque sistematizações e qualificação técnica de sua ação, reorientando a profissão em vista de uma teoria social. A profissão encontra então, no positivismo,¹⁸ a base fértil de seus referenciais teórico-metodológicos.

Ao alterarem-se as condições nos projetos profissionais, alteram-se também os elementos da linguagem profissional, a qual não é estática; mas tais projetos somente se transformam quando as condições, no bojo das relações sociais contraditórias, também se transformam.

Iamamoto e Carvalho (2004) analisam este processo e o denomina de “arranjo teórico doutrinário”, uma junção da doutrina humanista cristã com suporte técnico-científico.

Neste sentido a profissão reitera um caminho conservador, agora mediado pelas Ciências Sociais. Assim como a linguagem profissional desse momento revela uma ação profissional de enquadramento do indivíduo ao meio, de culpabilização da pessoa por sua condição social, ela não aponta mudanças a não ser para manter a ordem estabelecida, restringe-se ao âmbito do verificável e da fragmentação¹⁹, entendendo que esta perspectiva revelava um projeto de profissão vinculado a uma matriz teórica positivista, politicamente conservadora e de enquadramento.

Os questionamentos sobre seus referenciais teóricos, metodológicos e ético-políticos ocorrem por volta das décadas de 1960 e 1970, momentos de profundas transformações no cenário sócio-político da América Latina, e os profissionais,

¹⁸ “a pressuposição fundamental do positivismo é de que essas leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política, são do mesmo tipo que as leis naturais e, portanto, o que reina na sociedade é uma harmonia semelhante à da natureza, uma espécie de harmonia natural” (LOWY, 2002, p. 36).

¹⁹ Para aprofundar, verificar Iamamoto (1992, p. 21 – 23) e Yazbek (2000b p. 23).

assumindo essas inquietações, iniciam em todo o continente (YAZBEK, 2002) um amplo movimento de renovação.

Esse movimento, denominado Movimento de Reconceituação, impõe aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, vinculado aos interesses da população usuária dos serviços sociais. É nesse contexto que se definem os confrontos de interesse, de tendências do ponto de vista dos fundamentos da profissão.

Essa década é marcada por profundas críticas ao “Serviço Social Tradicional”. Entende-se por esta designação

a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual e ineliminável (Netto, 2005, p. 06).

O marco inicial da Reconceituação foi o I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, realizado em maio de 1965 na cidade de Porto Alegre – RS; esse movimento, segundo o mesmo autor, está intimamente vinculado ao circuito sócio político latino americano da década de 1960, ao deslocamento sócio-político das instituições vinculadas ao Serviço Social (principalmente a Igreja Católica, cujo giro referencial do Concílio Vaticano II²⁰ é marcante) e ao protagonismo do movimento estudantil, o qual foi decisivo na crítica ao tradicionalismo no Serviço Social.

Nesse marco, segundo Netto (2005), os assistentes sociais, inquietos e dispostos à renovação, indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da questão social²¹, sobre os procedimentos profissionais em face da realidade local, regional e nacional, e “sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão

²⁰ Com o Concílio Vaticano II (1962 – 1965, pontificado de João XXIII a Paulo VI) é que a Igreja começa a realizar suas reformas, repensar seus posicionamentos, aculturar-se à comunidade, voltar sua liturgia ao povo, convidando a Igreja do mundo a se rever.

²¹ No bojo deste movimento é que a questão social passa a ser entendida como “determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho (...) num marco de contradições e antagonismos” (NETTO, 2004, p. 45 – 46)

com os novos protagonistas que surgiram na cena político-social” (NETTO, 2005, p. 06).

Mesmo que para Netto (2005, p. 13) a Reconceituação tenha permanecido como “um capítulo inconcluso” devido, em grande parte, aos fatos conjunturais das ditaduras latino-americanas, algumas conquistas são elencadas pelo mesmo autor, como uma nova unidade latino-americana; a explicitação da dimensão política da ação profissional, a qual é constitutiva de toda intervenção social; a interlocução crítica com as ciências sociais; a inauguração do pluralismo profissional.²²

Sobre o pluralismo Netto (1999) vai dizer que a categoria profissional é uma unidade de elementos diversos, um espaço plural onde podem surgir projetos diferentes e em disputa.²³ Pensar a profissão de uma maneira plural é pensá-la como princípio democrático.

O principal triunfo da Reconceituação parece ser

O da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo (...) reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção (...) abrindo, pois, a via para a inserção da pesquisa como atributo também do Serviço Social. A reconceituação assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade (...) da divisão consagrada do trabalho entre cientistas sociais (os “teóricos”) e assistentes sociais (os profissionais “da prática”) (NETTO, 2005, p. 12).

Neste contexto se alteram as condições para que as intervenções profissionais do Serviço Social se transformem e, ao se transformarem as condições e relações nas quais se inscreve, transforma-se também a linguagem profissional,²⁴ pois esta revela o projeto profissional e, no caso do Serviço Social, a linguagem, a formação e o trabalho profissional revelam a direção social da profissão, ou seja, o projeto ético-político profissional.

É no contexto do Movimento de Reconceituação, dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, do Conjunto CFESS/CRESS e Executiva Nacional de

²² Para aprofundar, ver Netto (1994, 1999), Yazbeck (2000a e 2000b) e Yamamoto (2007).

²³ Sobre projetos sociais e profissionais em disputa, ver Capítulo III desta dissertação.

²⁴ Cabe ressaltar que não a considero como um elemento rígido, inflexível, mas considero a linguagem nas tramas e nas transformações das relações sociais e profissionais.

Estudantes de Serviço Social – ENESSO, assim como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que toma corpo o projeto ético-político profissional como um projeto coletivo envolvendo diversos interesses sociais presentes numa determinada sociedade.

Por outro lado, estão envolvidos interesses particulares de determinados grupos sociais, como o dos assistentes sociais, mas esses interesses não existem independentes de interesses mais gerais de uma dada realidade.

O termo projeto ético-político profissional é entendido como **projeto** na sua dimensão coletiva, que envolve sujeitos individuais e coletivos, circulando em uma determinada **ética**, que vincula-se a determinados projetos societários, conferindo sua dimensão **política**, se relacionando com os diversos projetos **profissionais**, ou seja, coletivos, em disputa na sociedade²⁵.

Os projetos ético-políticos profissionais estão diretamente vinculados a projetos societários mais amplos, transformadores ou conservadores. Em especial o do Serviço Social, “cuja base de sustentação é a teoria social marxista” (Martinelli, 2006, p. 16), está ligado à transformação da sociedade, imprimindo uma direção social às ações profissionais, a favor da classe trabalhadora, partindo de uma abordagem teórico-metodológica com vistas à teoria social de Marx²⁶.

Netto (1999, p. 104) explicita os compromissos desse projeto, o qual

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

O projeto ético-político profissional traz as diretrizes do trabalho do assistente social, sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões, e com as organizações e instituições sociais (NETTO, 1999).

²⁵ Para aprofundar, verificar bibliografia citada, em especial Netto (1999); Braz (2004); Martinelli (2006).

²⁶ Cabe ressaltar que a passagem para uma abordagem marxista não ocorreu de maneira imediata, mas sua efetivação se dá em um processo tortuoso de disputa de projetos societários. Para aprofundar, ver Netto (1994), entre outros.

Este projeto ético-político profissional, com traço claramente marcado por uma teoria social crítica de perspectiva marxista, acompanha a ação profissional, seja como presença ou como ausência. Porque há sempre um projeto em voga, seja ele transformador ou conservador, o que revela que o coletivo profissional “é um campo de disputa de significados, um campo de diversidades, sendo sempre possível o surgimento de projetos profissionais de diferente natureza” (MARTINELLI, 2006, p. 17).

É nesse jogo de disputas políticas que a linguagem profissional se estabelece, que ganha concretude, que se materializa nas ações profissionais²⁷. É a partir da linguagem profissional elaborada que reconhecemos as posturas políticas e o quanto assumimos o projeto ético-político profissional.

Cabe ressaltar que se a linguagem profissional revela a visão de homem e de mundo, o projeto ético-político profissional, ela não o faz de maneira imediata, mas utiliza de um sistema de mediações.

Nesse movimento, a razão vai capturando (sempre por abstração e aproximativamente) as determinações e desocultando os sistemas de mediações que dão sentido histórico-social e inteligibilidade aos fenômenos sociais objeto de estudo (PONTES, 1995, p. 73).

Ou seja, a linguagem profissional vai se expressar mediada por uma série de configurações que caracterizam esta profissão seja na sua dimensão teórico-metodológica, ético-política ou técnico-operativa.

A linguagem profissional utiliza-se das mediações do laudo, do parecer social, do relatório, da entrevista, da maneira como a prática profissional é sistematizada, se expressando em diferentes linguagens do Serviço Social.

É neste ponto que a temática da linguagem profissional relaciona-se com a instrumentalidade da profissão. Essa relação – linguagem profissional e

²⁷ Para situar em uma dimensão histórica cronológica, vale ressaltar que a matriz marxista prevalece aos anos subseqüentes ao Movimento de Reconceituação, “se conservaram presentes até os anos recentes, apesar de seus movimentos, redefinições” (YAZBEK, 2000b, p. 25) e continua sendo a base dos fundamentos históricos teóricos e metodológicos do Serviço Social neste início de milênio.

instrumentalidade – é muito importante, embora não a faça de maneira a aprofundar a discussão, apresento alguns elementos, pois não pode deixar de ser mencionada.

Instrumentalidade compreendida não como o conjunto de instrumentos técnicos, (GUERRA, 1995), mas como a “capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída no processo sócio-histórico” (GUERRA, 2000, p. 53).

Ao refletir sobre os significados sócio-históricos da instrumentalidade como possibilidade para o Serviço Social, mediados pela política social, como espaço de intervenção profissional, atribuem-se formas, conteúdos, linguagens e dinâmica ao trabalho do assistente social.

Instrumentalidade entendida aqui, segundo Guerra (2000) como mediação, pois permite a passagem de ações instrumentais para o exercício profissional crítico e competente.

No trabalho profissional

O assistente social lança mão do acervo ideocultural disponível nas ciências sociais e o adapta aos objetivos profissionais. Constrói um certo modo de fazer que é próprio e pelo qual a profissão torna-se reconhecida socialmente. (GUERRA, 2000, p. 60 – 61).

É a partir da instrumentalidade que reconhecemos a profissão, é a capacidade de articular as mediações que definem as atribuições e o modo de aparecer socialmente da profissão.

A linguagem profissional, a instrumentalidade, assim como a identidade profissional, revelam o modo de ser da profissão. Identidades compreendidas, no seu processo histórico, e neste contexto “são permanências e são transformações, são processos de identificação em curso, o que fica bem presente nas formas pelas quais a profissão aparece socialmente” (MARTINELLI, 2006, p. 20).

A linguagem profissional, então, se estabelece no percurso histórico da profissão, produto das relações sociais profissionais, revela o modo de ser da profissão, identidades construídas nas relações de força e nas disputas de projetos sociais contraditórios. A linguagem profissional revela as particularidades das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão.

CAPÍTULO II

UM CAMINHO: a metodologia de História Oral

*Sou de Cataguases, em Minas, uma cidade moderníssima (...) tem 30 anos que eu estou aqui [Rio de Janeiro], eu vim com 21 pra fazer faculdade. Eu me formei em 1980, na PUC. Estudei em tempo integral, naquele momento, naquela época, o primeiro mestrado em Serviço Social foi na PUC do Rio. (...) Vinha gente do Brasil todo. E a PUC era um pólo interessantíssimo, ainda era ditadura, (...) enfim, era um momento muito profícuo, **eu saí da Universidade achando que o mundo estava em minhas mãos.** (Luiza)*

*Se a narrativa é hoje rara,
a difusão da informação é decisivamente
responsável por este declínio.
(Walter Benjamin)*

Neste capítulo busco, a partir das discussões realizadas no capítulo anterior, trabalhar com as narrativas orais dos assistentes sociais. Interessado em buscar as experiências dos sujeitos e os significados que esses profissionais atribuem ao seu trabalho profissional diretamente vinculado às linguagens construídas no cotidiano da profissão, a metodologia de História Oral me pareceu ser a mais apropriada para a construção dessa pesquisa.

Walter Benjamin (1892 – 1940), um notável intelectual alemão do século XX, dedicado aos estudos da filosofia e da literatura, empenhado na crítica da cultura e da razão capitalista, em um de seus expressivos textos chamado “O Narrador”, datado de 1936, aborda o declínio da narrativa em virtude da difusão da informação. Neste caminhar para a construção da pesquisa, tracei caminhos que me permitiram ouvir Narradores, os quais partindo de suas experiências relataram trajetórias profissionais marcadas por impasses, dificuldades, mas muita resistência na construção desta profissão.

Denominar os sujeitos desta pesquisa de Narradores significa dizer que, para além do fato vivido, as assistentes sociais entrevistadas compartilharam comigo os significados atribuídos por elas mesmas às suas práticas. Neste sentido o narrador imprime na narrativa sua marca, como “a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1994, p. 205). Este capítulo é rico de experiências, trazida pelos sujeitos por meio da oralidade, e daquilo que há de mais humano nas narrativas: a linguagem construída pelo sujeito na sua totalidade, compreendendo a oralidade e os silêncios elaborados nas narrações.

O caminho fez-se ao caminhar, sem perder no horizonte os objetivos desta dissertação. Viajei por bibliografias diversas com o intuito de dialogar com autores, repousei com atenção e calma sob as disciplinas que compuseram a trajetória do mestrado e segui para a qualificação, a qual foi fundamental para prosseguir viagem. Em companhia dos sujeitos viajei por lugares da memória e da estrada, seus

depoimentos se encontram aqui como um documento vivo, pulsante de história e repleto de experiências.

2.1 – História Oral

*Narrar é a faculdade de
intercambiar experiência.
(Walter Benjamin)*

A História Oral é entendida, segundo Portelli (2001), como a busca pela historicidade, pela experiência pessoal e pelo papel do indivíduo na história da sociedade. Assim, tentei compreender como, partindo das experiências, os assistentes sociais constroem sua linguagem profissional.

Trabalhar com História Oral possibilita colher depoimentos relacionados à história de vida dos sujeitos, suas experiências pessoais e profissionais. A metodologia prioriza a centralidade do sujeito: é a possibilidade, segundo Portelli (2000, p. 67), de estabelecer um lugar de onde os sujeitos possam ser ouvidos partindo de suas experiências.

Benjamin (1994, p. 198) esclarece que é à experiência que recorrem todos os Narradores, a experiência passada de pessoa a pessoa. O Narrador retira da sua experiência o que ele conta, mas não se isenta de incorporar as histórias a ele narrada, por que também é um ouvinte e um sujeito participante.

É importante salientar que experiências estão sendo compreendidas a partir de sua historicidade, como construções no âmbito das relações sociais profissionais.

Nesse sentido, ao entrevistar assistentes sociais busquei suas experiências e sua realidade – e “(...) a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos” (MARTINELLI, 1999, p. 23).

Ao utilizar a História Oral como metodologia desta pesquisa, parto do princípio de que ela tem na oralidade a principal mediação e o sujeito ocupa centralidade.

Reconhece, então, que o outro é fundamental para a realização da pesquisa: são linguagens, verbais ou não, construídas na interação do pesquisador com o sujeito.

Para viabilizar tal diálogo, se utiliza como instrumento a entrevista, que conforme Portelli (1997b, p. 9) é:

(...) uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida.

Esta mutualidade nos faz compreender que ao mesmo tempo em que estamos estudando o sujeito, ele também nos está estudando, a mim e as minhas perguntas (PORTELLI, 1997b). Por isso o próprio autor dirá que “o resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador” (PORTELLI, 1997c, p. 36).

Outro ponto instigante, que me fez optar pela metodologia de História Oral, foi a possibilidade do diálogo: é necessário que falemos uns com os outros para que a História Oral se efetive e, ao buscar o diálogo, busquemos igualdade, porque “não há diálogo sem igualdade” (PORTELLI, 2000, p. 70). Igualdade na diversidade, pois o pesquisador tem objetivos claros ao eleger os sujeitos, assim como os sujeitos conhecem de maneira específica o assunto abordado pelo pesquisador.

Este diálogo teve por referência um roteiro para nos guiar, construído a partir dos objetivos desta pesquisa.

- *Escolha e Trajetória Profissional;*
- *Cotidiano Profissional;*
- *Projeto ético-político profissional;*
- *Linguagem Profissional*

Cabe ressaltar que o clima construído na entrevista permitiu que o roteiro se concretizasse sem perguntas prévias, apenas instigadores para o diálogo interativo, o que é próprio da metodologia de História Oral.

Ao trabalhar com a metodologia de História Oral suscitamos a memória como preservação da informação, e que essas informações se transformem em sinais de luta contra as ideologias dominantes e o processo em andamento. Com isso, lutamos para que a história não fique nas mãos restritas de profissionais e, segundo Portelli (2000, p. 68), para assim fazer da memória um posicionamento político em favor das minorias. A memória entendida como construção política e relação social, como possibilidade de “resistência e resguardo de pertença, instalando-se (...) uma discussão sobre o político e o poético e suas transferências” (FERREIRA, 2004, p. 66).

Ocorre levar em conta, segundo Ferreira (2004, p. 77 – 79), que uma das formas de luta social, na esfera da memória, é a imposição de uma espécie de esquecimento de determinados aspectos da história. Ferreira enfatiza que o “esquecimento é um mecanismo explorado por uma instituição hegemônica, tendo em vista excluir da tradição elementos da memória”.

Portanto, a dupla esquecimento/lembança é apenas aparente oposição. É por meio do esquecimento, ou pela busca de hiatos, lacunas que a memória é narrada; o esquecimento é, segundo nos ilustra Ferreira (2004), o “Pivô Narrativo”, o que nos impulsiona e instiga a narração.

Compreender a dimensão da memória ao trabalhar com fontes orais se faz importante, pois não há narrativa sem a busca pela memória, assim como se faz necessário considerar a memória ao analisar os depoimentos.

As entrevistas foram gravadas em áudio, com o auxílio de um gravador. Em seguida foi realizada a transcrição na íntegra, o que a torna um novo tipo de documento, e segundo Queiroz (1983, p. 86) como

documento escrito, sua especificidade estará em ser confrontado com a matriz (a gravação) todas as vezes que necessário, o que não sucede com questionários, nem documentos históricos. Como documento escrito não dispensa o cotejo com outros tipos de documentos (...)

Sobre esse documento iniciei a análise das narrativas, passando para uma nova fase do trabalho de pesquisador. Cabe assinalar que esses depoimentos foram editados, a fim de garantir uma melhor interação do pesquisador com as narrativas trazidas pelos sujeitos, mas sem perder o que na íntegra me foi relatado.

A análise na metodologia de História Oral se apresenta como “processo de visão, interpretação e, em consequência, de mudança (...), pois recordar e contar já é interpretar (...)” (PORTELLI, 1996, p. 66).

As análises estão imbuídas da categoria cultura²⁸, como àquela que oferece direção analítica, segundo Fenelon (1993, p. 86), assim aceitando a cultura, na perspectiva de Thompson, como “processo social que modela modos de vida global”.

Mantive no horizonte, ao trabalhar com as narrativas e realizar a transcrição e a análise das mesmas, a compreensão de que, por análise,

no sentido operacional do termo, entende-se o recorte de uma totalidade nas partes que a formam, que são então apreendidas na seqüência apresentada (...) para num segundo momento serem restabelecidas numa nova coordenação (QUEIROZ, 1985, p. 88).

Para chegar a uma análise mais clara das qualidades, considerando o objetivo proposto, foram estabelecidos sub-itens a fim de reordenar os diálogos, permitindo que fosse construído um texto buscando um ordenamento de idéias, preservando assim sua originalidade. Procura-se, dessa forma, reescrever a entrevista como se o próprio entrevistado estivesse escrevendo, dizendo, ou ainda dialogando.

Os sub-itens são:

- *Trajatória Pessoal;*

²⁸ Para aprofundar, ver Williams (1979 e 2000), Thompson (2004, 1981), Chauí (1990, 1986).

- *Estágios;*
- *Trajetória Profissional;*
- *Cotidiano Profissional;*
- *Projeto ético-político;*
- *Linguagem Profissional;*
- *Ações Profissionais Alteram Trajetórias de Vida.*

2.1.1 – Os Sujeitos da Pesquisa

*O narrador é o homem que poderia deixar
a luz tênue de sua narração consumir
completamente a mecha de sua vida.
(Walter Benjamin)*

Os Narradores que ouvi para esta pesquisa são assistentes sociais, inseridos na profissão, atuando cotidianamente e ativamente na construção do Serviço Social.

Entrevistei 04 (quatro) assistentes sociais que constroem sua experiência na intervenção direta com usuários, profissionais de áreas distintas do Serviço Social, o que possibilitou uma aproximação com as áreas onde, segundo indicação do CFESS (2005), mais atuam assistentes sociais no Brasil: Saúde, Assistência Social e Sócio-jurídica.

Partindo do reconhecimento de que a linguagem profissional é construída na experiência pessoal, na formação e no exercício profissional, surgiu a necessidade de dialogar com um docente do curso de Serviço Social, entendendo a docência como um momento em que há uma preocupação com a construção da linguagem profissional dos futuros assistentes sociais, completando 04 sujeitos, um de cada área de maior concentração de profissionais, segundo último levantamento do CFESS publicado em 2005.

A metodologia de História Oral preocupa-se mais com a intensidade das vivências elaboradas pelo sujeito ao trazer os significados que atribuem às suas experiências do que com o número de sujeitos pesquisado.

Nesta metodologia o importante não é o número de pessoas entrevistadas “(...) mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p.24). Instaura-se a idéia de sujeito coletivo: autora explica que uma pessoa tem a referência grupal, expressando o conjunto de vivências desse grupo, a partir da densidade de suas vivências.

Um dos momentos mais delicados ao eleger os sujeitos foi a escolha dos profissionais que representariam tais áreas de concentração, pois entendo que “a qualidade do material obtido depende da qualidade do informante escolhido, em função do que se pretende desvendar” (QUEIROZ, 1985, p. 68). Cada sujeito trouxe contribuições valiosíssimas sobre suas experiências, o que enriqueceu em demasiado a pesquisa.

É a partir do inter-jogo de subjetividades construído nas entrevistas, com que carinhosamente apresento cada uma das quatro assistentes sociais – com seu explícito consentimento. Cada uma delas trouxe aspectos relevantes sobre seu cotidiano profissional, suas escolhas e suas trajetórias, assim como abriram suas casas e seus espaços institucionais para compartilharem comigo suas histórias, além de permitirem a revelação de seu nome por inteiro.

São elas: Sandra Maria Faria, Maria Luiza Valente, Silvia Jeni Luiz Pereira de Brito e Elisa Maria de Andrade Brisola.

Meu primeiro contato com a assistente social **Sandra Maria Faria** foi em decorrência do grupo de supervisores da FAMA – Faculdade de Mauá²⁹. Sandra realiza suas atividades profissionais na UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, onde também há alunos estagiários da FAMA.

Para a entrevista nos encontramos duas vezes: na primeira, estávamos na sala da Divisão de Serviço Social, era uma manhã abafada em São Paulo, dialogamos sobre meu projeto de pesquisa, relatei um pouco sobre a metodologia de História Oral e como realizaríamos a entrevista.

No dia 06 de novembro de 2007, na sala de reuniões do Ambulatório de Planejamento Familiar, realizamos a entrevista, a qual foi muito tranqüila, e estabelecemos um diálogo longo, agradável e que, com ar de “mineirice”, se tornou uma “prosa boa”.

Sandra, de 46 anos, nasceu em São Paulo, mas sua família é de Minas Gerais. Relata que sempre morou na zona sul de São Paulo e fazia viagens de trem, quando criança, para visitar parentes na zona leste.

Graduou-se em Serviço Social pela PUC-SP e trabalha há 13 anos na UNIFESP, assim como seus pais, que também trabalharam na então Escola Paulista de Medicina.

O diálogo com a assistente social Sandra me possibilitou compreender a construção da linguagem profissional e suas mais variadas expressões, seja nos grupos, nas avaliações, nas reuniões em equipe ou nos atendimentos individuais.

A indicação do nome da assistente social **Maria Luiza Valente** foi da Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Teixeira Branco Costa, que acompanha há algum tempo a minha trajetória de pesquisador, assim como a da profissional entrevistada.

Meu primeiro contato com Maria Luiza foi por telefone, quando realizei o convite e marcamos uma data para a entrevista. Encaminhei por correio eletrônico o projeto de pesquisa para que a mesma se aproximasse das discussões.

²⁹ Faculdade de Mauá, localizada na cidade de Mauá – SP, região metropolitana da capital, onde pude acompanhar, durante março de 2007 até a presente data, a disciplina de Estágio Supervisionado como professor convidado.

Eu a conheci pessoalmente quando Maria Luiza abriu a porta de seu apartamento no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro.

A entrevista se realizou em 15 de dezembro de 2007. Era uma tarde abafada na “cidade maravilhosa” e estávamos próximos à janela do seu apartamento, que possui uma vista deslumbrante para o Cristo Redentor, a qual, além de despertar suspiros do pesquisador, nos inspirava. Passamos juntos uma tarde, onde pude conhecê-la e também apresentar-me, a mim, e minhas questões.

Maria Luiza tem 51 anos, nasceu na cidade de Cataguases, no estado de Minas Gerais, e mora no Rio há 30 anos. Formou-se em Serviço Social pela PUC-RJ em 1981, realizou mestrado (1989) e realiza seu doutorado na mesma instituição, assim como ministra aulas nessa Universidade.

Possui formação em psicanálise, o que a faz dialogar com o Serviço Social também desta perspectiva, construindo uma linguagem profissional e uma escuta qualificada.

A escolha por uma assistente social do Rio de Janeiro proporciona um debate mais plural da temática e enriquece a pesquisa.

O diálogo com a assistente social Maria Luiza possibilitou conhecer uma linguagem profissional específica: a do Judiciário e sua construção permanente, seja nos atendimentos individuais, com famílias, nas visitas domiciliares ou na escrita de um parecer técnico, revelando outra forma de linguagem profissional.

A terceira assistente social entrevistada foi **Silvia Jeni Luiz Pereira de Brito**. Meus primeiros contatos com Silvia foram no decorrer das disciplinas do curso de mestrado, mas pude conhecê-la melhor nos cafés e nos corredores da PUC-SP, onde nossos diálogos sempre fortaleceram nossos objetos de pesquisa.

Silvia trabalha na Prefeitura do Município de Campinas – SP, onde hoje atua na Secretaria de Assistência Social. Construiu sua experiência no segmento da pessoa com deficiência, assim como com idosos, e não é ao acaso que seu tema de pesquisa para o mestrado é o Benefício da Prestação Continuada.

Nasceu na cidade de Campinas – SP, tem 45 anos, filha de campineira com goiano, casada, com dois filhos, reside no centro da mesma cidade, bairro onde sempre morou e relata ao falar da localidade que “*sair daqui me apavora*”.

Realizou sua graduação, concluída em 1984, na PUC de Campinas. Anos antes de ingressar no curso sua irmã terminara Serviço Social e o diálogo em casa trouxe elementos para a escolha do curso, como ela mesma narra.

A entrevista realizou-se em 10 de janeiro de 2008 em sua residência. Passamos uma tarde juntos. Além de discutir a temática e realizar a entrevista pudemos nos rever e estreitar vínculos de amizade.

Ouvir suas histórias e compreender suas experiências possibilitaram entender que a linguagem profissional construída na política de assistência social é o lugar por excelência do assistente social, sem desconsiderar as demais profissões que compõem tal política, assim como compreendi que a luta histórica da assistência social é a luta também dos profissionais de Serviço Social.

Outra entrevista foi com a assistente social **Elisa Maria de Andrade Brisola**, docente no curso de Serviço Social da Universidade de Taubaté – UNITAU há 14 anos e vice-presidente da ABEPSS, região Sul II, na gestão do biênio 2007-2008.

A escolha deu-se também pelo fato de que Elisa foi minha professora de Ética Profissional na graduação em Serviço Social, a qual, em conjunto com todo corpo docente, auxilia-me na construção da minha linguagem profissional.

Elisa tem 47 anos e é formada em Serviço Social pela Universidade do Vale do Paraíba, na cidade de São José dos Campos – SP. Realizou mestrado e doutorado em Serviço Social pela PUC-SP.

Sua opção pelo curso de Serviço Social deu-se muito pelas experiências militantes na Igreja Protestante quando adolescente. Mesmo tendo prestado vestibular para Odontologia, foi o Serviço Social que ganhou uma excelente profissional.

Suas experiências profissionais circularam o âmbito público e privado, em Hospitais particulares e na Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de São José dos Campos – SP.

A entrevista realizou-se em 23 de janeiro de 2008 em uma sala do Departamento de Serviço Social da UNITAU. Era uma tarde chuvosa de janeiro, o que contribuiu para um ambiente mais intimista.

O diálogo com uma docente do curso de Serviço Social ratificou-me que a linguagem profissional é construída primeiramente na formação, fomentando o engajamento e a defesa do projeto ético-político profissional.

Compartilho com os leitores a companhia dessas mulheres aguerridas, pois como tão bem nos lembra Benjamin (1994, p. 213), “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha desta companhia”.

2.2 – TRAJETÓRIA PESSOAL: “eu sou toda mineira” (Sandra).

Luiza:

Criança, naquela época, década de 50, o que era criança? Era qualquer nota. Ainda mais no interior de Minas, né?! Assim, dá comida, roupa, e...

Rodrigo:

“Engorda o porco” (os dois riem muito).

Luiza:

Só quando ficava doente, aí cuidava, eu adorava ficar doente, porque era aquela coisa, não maltratava, mas era outra visão.

Sandra:

*Na minha infância, quando saía (...), alguns, não eram todos os finais de semana. Eu tinha uma tia que morava em Itaquera³⁰. Então, a mãe pegava os quatro, mãe e pai, e de vez em quando ia fazer um passeio em Itaquera, era de domingo. A gente ia cedinho, pegava ônibus, trem, parava lá na... **Não me lembro com tanta clareza.***

*Era um trem xiquexiquexique (...) todo barulhento. A gente pegava naquele negocinho de ferro... **Eu me lembro.***

Silvia:

Acho importante dizer, Rodrigo, que eu sou filha de uma campineira com um goiano. Meu pai era do interior de Goiás, veio a Campinas para estudar, fez faculdade aqui, casou com a minha mãe e aqui viveu. Tô trazendo isso porque são duas culturas totalmente diferentes.

Cora Coralina, poeta goiana relata:

*(...) autênticos becos de Goiás.
Ao meio-dia desce sobre eles,
vertical,*

³⁰

Itaquera, distrito localizado no extremo leste da cidade de São Paulo.

um pincel de luz,
rabiscando de ouro (...)
Criando rimas imprevistas.³¹

Sempre morei aqui no Centro, bem pertinho do Cambuí, essa avenida aqui é o Cambuí. Antes de casar eu morava na rua de baixo. Sair daqui me apavora! Morei dois meses assim que casei, mas era próximo daqui.

“aqui eu conheço todo mundo, todo mundo me conhece” (Silvia)

Elisa:

*Paralelo a isso, não vou chamar de militância, mas tinha uma atividade muito forte na Igreja, na ação social da Igreja Protestante Presbiteriana. Fazia visitação nos bairros clandestinos de São José dos Campos³², pessoas muito pobres, fazia cesta-básica, visita, escuta e pá, pá, pá... Isso foi uma coisa que cresceu dentro de mim. **Essa idéia da justiça, esse ideal estava presente na essência, nas leituras que eu fiz na juventude.** Essa coisa de pensar a sociedade, ver tanta desigualdade, foi me levando pra esses caminhos. Com 19 anos eu tava na Igreja pensando isso. E também, todo o significado da religião na vida das pessoas, fazia jornal, debates, assustando muito a Igreja com essa forma toda de pensar (...) meio que uma Igreja de esquerda (...) dentro da Igreja Protestante. Era muito difícil. Até que gentilmente pediram pra gente sair. Era um grupo de jovens muito inteligentes, muito sensíveis também. Pediram pra gente sair, tava muito difícil a nossa presença lá. Sempre fui professora, desde os 17 anos, em escola pública.*

Sandra:

*Nasci aqui em São Paulo (...) **vou contar os flash que me vem à memória** (...) eu sou paulista, mas filha de mineira, pai é do interior de São Paulo, mas mãe é mineira, aquela que carrega todos os traços...*

³¹ Cora Coralina: O beco da escola.

³² São José dos Campos, cidade localizada no Vale do Paraíba, estado de São Paulo, a cerca de 90 km da capital.

Ela é de Barra Longa³³, perto de Ponte Nova³⁴. Mãe nasceu lá, mas veio já adolescente, e, nunca mais voltou, nem quis. A gente diz: “Mãe, por quê?” Ela diz: “Minha cidade é São Paulo, aqui que eu me fiz, formei minha família”, mãe ama São Paulo. Veio de Minas, fichô, casô (...)

Ítalo Calvino, em seu livro *As Cidades Invisíveis*³⁵, relata as descrições que Marco Pólo faz ao imperador Mongol Kublai Khan sobre as cidades do seu Império.

Marco Pólo, ao dizer de uma cidade, afirma:

“De uma cidade, não aproveitamos as sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.”

*(...) acho que a gente não deveria trazer a naturalidade da onde a gente nasce. Assim, **eu sou toda mineira**, não sou paulista, sou toda mineira, São Paulo é meio o Brasil, né. Mas eu sou daqui.*

Rodrigo:

Mas, o que caracteriza essa mineirice?

Sandra:

Sotaque às vezes, gostar de queijo, a cultura, a alimentação, uma comida mineira ainda está presente. Identifico assim, tem alguns traços que são de mineiro, não de paulista, ser mais quieto, ouvir, observar, ao mesmo tempo falar muito (...) mãe é de falar muito, eu herdei isso, chega aqui e já conversa com outro, puxa conversa, mãe é muito comunicativa. Isso também é o lado mineiro, ser amigo, mas, sem se meter aparentemente. Educação, quando eu me casei lembro que parecia que tinha falecido alguém. A gente sai de casa (...) parece perda mesmo. Você casa por vontade própria, amo meu marido, mas a gente é muito apegada.

³³ Barra Longa, cidade localizada na Zona da Mata, estado de Minas Gerais, comarca de Ponte Nova, a cerca de 170 km de Belo Horizonte.

³⁴ Ponte Nova, cidade localizada na Zona da Mata, estado de Minas Gerais, a cerca de 190 km de Belo Horizonte.

³⁵ CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Elisa:

Fiz magistério, interessante, até trabalhei em algumas escolas particulares, mas eu trabalhei muito no estado, o que hoje é o ensino fundamental, também no ensino médio... Eu dava aula de sociologia no ensino médio, olha só! No ensino fundamental em escolas rurais, ali em Jacareí,³⁶ e fiquei muito embrenhada nessa história de educação, dando aulas, dando aulas, eu gostava muito dessa área.

Luiza:

*Sou de Cataguases³⁷, em Minas, **uma cidade moderníssima** (...) tem 30 anos que eu estou aqui [Rio de Janeiro], eu vim com 21 pra fazer faculdade. Me formei em 1980, na PUC. Quando me formei já tinha passado em uma pós-graduação, no Hospital Universitário do Fundão³⁸, onde eu trabalhei. Fiz tipo uma especialização na área da saúde, correspondia a uma residência. Mas não foi até o final, houve entreves lá, coisas institucionais, nada a ver comigo. E continuei lá. Foi um tempo muito legal, mas como treinanda, com bolsa e tudo mais. Depois passei em um curso de especialização. Tudo que eu fazia eu passava. Estudei em tempo integral, a PUC naquele momento, naquela época, **o primeiro mestrado em Serviço Social foi na PUC do Rio. O primeiro mestrado do Brasil em Serviço Social. Vinha gente do Brasil todo. E a PUC era um pólo interessantíssimo, ainda era ditadura,³⁹ e muitos professores que foram banidos das Universidades Públicas, principalmente, os da área de Ciências Sociais foram pra PUC. Muitos deram aula no mestrado, a Miriam Limoeiro, enfim, era um momento muito profícuo.***

“eu saí da Universidade achando que o mundo estava em minhas mãos”

(Luiza)

Aquela geração (...), meus colegas contemporâneos, teve de tudo, de direita e de esquerda. Teve o pessoal do plano real, do plano cruzeiro, eram todos da economia

³⁶ Jacareí, cidade localizada no Vale do Paraíba, estado de São Paulo, a cerca de 80 km da capital.

³⁷ Cataguases, cidade localiza na Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, a cerca de 320 km de Belo Horizonte.

³⁸ O Hospital Universitário do Fundão é um Hospital Universitário da Federal do Rio de Janeiro, localizado no campus do Fundão, e chama-se HUCFF – Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

³⁹ Ditadura Militar é o período em que no Brasil os Militares assumem o governo, por meio de um Golpe de Estado ocorrido em 1964.

e, meus contemporâneos, o presidente do Banco Central, o presidente do BNDES [Banco Nacional do Desenvolvimento], da minha turma de ciclo básico teve dois presidentes do Banco Central, dois presidentes de grandes bancos.

Rodrigo:

E você tinha uma movimentação política? Estava na articulação?

Luiza:

Total, mas eu era massa avançada. Era festiva mesmo! (os dois riem muito)
Imagina, eu queria saber de namorar.

“Tinha vindo de Cataguases pros Plotis da PUC, entendeu?” (Luiza)

Eu absorvia todo aquele ambiente cultural, e tal, participei da passeata da anistia, de todo aquele movimento da anistia, e tal, mas, participava como massa, eu nunca compus nenhuma chapa.

O movimento da Anistia culminou em 1978 com a Lei da Anistia, a volta dos exilados políticos, o avanço dos trabalhadores, a organização partidária, entre outros fatores, o que proporcionou um avanço nos movimentos sociais em busca de um Estado Democrático e da diminuição das desigualdades.

Eu tinha 20 anos. Eu era uma caipira e a PUC era uma elite, continua sendo, né?! Hoje tem um alunado do Serviço Social e de outros cursos bolsistas, de comunidades, mas naquela época era um lugar onde estudava a elite, não só a elite financeira, mas a intelectual. Porque as universidades públicas, principalmente na área de Ciências Sociais, tinham uma direção, aqui mesmo no IFCS [Instituto de Filosofia e Ciências Sociais] de direita. O diretor era um medievalista. E a PUC absorveu um quadro interessante de professores, embora o curso de Serviço Social fosse ao modelo caso, grupo e comunidade, e ainda tivesse um lastro ligado à origem da profissão de forma muito presente, mas eu vi o Castel falar, Robert

Castel. Alguns anos antes, em 74 o Foucalt foi lá. **Nossa eu tenho 30 anos de PUC!**

Rodrigo:

Parece que foi ontem?

Luiza:

*É! Tem uma trajetória aí. **A minha inserção na cidade se deu via PUC**, então, se deu via um lugar bacana. Eu fiquei ligada afetivamente, e sem deixar de levar em conta que é uma universidade católica, dirigida por jesuítas e que dois anos após a minha graduação, em 82, 28 professores foram demitidos. Houve uma caça às bruxas lá... Mas eu voltei em 89 pra fazer mestrado.*

Sandra:

*Eu tenho três irmãs, sou a caçula, as três trabalham aqui na UNIFESP [Universidade Federal de São Paulo]. **A mãe trabalhou aqui 40 anos e o pai trabalhou também.** Olha que coisa... Minha mãe começou como atendente de enfermagem, depois fez um curso de radiologia, e foi ser técnica de Raio-X durante muitos anos. Meu pai era operário, trabalhava na Wallita, pediu demissão (...) eu me lembro, era muito nova, 8, 9 anos (...) pediu demissão pra comprar nossa casa. Voltou à Wallita, trabalhou mais um tempo, ficou desempregado. Trabalhou na construção civil. A mãe arranhou pra ele aqui, já com mais de 50 anos, ficou muito tempo, até os 70 e poucos anos, ele não aposentava porque adorava aqui. O pai aposentou por causa de um enfisema pulmonar. Teve que usar oxigênio o período todo, por conta disso aposentou, senão não aposentava, adorava aqui, o povo adorava ele. Pai era porteiro do Infarque, um prédio da Farmácia. **Mãe era persistente e foi pondo todos os filhos aqui.** Lembro de uma coisa que eu sempre falava: “eu não quero trabalhar na saúde”. Última coisa que quero é trabalhar no Hospital. Olha aonde vim parar (...) porque era Escola Paulista ainda.*

A Escola Paulista de Medicina inaugurada em 1933 constituía-se “uma sociedade civil sem fins lucrativos que se transformaria na Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, vinculada até hoje à instituição” (PAULINO E ROGÉRIO, 2003, p. 16). Em 1956, inicia-se o processo de federalização.

Na década de 70, passa por conturbados momentos de crise financeira e, em 1978, os médicos residentes interrompem o atendimento, em busca de melhores condições de trabalho, juntamente com outros profissionais da Escola Paulista de Medicina.

Em 1994, a então Escola Paulista de Medicina é transformada na UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo.

*Teve períodos de não pagamento, de greve, uma série de coisas, sofremos muito na pele isso lá em casa, né. Mãe trabalhava muito, mais de 12 horas por dia, **a gente sentia na pele tudo aquilo que ela vivenciava aqui.** E, eu falei, saúde é muito sacrifício, muito estressante, e tal (...) depois que entra no sangue você não consegue sair (...) foi vindo minhas outras irmãs, primeiro uma irmã, a mais velha, depois veio eu, a outra e a outra.*

Rodrigo:

E o Serviço Social surgiu como pra você?

Sandra:

*Não foi uma coisa clara, quando prestei (...) **sempre adorei escrever**, fui uma boa aluna, nunca repeti, essas coisas todas (...) adorava escrever. “O que eu quero ser?” sempre pensei em ser Jornalista, alguma coisa que eu pudesse escrever.*

“Lembro de uma professora, no primário, eu lembro até o nome dela, eu nunca esqueci: Rosa, professora de Português, ela disse: “Sandra, você vai ser escritora ainda”. (Sandra)

Escrevia muito, gostava, lia tudo que caía na mão. Falei: “ah, eu quero fazer jornalismo”, mas não tinha ainda uma definição sobre o que fazer. Acabei o colégio, fui trabalhar e fazer cursinho no Universitário. Comecei a trabalhar lá à noite e fazia o cursinho à tarde. Ainda estava na dúvida, Comunicação ou Relações Públicas. Acho que Relações Públicas. Eu achava que lidava com pessoas, com eventos, gostava muito de conversar (...) vou fazer Relações Públicas, prestei na USP Comunicação Social, por que entrava na faculdade de Comunicação Social e depois

de dois anos fazia a opção, *Relações Públicas, Jornalismo, e alguma coisa com Artes Visuais.*

*Mas passei na primeira fase e não na segunda. Li Serviço Social, vou tentar particular, apesar de não ter muita condição, mas, a mãe dizia: “Tenta que eu te ajudo a pagar”. **O sonho da mãe era que as filhas estudassem (...)** que se formassem, por que ela não pode fazer isso. Serviço Social! Alguma coisa de lidar com as pessoas, promoção humana, achei que era muito parecido com Relações Públicas. Ai eu fiz. Lembro que eu prestei a PUC (...) tinham umas meninas que fizeram colégio particular e tal, e prestaram, de todas só quem entrou fui eu. Pensei: “ah, eu não vou entrar”, sempre colégio estadual e passei.*

*Tô lembrando no quintal de casa, a mãe falou: “acho que saiu a lista” não sei se saiu em algum jornal do cursinho, eu não sei (...) quando veio a lista minha irmã que foi pegar, nem fui eu. Em casa tem uma varanda, na casa da mãe, até hoje tem, mais hoje é diferente, tinha um murinho nesta varanda, e ai minha irmã chegou e disse: “Sandra, seu nome está na lista”. “Pára com isso, bobeira, claro que não está não!” “Está sim, você passou na PUC”. **Minha mãe ficou num encantamento**, nossa, pra mãe era como se tivesse ganhado na loteria. “Nossa, filha, você passou” (...) **mas será que eu queria ter passado?** Porque eu não tinha muita compreensão do que era Serviço Social. Comunicação eu queria mesmo. E fiz Serviço Social, na época eu não tinha condições de pagar, a mãe disse: “**Não tem problema, a gente faz um esforço e paga**”.*

*Foi aí que eu entrei. Entrei meio no encantamento, no segundo ano eu queria mudar. O primeiro ano era básico, acho que não é mais assim, no segundo ia pras específicas, pra sua área. **Parecia que essa profissão era responsável pelos outros, eu tinha essa impressão. Salvadora da Pátria, alguma coisa assim.***

*Achava que a PUC exigia muito (...) tinha aquela coisa de política, e pra mim política era partido. A PUC exigia muito de você em relação à participação nos movimentos, eu falei: “Meu Deus, como é que a pessoa consegue? Trabalhar o dia inteiro, estudar a noite, e no final de semana ainda tem que ir pro movimento, de bairro”.
Pensei meu Deus, como que vou ter tempo pra namorar...*

Rodrigo:

E porque Serviço Social, Luiza?

Luiza:

*Olha, não tenho uma resposta, mas **o que a gente gostava muito de fazer quando era criança é aquilo que a gente vai fazer bem quando cresce.** (os dois riem muito) Quando eu era pequena adorava, tinha uma curiosidade pela vida dos adultos, que era uma coisa, a minha brincadeira era saber a vida dos adultos.*

Rodrigo:

De perguntar coisas pras pessoas?

Luiza:

*De saber da vizinhança, de perguntar o que mudou? Quem casou? Quem tava grávida? Eu não me lembro, nunca, de brincar com boneca, brincava de casinha, brincava muito com menino e tal, mas **eu queria saber é a vida dos adultos.** E, não tinha televisão na minha casa, minha família é muito católica, meu pai muito conservador, e ele achava que televisão não fazia nenhuma falta. Fui criada junto à minha avó materna. Quando nasci ela tinha 80 anos, era meio matriarca, uma família extensa, classe média, a gente morava ao lado de uma vila operária clássica dos anos 40, meu pai não era operário, era um profissional mais especializado, técnico. E minha mãe, embora de uma família... **Tinha um esqueleto na cobertura, a história não era contada,** era do interior de Minas, mas de outra cidade, e vieram todos já adultos, e eu não sabia o que tinha acontecido, eu sempre perguntava, mas não diziam. Depois descobri, sempre tem um pecado, né?!*

*É uma família super tradicional, descendente do herói, do Tiradentes. Toda uma família burguesa. Minha avó era muito pobre, e tanto é que quando minha mãe casou é que redimiou a família. Meu pai construiu uma casa pra minha avó. Como eu não fui criada em uma cultura televisiva, **eu gostava que minha avó contasse a história dela, de como era quando criança, minha avó nasceu em 1875, ela tinha o que? 15 anos quando aboliu a escravatura, ela era uma sinhazinha.***

Rodrigo:

E ela tinha essa memória, ela te contava as coisas?

Luiza:

Tinha, me contava, ela transmitia, morreu com 96 anos, totalmente lúcida e empoderada. Eu queria saber como era a vida das pessoas, como era a vida dela, ela contava tudo, mas só até casar. A vida dela mesmo de criança, de como eram os escravos, eu queria saber da intimidade, mas disso ela não falava. Contava como eram as relações. Recentemente eu escrevi isso, daqui a pouco eu vou esquecer. É totalmente História Oral, ela me dizia como era a vida, como era o casamento, mas, eu queria detalhes...

Elisa:

*De fato não conhecia nada dessa profissão. Eu queria ser dentista. Fazia cursinho, vestibular pra Odonto, e tal... Acabou que não deu muito certo. (...) eu não passei no vestibular pra odontologia (...) fiquei meio sem rumo (...) não quero mais ser dentista... Me estressei... Desencantei, fiquei por pouquíssimos pontos. Então, o que eu vou fazer? Em vez de voltar e insistir, não! Eu digo que sempre tem uma explicação. Aí eu disse: “não quero mais fazer isso”. Meu namorado disse: “ah, por que você não faz Serviço Social?” O sonho do meu pai era que eu fizesse direito, queria ter uma filha promotora, juíza sei lá (...) meu irmão já estava fazendo direito, minha família toda fez direito (...) mas eu não gostava, tinha uma idéia do direito muito positivista. Que tinha que decorar lei, hoje claro, tenho uma visão totalmente diferente (...) **hoje eu acho que me daria bem no direito, por que enfim, o que a gente faz é garantia de direito** (...) eu disse: “ah, vou fazer esse Serviço Social pra ver o que é”.*

“Quando cheguei no Serviço Social, paixão total”! (Elisa)

Esse curso é a minha cara! Eu fiquei encantada, achava o curso muito bom! Curti muito as disciplinas, os conteúdos, fui me identificando com aquela teoria, e os professores diziam “ah Elisa, você tem que ir pro mestrado.” Mas eu tinha pouco

acesso a essas coisas (...) muito diferente de hoje, vocês têm uma condição muito legal. Tem os professores que dizem, façam assim, faça assado, ensinam o caminho das pedras. Explica que tem bolsa.

*Tive muita dificuldade com estágio, porque eu trabalhava o tempo todo, eu era professora. Fiz estágio de final de semana, sei exatamente o que é isso (...) mas sempre achando muito interessante a discussão teórica. **O que a gente fazia na faculdade eu achava legal, e achava menos interessante a prática.** Por que eu tinha um estágio muito pobre, com supervisores muito desinteressados, mas eu disse: “não, essa profissão é legal! Vou me manter nela!”*

Rodrigo:

E por que Serviço Social, Silvia? Me conta...

Silvia:

*Então, quando eu fico pensando (...) assistência social, Serviço Social, (...) penso na familiaridade que tive durante minha vida toda. **Da sua marca histórica da bem-estar, da caridade, eu sempre vi minha mãe envolvida na Igreja Católica.** Que por sinal é aqui atrás, a gente sempre participou, onde frequentei, fiz a primeira comunhão, me casei, batizei meus filhos, mesmo não sendo tão praticante hoje (...) a Igreja fica aqui...*

***Essa Igreja tinha uma direção mais progressista,** na verdade tem até hoje, e minha mãe organizava as “benditas” cestas de alimento. Lembro de ir juntas (...) isso bem criança mesmo (...) para as ações da Igreja com a população pobre.*

*Meu pai era dentista, e o consultório dele era em casa (...) tinha em um bairro também, mas depois ficou só em casa (...) e sempre atendeu uma população mais simples, e ele gostava de conversar muito com os clientes, e contava as histórias pra gente: “sabe fulano... Veio do nordeste! Veio do Paraná, por que lá não tinha mais emprego, não tinha condições.” A gente sempre brincou que meu pai fazia um inquérito da vida das pessoas. Mas na verdade **ele gostava muito de perguntar o que estava fazendo aqui? De onde vinha? O que buscava? Fazia porque era***

alguém que veio de fora, né, e eu via muito isso... Até hoje eu não consigo perguntar poucas coisas para as pessoas, quero saber muito sobre elas, de onde você veio? Quem é sua família? O que você faz? O que você estudou... Acho que isso vem dele contar e despertar na gente.

*Minha casa sempre foi muito cheia, minha mãe tem hoje 76 anos, então, ela tem um grupo, que são amigas há 50 anos, sempre fizeram muitas coisas, e fazem até hoje, encontros, e continuam com essas ações caridosas, hoje é com a população de rua. De alguma maneira isso também chamou a atenção. **Mas a minha escolha pelo Serviço Social veio também pelo cenário político, a minha irmã fazia Serviço Social, eu tenho uma irmã assistente social.** Nós somos em quatro, eu sou a número quatro e a número dois também é assistente social, se formou antes de entrar, em 80. Ela trazia, sempre na hora do almoço, muitas discussões da faculdade. E olha, a faculdade de Serviço Social de Campinas era dirigida por Freiras, né, Madre Maria... Não me lembro o nome dela, era ultra católica. O que me chamava atenção era que, **o que ela trazia, não era bem aquilo que eu tinha aprendido na escola** sobre o cenário político do Brasil. Principalmente na década de 30, com Getulio Vargas, meu pai contava a visão dele, ela falava que não era assim, e coisa e tal, tinha ouvido de outro jeito na escola, o que é isso então? **Esse despertar por um Brasil, por uma história não contada, também foi me interessando muito.** Nós estamos falando de pouco tempo antes, né, Rô, de 78, 79, processo de redemocratização. Eu me lembro disso me chamar à atenção.*

Elisa:

Eu terminei em 84, já grávida da minha primeira filha. Aí as coisas começaram a complicar, porque grávida, sem emprego, quem iria dar emprego pra uma mulher de cinco meses? Fiquei sem trabalhar. Nasceu minha primeira filha e na seqüência eu fiquei grávida da segunda filha. Então, os quatro primeiros anos depois que eu me formei eu não trabalhei como assistente social, sempre como professora. Eu me lembro que trabalhei em um projeto do governo estadual chamado Plimec, você já ouviu falar?

PLIMEC – Plano de Integração do Menor na Comunidade, sua implantação foi possível em decorrência do art. 6º, parágrafo I, da Lei 4.513 de 1º de dezembro de 1964, a qual traz a criação da Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNEBEM).

Surge, então, no governo Geisel, com a tentativa de não deixar os “menores” em situação de rua.

Costa e Volpi (s.d. p. 23) relatam que com o PLIMEC houve

[um] espalhamento nacional das Creches Casulos, dos Centros Sociais Urbanos que era uma abertura para a participação social. Não deu certo porque era um programa posticho, não surgiu da sociedade civil. Contudo, onde houve criação de compromisso de técnicas com a população, muito desses programas se transformaram em espaços garantidos da comunidade (...) o PLIMEC não deu resposta convincente, não atendeu os meninos que estavam nas ruas, fora da escola. Os técnicos nunca tiveram a hegemonia da prática (...)

*O Plimec (...) em Jacareí (...) era uma coisa (...) olha como eu falo que tudo tem a ver (...) era um projeto pra crianças carentes, que precisavam de reforço escolar, ao invés deles irem embora pra casa, almoçavam e ficava a tarde para atividades recreativas, esportivas e pedagógica, e eu fazia a parte da tarde. Eram crianças muito marcadas, muito pobres. **Foi no Plimec que me foi burilado essa coisa do social.***

Sandra:

Meu último ano foi 84. Entrei em 81. A vida era assim: trabalhava, fazia estágio, voltava correndo pra casa (...) todo mundo trabalhava em casa (...) voltava pra fazer a janta e correr pra faculdade, estudava até as 11 da noite na PUC [São Paulo], voltava meia noite e meia, uma hora. Acordava outro dia cedo, e Sábado às vezes tinha aula. Antigamente eu tinha mais tempo. Por isso que eu lia todas as apostilas no ônibus, onde eu ia arrumar tempo. Na época da faculdade eu morava no Jabaquara⁴⁰, e fazia na PUC, em Perdizes⁴¹. Não é oposto, mas é bem longe! (...) Naquela situação pra pagar a faculdade, uma tristeza, então, tinha um percurso muito grande (...) eu não tomava metrô por que despendia mais dinheiro, tinha que

⁴⁰ Jabaquara é um distrito no extremo Sul da cidade de São Paulo.

⁴¹ Perdizes é um bairro localizado na região centro-oeste da cidade de São Paulo.

pegar um ônibus até o metrô. Um metrô, aí na Ana Rosa, um ônibus Perdizes. Super rapidinho, ia pela Paulista, Dr. Arnaldo e descia. Não tinha condições de pagar esta condução, eu tinha que pegar no máximo, no máximo: duas. Então, pegava um ônibus, que descia em São Judas, e pegava um Perdizes, aquele que vai pela Rego Freitas, eu não sei se ele ainda faz esse percurso? Adorava, ia olhando (...) a PUC sempre tinha apostila, todo dia tinha, toda aula tinha apostila pra ler, textos xerocados. **Eu ia lendo, e o ônibus balançava e eu lendo, acompanhava, assim (...) com as letrinhas balançando.** Pensava: “será que não vou ficar ruim das vistas?” Eu lia muito na condução, por que era um percurso de uma hora de ônibus..

Silvia:

Eu fiz [Serviço Social] na PUC de Campinas, peguei a transição (...) entrei em 81 e em 82 (...) mudou o currículo. Aquela fase da ênfase no desenvolvimento de comunidade. **Tanto que nós fomos formadas para trabalhar em comunidade, não admitia outro tipo de trabalho, era muito forte isso.** Quando me formei, recebi um convite para trabalhar na Rodhia, “eu não vou trabalhar com isso”, eu não admitia isso! Que absurdo! (risos) Acho que nem me daria bem mesmo! Como não apareceu esse trabalho na comunidade meus caminhos foram outros...

Elisa:

A escola que eu dei aula no tempo da graduação era uma escola missionária, implantada no meio de uma favela. Em uma favela chamada... Como era mesmo o nome... Uma favela muito importante ali em São José dos Campos. E eu trabalhava com as crianças da favela, então, assim, tem tudo haver, com aquela população, aquele contato. Pessoas muito pobres, muito pobres mesmo. Isso tudo foi ficando muito forte dentro de mim, fui conhecendo o social. Esse mundo que a gente vai trabalhar hoje, a própria questão social ali de uma forma indireta, como professora.

Luiza:

Tinha um interesse enorme pela vida das pessoas, tinha até um apelido, que era assim, é... Alguma coisa fiscal, que as minhas antenas estavam ligadas, e os adultos começaram a não falar certas coisas.

“Eu falo que ganho pra fazer aquilo que gostava de fazer quando era pequena. Sei que isso choca algumas pessoas” (Luiza)

Silvia:

No segundo ano da faculdade eu entrei em uma crise danada, porque não entendia o que era Serviço Social. Aí, tive uma professora muito querida, e não era só eu em crise, tinha outras colegas também. Ela fez um trabalho bem bacana, dando apoio, conversando, acolhendo...

Rodrigo:

E quem era essa professora?

Silvia:

Era a Rosa Cecília Andraus, hoje ela está na cidade dela em Itatiba⁴², nem está muito bem de saúde, teve uns problemas depois que deixou a faculdade. O professor Paranhos foi outro muito importante na minha trajetória. Adalberto Paranhos, ele tem uma voz de locutor assim... Uma voz gostosa. Ele dava “os aparelhos ideológicos do Estado” (risos), olha o que a gente estudava... Ele tem um livro que eu gosto muito chamado “O Roubo da Fala”, eu não sei se você já viu...

*Esse livro é justamente sobre a década de 30, contextualizando a era Vargas, e como Getúlio rouba a fala dos trabalhadores, como se torna populista, e como usa dos trabalhadores. **Então, alguns atores foram importantes aí na minha formação profissional.** Menos do que eu gostaria, queria ter mais nome na minha lista, teve a Célia Marconsim, ela está no Rio de Janeiro hoje, e também foi muito importante, a Irene.*

⁴² Itatiba, cidade do estado de São Paulo, localizada na região de Campinas, a cerca de 80 km da capital.

2.3 – ESTÁGIOS: “Foi a primeira vez que a gente teve contato com pessoas com esse nível de pobreza.” (Silvia)

O Estágio Supervisionado é um momento privilegiado da formação profissional, foi o que os sujeitos da pesquisa relataram em sua trajetória nesses campos de atuação. Elemento que, sem a reflexão dos sujeitos, não estaria presente nessa pesquisa.

Segundo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), o Estágio Supervisionado

é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõem supervisão sistemática (...) O estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABEPSS, 2004, p. 387 – 388)

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é um dos espaços onde a linguagem profissional é construída, o aluno/estagiário tem a possibilidade de efetivar essa linguagem nos espaços sócio-institucionais, sob a supervisão técnica de um profissional assistente social.

Elisa:

*Os estágios realmente foram muito precários, quer ver, eu fiz estágio no centro de atendimento ao migrante na Rodoviária de São José dos Campos. Ficava dando passagem, e ficava sozinha (...) era muito pobre aquilo (...) **apesar de que aprendi um monte de coisa: a me relacionar com a migração**, uma coisa que eu desconhecia, na minha história de vida não tinha passado nada disso; **a escuta foi fabulosa, o exercício da escuta, Rodrigo, foi o mais interessante que eu fiz na minha vida de estágio**, na CETREM – Central de Triagem, voltada pra questão da migração e tal.*

Sandra:

O primeiro estágio que eu fiz foi no Hospital Fraturas da Lapa, um hospital particular, tinha alguns convênios e o SUS [Sistema Único de Saúde]. Atendiam muito acidente de trabalho. Ganhavam com isso e, tinha uma parte de queimados (...) não foi uma

experiência rica, profissionalmente não foi uma coisa legal, por quê? A assistente social chegava, via os pacientes (...) você passava, perguntava um pouco o que que era, se era acidente de trabalho orientava. Mas, assim, não podia incomodar com muitas perguntas o paciente particular. Podia estar lá oferecendo seus préstimos. Já os pacientes do SUS eram meio que empurrados pra sair. Eu chegava, ela [assistente social] saía, e a gente é que dava conta de todo o serviço, eu de manhã e de tarde outra aluna. Depois eu saí, entraram outras, e a gente se reuniu com a PUC e descredenciou o Fraturas da Lapa como estágio. Porque era mão de obra. Não tinha uma supervisão direta. Fiquei seis meses, isso no segundo semestre do segundo ano.

Silvia:

***Eu me formei em 1984. Ano que vem faço bodas de prata.** Em 1980, inicia uma crise no Brasil, tanto que... Lembrando um pouco a trajetória, o meu TCC [Trabalho de Conclusão de Curso] foi sobre o desemprego que estava emergindo. Lembro que fiz esse tema, por que o meu estágio, no quarto ano foi na implantação do “Passe Desemprego” aqui em Campinas. A gente fazia entrevista, e dava lá um número de passes pra pessoa conseguir um emprego, sempre com muitos critérios, né, Rô. Indicava as agências de trabalho. Pedia pra procurarem, mas não se pensava em qualificação, mandava pra agência, pro balcão de emprego.*

Segundo Antunes (1996, p. 78)

Os países de capitalismo avançado, na década de 80, a mais aguda crise do mundo do trabalho (...) caracterizou o momento mais agudo nessa história do mundo do trabalho, porque ela presenciou, de maneira simultânea, uma dupla crise: aquela que atingiu a materialidade, a objetividade da classe trabalhadora (...) e uma outra crise no plano da subjetividade do trabalho, que não se desvincula desta primeira, mas tem características particulares.

Continua o autor afirmando que se alterou a forma de ser dessa classe trabalhadora e afetou seus organismos de representação, como os sindicatos, perceptível em escala mundial.

Silvia:

*Esses dias eu estava pensando, nossa, não mandava pra um curso de qualificação profissional. Era assim: não tem emprego? Vai procurar no balcão de emprego, sabe?! E foi um estágio muito duro, de muito sofrimento, pra todos nós estagiários, porque foi de implantação. Você imagina Rô, era um monte de gente (...) nem sei quanto, nem sei se tem registro disso (...) **e as pessoas desesperadas, o desemprego se agravando.** Nós estagiárias de quarto ano, a gente acolhia, ouvia aquele desespero, e o que a gente tinha pra fazer? Definir o número de passes e encaminhar pro balcão de emprego. Muito pobre, né! Nós mudamos, Rodrigo, atitudes nossas, não que a gente desperdiçasse (...) mas não conseguíamos jogar uma bala fora. Atendíamos todos os dias gente desesperada porque estavam passando fome. Isso foi um impacto muito grande, não só para mim, mas para todos que estávamos lá. **Foi a primeira vez que a gente teve contato com pessoas com esse nível de pobreza.***

Elisa:

Depois eu fui fazer estágio em uma creche, tive também um contato (...) sem supervisão sabe, trabalhar no sábado, no domingo (...) fui ficando muito observadora, de como era a dinâmica nas creches, o relacionamento com as mães, com as crianças e foi ficando bem legal pra mim. No sentido de ver como tinham coisas pra fazer ali, quantas coisas podiam estar melhor. No tratamento das crianças eu ficava muito incomodada de ver como elas [crianças] eram mal tratadas. Uma forma autoritária, agressiva e isso mexeu muito comigo. Não suporto ver crianças sendo tratadas assim (...) mesmo os bebês sendo obrigados a dormir mesmo sem querer. Que horror! O bebê tem que dormir de qualquer jeito, uma coisa horrível. Tudo isso foi ficando muito forte na minha formação, fazia até mal pra mim. E no último ano da faculdade eu fui selecionada pra um estágio na Johnson & Johnson⁴³, oh, que chique! Muito chique...

⁴³ Johnson & Johnson é uma empresa estadunidense fundada em 1885, instalou-se no Brasil em 1933, sua produção se destina à área farmacêutica e de utensílios médicos. Elisa realizava estágio na filial de São José dos Campos.

Sandra:

Daí, fiz inscrição no CIEE [Centro de Integração Empresa Escola] e um concursinho pra ser estagiária na FABES, que era a secretaria de Bem Estar Social da prefeitura.

Fui trabalhar na FABES Santo Amaro, que era ali na Rua Anchieta, e na Praça Floriano Peixoto. E nessa época era assim, tinha atendimento de porta: “ah minha casa ta com problema, ah to sem comida, cesta-básica”, tudo que era de assistência social ia naquela porta. Fiquei seis meses lá, com uma supervisora fantástica, uma profissional maravilhosa, que era a Bia.

Elisa:

*Aí eu deixei a escola. E no ultimo ano da faculdade fiz estágio na Johnson, cheia de louros, passei em primeiro lugar (...) “essa menina é ótima” (...) todo mundo recomendava, dizia: “olha, essa menina é muito boa! É a melhor aluna...” porque eu **adorava estudar, eu achava aquilo um barato**. Fui pra Johnson, um universo completamente desconhecido pra mim. E hoje, Rodrigo, sinceramente (...) acho que hoje a gente instrumentaliza melhor os alunos pra enfrentar essa prática. Por mais que achem que não. Vocês são melhores preparados, poxa! Era uma empresa... Johnson and Johnson e eu era uma menina de 20 anos. Não sabia quase nada daquilo. Um mundo muito competitivo. **Considerava uma pessoa muito ingênua pra tudo aquilo, pra aquele universo. Mas foi muito rico. Foi muito bom, eu consegui enxergar bem como se dão as tramas nessas relações empresariais**. Fui trabalhar com duas assistentes sociais, acho que esse já foi um problema. Uma trabalhava no campo de apoio direto com os empregados, acompanhamento. Era pioneiro, e eu ficava atuando ali (...) com a assistente social Isabel Volucro, que implantou esse serviço altamente reconhecido, foi levado pra várias empresas no Brasil, modelo mesmo, eu fazia uma parte do estágio lá.*

Sandra:

*Me passaram pra Habitação, fiquei um ano e meio, a gente fazia toda parte de reurbanização das favelas na região de Santo Amaro. Eram divididos em blocos, Santo Amaro era muito grande, já estava nessa época separado de Campo Limpo, mas Santo Amaro é muito grande, vai até Colônia, não sei se você conhece? Eram índios, era interiorzão. Divisa com a colônia indígena, ainda tem... Parecia um povoado (...) mas era São Paulo (...) Santo Amaro é muito grande. **Aprendi muito,***

porque tinha muita gente comprometida, bons profissionais (...) tinham aqueles que você não se espelha muito (...) foi uma base bárbara pra mim. Quando acabei o estágio, eles pediram a minha contratação. Eu não quis. Depois me arrependi. Eu gostava de mudanças, e eu falei: “eu não quero trabalhar mais aqui, nem com habitação, quero ver outras praias.” Aí fiquei um tempo sem trabalhar, me formei e fiquei sem trabalhar.

Silvia:

Fiz estágio na implantação, **acho que isso é uma marca na minha trajetória: implantar serviços.** O que eu plantei de serviços, acho que isso tem que ter um significado. Implantamos o Serviço Social na clínica de odontologia da PUC de Campinas. Depois, eu fiz na área da deficiência, na casa da criança parálitica aqui de Campinas. No quarto ano eu fiz esse na prefeitura com o “Passe desemprego”. Nós sofremos muito, porque até então, a gente não tinha contato com essa população, e sem recursos, era ouvir, e o apoio, e era muito pouco perto da complexidade. Era o nosso ouvir, o nosso contato e nunca mais iríamos saber mais daquela pessoa, **era uma coisa descontinuada.**

Rodrigo:

Você acha que isso era uma marca aqui desse trabalho, ou de uma coisa maior, de uma forma de entender a assistência social naquele momento?

Silvia:

Era com a assistência social mesmo, até porque a marca histórica são essas ações fragmentadas, descoladas de tudo. **Pensar um serviço desses hoje, você jamais vai pensar descolado de outras políticas que compõem esse cenário. É impossível, hoje, você abrir uma porta, oferecer um serviço, e estar fora, ou melhor, desarticulado de outras áreas e serviços.** Era como se trabalhava mesmo. Isso em 1984, agora eu não sei como era no balcão de emprego, que era um serviço maior, mas o nosso era esse.

A gente fazia entrevista domiciliar, mas olha só, na linha de comprovação de dados, triste pensar essas coisas, né?! Claro que tem muito da postura de cada um. Por exemplo, eu e minha dupla, quem ia comigo, nunca fomos imbuídas dessa

concepção. O serviço era assim, ir e comprovar, mas a gente conversava, perguntava das outras pessoas da família, se as crianças estavam na escola? Como estava a família? Alguém mais estava desempregado?

Elisa:

A outra parte [do estágio] no benefício, com outra assistente social. Fui me dando muito bem lá, sabe (...) eu atendia muito bem, as pessoas gostavam de estar lá (...) os empregados, mas os gerentes da Johnson também. Acontecia alguma coisa, eles diziam: “eu quero que a Elisa atenda!” Fui me dando bem, cuidando mesmo, quando era uma situação mais difícil, atendendo, me sobressaindo, o que gerou obviamente um problema ali com a assistente social.

E ela começou a me boicotar, não deixava fazer minha pesquisa, não deixava fazer nada. E eu fiquei grávida na metade do ano. Fazendo TCC, grávida, com uma supervisora me boicotando o tempo todo. Aí eu saí. Quer saber: “vou embora daqui, não vou ficar mais.”

*E foi tudo muito difícil pra mim, fiz o TCC sozinha. Ficou ruim, eu não tinha orientação, por que lá na UNIVAP [Universidade do Vale do Paraíba] é assim: um professor pra orientar a sala inteira. Você acredita nisso, tinha 27 alunos, um professor pra orientar 26 e eu, que era empresa (...) tinha outra que era de empresa também, mas essa a supervisora ajudava (...) fiquei sem estágio, sozinha. Todos os outros alunos faziam sobre comunidade com esse professor, no bairro do Buqueirinha. E uns trabalhos em grupos de cinco, de seis, e eu só. Foi uma coisa muito louca pra mim, foi muito ruim. **Nessa condição, sem grana, grávida, com a estima muito baixa, achando que eu é que não era boa. E essa assistente social foi muito cruel comigo, me colocou no chão.***

“o que sobrou do que nos tiraram é o que fecunda a nossa espera”

(José Souza Martins⁴⁴)

⁴⁴ MARTINS, J. S. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

Meu TCC ficou horrível, eu quase reprovei. Fiquei muito mal, fiquei muito mal mesmo. Formei! Passei de ano com a nota mínima do TCC, eu fiquei revoltadíssima, porque eu tinha sido uma aluna tão boa e na hora do TCC ninguém me ajudou, enfim, eu fiquei travada com isso, nem olhei pra cara do meu TCC, foi horrível, guardei numa gaveta e nunca mais mexi.

Sandra:

Eu me formei e fiquei sem trabalhar (...), prestei concurso e fui trabalhar na Câmara dos Deputados.

Rodrigo:

Como assistente social?

Sandra:

Não, como funcionária administrativa. Olha que interessante. Era um cargo que você poderia trabalhar na parte administrativa ou nos gabinetes dos deputados. Trabalhei muito tempo na parte administrativa, na chefia da portaria. Com dois velhinhos, eles não queriam me largar. A Erundina se elegeu deputada e tinha uma vaga no gabinete dela de auxiliar, mas sem gratificação. Fui trabalhar com a Erundina, como administrativo dentro do gabinete dela. Já formada! Pouco encontrava com ela. Ela chegava de manhã (...) votei nela em todas as eleições (...) porque ela realmente trabalhava, eram 07h00 da manhã tava no gabinete, era meia noite ela tava nos movimentos de base. Pouquíssimas vezes eu falei com ela, pouquíssimas.

*Ela falava pra mim, através do assessor, que era o Ivan (...) **o pessoal que trabalhava com ela também era bárbaro, tinha um do movimento negro: o Flavinho. O Ivan tal.** Falou se eu não queria acompanhar ela nos movimentos? Eu falei não, porque não era remunerado. Tinha pouco contato, mas eu ficava orgulhosa, foi uma referência.*

Eu me lembro do Ivan Valente, do Dirceu, era o pessoal dessa época, quando eram deputados.

2.4 – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: “Quando eu cheguei no Serviço Social, paixão total!”. (Elisa)

Elisa:

*Tive meus nenéns e fui (...) agora tenho que começar a trabalhar no Serviço Social (...) e fui. E arrumei meu primeiro emprego como assistente social no Hospital Policlin em São José dos Campos. Uma experiência interessante, rica, porque você está ali, né, em presença da dor, **do sentimento humano no seu sentido maior**, no limite com a morte. Em um hospital privado (...) uma luta muito grande. Muito difícil e eu não sabia trabalhar na área da saúde. Eu nunca tinha trabalhado, aliás, era o meu primeiro emprego. Mas assim, eu procurava fazer uma boa escuta, atendia muito bem os usuários, as empresas gostavam muito de conversar comigo, as que tinham convênio com a Policlin. Tem uma história importante, tem uma longa história, é um dos hospitais mais antigos de São José, um hospital grande, um hospital geral.*

Luiza:

***Tenho formação em Psicanálise.** Logo que sai da faculdade (...) na PUC eu tinha tido uma formação cultural que me permitia absorver muitas coisas novas e, naquela época, estava chegando aqui no Brasil o pensamento do Lacan, aqui no Rio de Janeiro, e isso foi um boom! Eu participei disso também, **estava no lugar certo na hora certa.** Eu comecei em 84 a formação, e caí direto no Lacan, em francês, em caras bons. Um deles um próprio analisando do Lacan. Cai de boca em psicanálise, estudei muito, fiz análise, e trabalhava na saúde mental, então, alimentava o meu trabalho.*

Rodrigo:

E como é que você chegou aqui, Sandra? Como foi?

Sandra:

Mãe já trabalhava aqui (...) sabe como é mãe, e mineira (...) já tinha a divisão de Serviço Social e ela pediu. Mãe sempre ia à divisão: “tem alguma coisa para a minha filha? Olha, quando vocês tiverem, pensem na minha filha e ba ba ba”. Um dia ela

chegou em casa e disse: “filha eles estão precisando de assistente social, mas é serviço prestado, não tem vínculo, você quer? Eu posso marcar, tem a Beatriz que é maravilhosa”, e era mesmo, fantástica, chefe de serviço. “Ela pode te receber pra uma entrevista”. “Ah, mãe marca”, aí eu vim.

Silvia:

Meu primeiro trabalho foi em uma escola de educação especial, de crianças com deficiência mental, logo no primeiro trabalho eu tive uma aproximação com a temática, onde eu fiquei 13 anos.

Rodrigo:

Mas era o que? Era tipo uma APAE?

Silvia:

Mais ou menos, só que menor! Já tinha Serviço Social implantado por uma assistente social anterior a mim, eu era a segunda assistente social que estava entrando lá. Então, cheguei com a proposta de trabalhar com família, de fazer grupo, e era tudo dividido, era de 0 até 6 anos, mais velhos e adultos quase não tinha. Fiquei responsável, além de fazer as entrevistas para entrar na escola. A escola tinha convênio com a LBA.

A LBA – Legião Brasileira de Assistência Social era a reunião de senhoras da sociedade, lideradas por Darcy Vargas, esposa do então presidente Getúlio Vargas, a fim de enviar agradamentos aos pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira que estavam combatendo na II Guerra Mundial.

Em outubro de 1942, a legião campanhista se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltada para “congregar as organizações de boa vontade”. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania. Do apoio às famílias dos pracinhas, ela vai estender sua ação às famílias da grande massa não previdenciária. (SPOSATI, 2004, p. 17)

A LBA é extinta em 1995, no governo Collor, quando processos de corrupção são deflagrados.

Tinha assistente social e fazia esses grupos de mães. Dois grupos que foram importantes na minha vida. Essa experiência está sistematizada, apresentada aqui em Campinas, em uma semana da pessoa com deficiência, naquela semana, nós apresentamos, e era o quê? Eram mães de bebês com deficiência. Entrando ou saindo do luto, da perda da criança sem deficiência.

Luiza:

O meu trabalho foi a base do movimento antimanicomial, ao situar na história, é luta para humanizar os asilos, para depois acabar com eles. Tinha um psiquiatra que dizia: “depois que os 'loucos' tiver limpinho, a gente acaba com isso”.

O Movimento Antimanicomial, também conhecido como Luta Antimanicomial, se refere a um processo mais ou menos organizado de transformação dos Serviços Psiquiátricos, derivado de uma série de eventos políticos nacionais e internacionais. O termo costuma ser usado de modo generalizante e pouco preciso.

O Movimento Antimanicomial tem o dia 18 de maio como data de comemoração no calendário nacional brasileiro. Esta data remete ao Encontro dos Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTMS), ocorrido em 1987, na cidade de Bauru, no estado de São Paulo.

Com a realização do V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, em outubro de 1978, testemunha-se o início de uma discussão política que não se limita ao campo da saúde mental, estendendo-se para o debate sobre o regime político nacional. Importante se faz destacar, neste processo, a vinda ao Brasil de Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel e Erving Goffman para o I Congresso Brasileiro de Psicanálise de Grupos e Instituições no RJ. Em 1979 ocorre, em São Paulo, o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, cujas discussões centraram na necessidade de um estreitamento mais articulado com outros movimentos sociais, (...) propõe a realização de trabalhos “alternativos” de assistência psiquiátrica. O ano de 1987 se destaca pela realização de dois eventos importantes: a I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Congresso Nacional do MTSM (em Bauru/SP). Este segundo evento vai registrar a presença de associações de usuários e familiares, como a “Loucos pela Vida” de SP e a Sociedade de Serviços Gerais para a Integração Social pelo Trabalho (SOSINTRA) do RJ entre outras. Com a participação de novas associações, passa a se constituir em um movimento mais amplo, na medida em que não apenas trabalhadores, mas outros atores se incorporam à luta pela

transformação das políticas e práticas psiquiátricas. (LUCHMANN; RODRIGUES, 2006, p.32)

Trabalhei diretamente com Jurandir Freire, tinha supervisão com ele duas vezes por semana, e estudava psicanálise direto, e fazia análise. E até hoje faço seminário de psicanálise, mesmo no finalzinho da tese eu participo de seminário de psicanálise. Eu conheço a teoria da metapsicologia como poucas pessoas conhecem bem, não tô querendo me gabar, mas assim, são mais de 20 anos. Tenho bastante familiaridade com a teoria. E nesse contexto, a psicanálise me respondia mais que o Serviço Social.

Quando você trabalha em um hospital psiquiátrico, o que tá em discussão na dimensão maior: o cuidado, a doença mental, e como você concebe o psiquismo. Se você concebe o psiquismo de uma forma mais biologicista, mais comportamental que dá ênfase à questão medicamental, sem desprezar a sua importância, tá. Ou, uma concepção dinâmica do funcionamento mental, que a psicanálise trouxe para a psiquiatria. Porque a minha dissertação de mestrado⁴⁵ foi sobre a interlocução entre o Serviço Social e a psicanálise.

Nessa época eu não estudava Serviço Social eu estudava psicanálise. Mas eu sempre trabalhei como assistente social, minha identidade sempre foi construída como assistente social, e eu estava gestando aquilo que seria a minha dissertação de mestrado. Aquilo que eu considero uma forma diferente de ser assistente social, atravessada por um discurso analítico, nada a ver com Serviço Social clínico. É um Serviço Social atravessado pelo discurso analítico. Nada de Serviço Social clínico.

Elisa:

*Mas é medicina de grupo, tem que ficar colocado. É um problema! Porque está operando o lucro e não a vida humana, é horrível! **E a luta é muito grande por que o tempo todo eu tinha que ficar brigando pela vida mesmo das pessoas, os***

⁴⁵ VALENTE, M. L. "Psychiatric Social Work": da higiene mental à psicanálise. 86 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

direitos das pessoas, e isso você vai gerando problema pra você também, um desgaste muito grande. Mas fiz coisas muito legais, fiz a capacitação das recepcionistas, na verdade eu fiquei um tempo quase como administradora do hospital. Me mudei pro de Jacareí que é um hospital menor, fiquei fazendo assim: tudo do hospital eu acompanhava, fiquei praticamente nessa administração. Depois veio uma administradora que era também assistente social, aí as coisas começaram a complicar mais...

Rodrigo:

Nossa, veio uma assistente social e as coisas começaram a complicar mais...

Elisa:

Uma mulher muito controladora, uma mulher de controle. Controlava cada moeda, entendeu? Tudo! Tudo! Tudo! E, **a vida humana começou a ficar muito fragilizada**, o que valia era o lucro. Tudo era economizar, cortar gastos. Fui entrando de uma maneira muito intensa no embate com essa mulher, tive sérias complicações. Falei bom, está ficando inviável esse lugar. Teve uma situação limite, de ter nascido um bebê de 06 meses, eu disse: “ó, precisa transferir o bebê, vou pedir uma ambulância pra transferir”, ela falou: “de jeito nenhum! Não vai transferir, ele vai morrer mesmo!” eu disse: “como assim, ele vai morrer mesmo! A gente não sabe! Ninguém sabe, ele tem o direito de viver e eu vou tentar! Se você não autorizar vai ser à revelia mesmo.” Depois de um fato deste não tem mais jeito. Saí de lá. Trabalhei três anos no Policlín, aprendi muita coisa, nossa, Rô, aprendi demais, amadureci muito.

Silvia:

Quando você tem um filho com deficiência, quando nasce e você não sabe da deficiência, hoje muitas pessoas já sabem antes de nascer, mas antes não. **E, quando nasce uma criança que não era aquela que você estava esperando, os pais fazem uma espécie de luto da criança saudável**, da criança sem deficiência, porque é isso que todo mundo espera: que nasça um bebê lindo, de preferência de olhos azuis, e aí quando não vem, demora um tempo pra você reagir. Claro que outros valores colaboram para isso, mas a gente trabalhava com o grupo assim: era como você fazer uma viagem para um determinado lugar e você cair em outro...

Rodrigo:

Que metodologia sensível, que bonito isso, Silvia...

Silvia:

*É muito legal, então, **o que tem nesse outro mundo? O que tem nesse outro lugar? Não planejei vir para cá, meu desejo era outro, porque lá tinha isso, tinha aquilo, mas, agora eu estou aqui! Vou descobrir que aqui também tem coisas boas, tem muitas coisas boas...** A gente vai descobrir o que tem de bom juntos! Tem vários trabalhos que a gente fez. E para você ter idéia da vinculação comigo, eu tenho quatro [mães] que me ligam até hoje, isso faz 21 anos, eles têm entre 25, 26 anos, já são adultos, mas aquele vínculo foi extremamente forte entre nós, e quando deixei sofri muito. [As crianças] já com 04, 05 aninhos.*

Sandra:

Eu me lembro, é muito nítido, a Beatriz assim, atrás da mesa, e a gente conversando. Me fez algumas perguntas, e fomos conversando sobre o serviço, ela me disse que não tinha vínculo empregatício. É serviço prestado, a direção está nos dando só essa oportunidade de aumentar o nosso quadro. Era uma forma de estar dentro da área, de exercer a minha profissão, e era seis vezes o meu salário.

Luiza:

*E se a minha escuta é atravessada por esta concepção de sujeito cindido, dividido, sexuado, tapar meus ouvidos na hora que eu estou exercendo a minha profissão de assistente social, eu não posso deixar de ouvir isso desse lugar, seria hipocrisia minha, mas eu nunca pensei em clinicar, ter prática privada. Mas, **o meu discurso sempre teve atravessado, a minha escuta sempre esteve atravessada pelo discurso analítico, muito embora eu não use a terminologia analítica.***

*Saí da saúde mental e fui fazer mestrado. Não voltei mais para a saúde mental. Fiz concurso pro tribunal. Já tinha escrito uma dissertação, já pensava melhor do que aquilo. Porque era meio selvagem ainda, selvagem no sentido de estar desbravando. **Porque eu era uma assistente social, que tinha formação em***

psicanálise, trabalhando em psiquiatria, num hospital psiquiátrico, em um momento muito importante, onde gestou a reforma psiquiátrica.

A Reforma Psiquiátrica teve como um dos seus expoentes Franco Basaglia (1924 – 1980), italiano, médico e psiquiatra, que desenvolveu suas atividades em um Hospital Psiquiátrico em Trieste, Itália, onde

promoveu a substituição do tratamento hospitalar e manicomial por uma rede territorial de atendimento, da qual faziam parte serviços de atenção comunitários, emergências psiquiátricas em hospital geral, cooperativas de trabalho protegido, centros de convivência e moradias assistidas (chamadas por ele de "grupos-apartamento") para os loucos. (AMARANTE, 1996, p. 23)

Em 1976, o Hospital em Trieste foi fechado e os manicômios foram erradicados da Itália. Não se pretende, com a reforma psiquiátrica, acabar com o tratamento clínico da doença mental, mas sim eliminar a prática do internamento como forma de exclusão social dos indivíduos portadores de transtornos mentais. Para isso, propõe-se a substituição do modelo manicomial pela criação de uma rede de serviços territoriais de atenção psicossocial, de base comunitária.

No Brasil a Lei Federal de Saúde Mental no. 10216 de abril de 2001 regulamenta a Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Num local muito importante que hoje é o Instituto Nise da Silveira (...) mas, ainda não fazia, ou melhor, não fazia teoricamente a articulação com o Serviço Social. Eu caí de boca na psicanálise, mas a minha identidade era de assistente social!

*Combativa, com relação ao espaço igualitário com outros profissionais. **O Serviço Social é uma profissão eminentemente transdisciplinar, com mil possibilidades de inserção.***

Sandra:

Era a época do Sarney⁴⁶, lembra? Ele dava aumento pro funcionalismo público federal. Nossa ele dava um aumento atrás do outro. Quando ela falou o quanto era... Eu quase caí pra trás assim. Eu ganhava acho que era seis mil sei lá o que (...) e

⁴⁶ Governo Sarney, de 1985 a 1990. Assumiu como vice-presidente de Tancredo Neves, o qual faleceu um mês após assumir. Sarney assumiu em abril de 1985. Cabe ressaltar que foi o primeiro Governador Civil após a ditadura militar de 1964.

eles me ofereciam trinta e seis. Quando ela me falou (...) eu fiquei como se não estivesse acontecido nada, mas, por dentro, aquele choque (...) eu disse que tinha outro emprego, e precisavam de 8 horas, das 08h00 as 17h00. “Como é vai fazer?”

Eu disse: “lá tem recesso parlamentar, eu tava com férias vencidas, vou é experimentar”. Lá [Câmara dos Deputados] era concursada, era efetiva na assembléia, e aqui não tinha nenhum vínculo. Vou tentar!

Elisa:

O Policlín terceirizou a maioria dos serviços. Essas empresas terceirizadas, essas clínicas precisavam de alguém pra fazer a administração delas. Olha que maluca! Nesse tempo de três anos, eu tinha feito um curso de administração hospitalar, eu dominava bem essa parte de organização de custo, de convênio, toda a operação de uma clínica. Trabalhei um ano estruturando essas clínicas, dando assessoria, fazendo toda parte de convênios, de recepção, de sistemas, muito sem saber, mas fui me aprofundando, foi uma experiência muito legal. E também ganhei bastante dinheiro, foi muito bom por isso.

Silvia:

*Qual era o meu movimento? Está chegando super frágil, muitas vezes bebê, muitas vezes criança ou adolescente e, de alguma maneira, não estão conseguindo ter um curso regular na escola. Não está conseguindo ir pra uma escola regular, já passou por uma exclusão, por uma rejeição, teve ocasiões de preconceito, encarou tanta coisa. Então, era sempre esse movimento pra descobrir a condição de deficiência como condição humana, sem mascaramento, sem dizer “ah coitada! Que pena! Teve um filho com deficiência? Problema seu, né!” Era sempre assim, “olha, você fez uma viagem que não estava no seu roteiro, você caiu em um lugar que não conhecia, e agora eu vou mostrar o que tem... nós aqui vamos te ajudar a descobrir as possibilidades que esse lugar tem”. **Não trabalhava com o limite da deficiência, mas com a potencialidade dela.** Era uma escola bem legal aqui em Campinas.*

Rodrigo:

Era pública?

Silvia:

*Era particular e conveniada com a LBA para crianças carentes. E assim ficou até a LBA ser extinta. Hoje é uma escola pequena, tem outro nome, mas é histórica. Era muito forte o trabalho com famílias, e era feito em dupla, tinha um grupo que eu fazia sozinha e tinha um grupo com a psicóloga. **Esse trabalho interdisciplinar é muito rico**, aprendi muito nessa escola, com essa psicóloga e com a neuropediatra que atendiam lá, com as professoras, encontro de várias áreas, vários olhares. Lembro com muito carinho, foi muito forte para nós, mesmo. Era iniciante na carreira, né, Rô, e começava a ver que o produto do nosso trabalho era muito importante. Você poder ver uma ação efetivada, as mães ali fortalecidas, com autonomia, entendendo a condição de deficiência, sem se apoiar na deficiência ou a utilizando como desculpa.*

Elisa:

Era finalzinho de ano, uma amiga médica disse: “Elisa, vamos fazer o concurso na Prefeitura de São José”, eu nunca tinha pensado nisso. Na verdade desde a graduação... Olha que louco: todas as minhas amigas fizeram estágio na prefeitura de São José menos eu, tinha um emprego lá [de professora]. Disse: “ah, vou lá.” Era pra assistência (...) não, era geral (...) prestei o concurso, passei em quinto lugar, e foi uma experiência maravilhosa. Tinham várias oportunidades de escolha, podia ser na FUNDHAS,⁴⁷ que quando eu olhava passava até mal, “ah, esse lugar não é pra mim, acho que não vai dar certo.” Tinha o Pronto Socorro da Vila, já tinha passado pela saúde, com aquele Deus médico e tudo gravitando sobre ele (...) eu não quero mais isso pra minha vida!

Rodrigo:

Desculpa, Elisa, isso já era 90...

Elisa:

*Era 92. Eu vi que não quero saúde, não quero educação, vou é pra assistência social, eu quero assistência social! Muito louco, eu não sabia nada... **Na minha formação, sou dos anos 80, e nessa época não se discutia assistência social.** Tinha-se uma negação. Nos anos 90 retorna a discussão da assistência e tal... aí eu*

⁴⁷ FUNDHAS – Fundação Hélio Augusto de Souza, importante centro de atendimento a crianças e adolescentes no município de São José dos Campos.

entrei lá na SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social, da Prefeitura de São José dos Campos.

Sandra:

Isso eu nunca me esqueço, não falei com a Erundina, falei com o assessor dela que era o Ivan. Que estaria vindo pra cá [UNIFESP] (...) se eu poderia ser dispensada pelo recesso, e não pelas férias, pelo recesso. O Ivan disse que a Erundina ficou tão contente: “ela disse que permite sim, por que você vai trabalhar na sua área. E ela acha que não há coisa mais importante do que trabalhar na área que escolheu.” Eu fiquei dois meses, quando chegou janeiro ela me chamou e disse que possivelmente eu teria que optar. Não podia mais segurar, que fevereiro já começava... Falei assim: “é pra optar? Então, eu vou pra minha área”, mesmo tendo essa coisa de não ter registro... E ela, ainda mais contente, disse: “espero que você tenha muito sucesso!”

Aí eu vim pra cá como prestadora de serviço.

Silvia:

Quando passei no concurso na prefeitura de Campinas, fui trabalhar em um núcleo comunitário de crianças e adolescentes, é um serviço alternativo ao período escolar, que deve ser cultural, esportivo. Quando eu cheguei nesse núcleo, tinham saído os profissionais que eram contratados, aí chegamos nós, assistentes sociais concursados. Ficaram sem assistentes sociais três meses. Eu cheguei pra conhecer o restante da equipe e eram os monitores, serventes, cozinheira e guarda. E eu procurando cadê a equipe multi, cadê a equipe da cultura, cadê quem trabalha com esporte. O núcleo é do lado de uma praça de esportes imensa e todos os núcleos ficam na periferia, as crianças podem ir a pé, por que é perto da casa delas. Mas, a hora que você pensa os recursos, a equipe era eu e os monitores. Não tem um professor de educação física? Não tem esporte, não tem como as crianças irem pra essa praça de esportes? De vez em quando.

Mas, o que teve de simbólico lá quando eu cheguei foi a monitora, que deve estar até hoje. Então, cheguei com a minha coordenadora, ela foi me apresentando, disse que eu seria a assistente social, que eu iria começar a trabalhar ali. A monitora pegou um molho de chaves e colocou assim, na minha mão. E eu disse: “não, estou chegando agora, deixa eu ir conhecendo melhor” Ela disse: “não, não, eu não quero

mais saber disso, faz três meses que estamos sem assistente social aqui, toma que este molho é teu”

*Para você ver, não tinha essa integração do assistente social com os monitores. E nessa época eu tive contato com uma parcela da população que vivia em extrema pobreza. Mesmo você trabalhando na assistência, tem contato direto com pessoas em situação de pobreza, mas ela tem múltiplas formas e **lá nesse núcleo eu trabalhei com extrema pobreza.***

Elisa:

Foi pra mim uma maravilha, primeiro preciso pontuar: profissionais muito bons. Tinha gente muito boa! Tenho muito orgulho daqueles colegas sabe... Aprendi tanto com eles. Sabe Rodrigo, é muito legal a gente ter a possibilidade de aprender, eu fiquei com pessoas com muita experiência. Eu aproveitei, suguei ao máximo nesse tempo.

Rodrigo:

E quem eram essas pessoas.

Elisa:

É... Odila de Rico, Fátima Lima, Tereza Freire, Maria Antunes... é... Miriam Nakamura, gente muito boa... Mas muito boa, Maria Tereza, Maria Regina, eu falava Deus onde estou (...) eu caí no paraíso. E foi muito legal, no primeiro ano fui trabalhar em um Centro de Recuperação, e foi muito interessante. Depois em um Centro de Orientação ao Trabalhador, que dava um suporte, justamente porque essa época é a do desemprego em massa, da crise da EMBRAER, da GM, então, teve muito desemprego em São José dos Campos, trabalhava neste projeto.

Sandra:

Foi eu entrar e o diretor me contratou. Mãe deve ter falado bastante (...) era muito direto com os funcionários e mãe tinha muitos anos de trabalho aqui (...) era super conhecida. A Bia, que era minha chefe, disse assim: “você mais do que ninguém merece ser contratada”. Aí contratô, no dia seguinte o Sarney baxô uma norma que nenhum funcionário público podia mais ser contratado. Fizeram retroativo e me

contrataram. Fiquei um ano e onze meses contratada. Abriu concurso, prestei e passei. E nesse caminho já vão 14 anos.

Rodrigo:

Quando é que a Ângela entra, Elisa?

Elisa:

*Nisso teve eleição e a Ângela Guadagnin⁴⁸ foi eleita. A gente assume o governo, a Maria Regina foi ser secretária e eu fui ser assessora da Maria Regina. E foi interessante, porque apesar da minha inexperiência, eu comecei a estudar muito assistência social, ler texto e participar de muitas coisas. E eu caí mesmo na militância, na aprovação da LOAS⁴⁹ [Lei Orgânica da Assistência Social], eu participava de tudo! Com o pessoal da PUC, com o pessoal da secretaria estadual em São Paulo, Enfim, foi um mergulho na área da assistência, comecei a dominar muito isso. **E abriu as portas pra mostrar meu próprio potencial profissional.** A gente ganhou a eleição, a Maria Regina entrou e eu fui trabalhar em uma assessoria de apoio ao trabalho social. Fiquei em um lugar muito privilegiado. E eu trabalhava com toda a equipe, com a capacitação da equipe de todas as áreas. Na área da criança e do adolescente, do idoso. Fazia capacitação pra toda equipe, o jornal da SDS.*

Sandra:

Aqui, trabalho basicamente com grupos. Faço grupos de orientação, sobre métodos contraceptivos, um pouquinho sobre sexualidade, e avaliação. Participo da equipe que faz avaliação dos casais que solicitam cirurgia, basicamente é o meu trabalho aqui. Eu não sou só do Planejamento Familiar, tem o que chama divisão de Serviço Social.

Silvia:

E olha, Rô, uma coisa que me marcou muito, foi quando eu perguntei (...) queria saber se gostavam daquele espaço, se não gostavam, o que achavam (...) o significado daquele espaço pra elas, o que queriam fazer. Enfim, era uma bagunça.

⁴⁸ Ângela Guadagnin foi prefeita de São José dos Campos, no período de 1993 a 1996.

⁴⁹ Lei no. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

*Algumas levavam lição de casa pra fazer, mas aqui não é lugar de fazer lição de casa, até pode ser, mas... Aqui são outras linguagens, vamos fazer teatro... Eu não entendia (...) **demora pra cair a ficha onde o assistente social se insere aqui (...)** **demorou pra eu entender essa dinâmica, pra eu propor alguma coisa.***

*Perguntei pra dois meninos que ficavam sempre comigo, sabe, tinha um grupinho que aonde ia a “dona” iam atrás. Gostavam muito de conversar, estavam sempre sozinhos. Eram famílias monoparentais, chefiadas somente por mães que trabalhavam o dia inteiro, que não tinham muito tempo. Gostavam de ficar conversando comigo. Eu perguntei pra eles (...) e eles tinham muita dificuldade na escola (...) fui perguntando por que era difícil, o que a gente podia fazer pra ajudar, fui conversando, o que podia ter pra escola ficar mais fácil. Afinal de contas, eles tinham uma vida inteira pela frente, que planos tinham, o que queriam fazer, e eles me dizem: “eu nunca pensei.” Juro eu nunca tinha ouvido isso de uma criança, os dois me disseram que nunca tinham pensado. Eu levei um baque, assim, **essas crianças não têm sonhos, quais as perspectivas delas.***

Elisa:

Fazia parte da coordenação de estágio, toda coordenação de estágio, com 30 estagiários. Trabalhava em três projetos, uma equipe muito legal, uma psicóloga, uma socióloga, foi muito bom! Fui aprendendo muito, mergulhando nas coisas (...) em 94, já no primeiro ano, a Maria Tereza veio pra compor a equipe. Tereza era chefe de gabinete da Regina. E a Tereza ficava na minha cabeça: “Elisa, você precisa entrar no mestrado, você precisa entrar no mestrado” e aí eu disse: “Tá bom!” Fiz o projeto, a prova, e entrei com a professora Suzana e fui fazer. Na disciplina da Maria Lúcia a gente teve muita identificação. Acabei pedindo para mudar com a Maria Lúcia e as coisas tiveram outro rumo⁵⁰.

Sandra:

Fico uma parte do tempo aqui, desenvolvo esse trabalho, que já acontecia desde a época da Eliane. O Planejamento foi aberto, o ambulatório, em 75. Era lá no Centro de Saúde, era um serviço educativo, um programa de atendimento dentro do Centro

⁵⁰ BRISOLA, E. M. A. *Plantão Social*. 1996. 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

de Saúde. Tinha um programa de Planejamento, então, já existia, foi o Dr. Fábio e a Dra. Neusa, que pensaram nessa possibilidade de trabalhar com uma equipe multiprofissional. Veio a Eliane, depois a Silvana e, em 93, a Silvana saiu e vim trabalhar no Planejamento.

Elisa:

Mas dentro da Prefeitura, Rodrigo, foi muito bom. Trabalhei, foi um processo de crescimento tão grande, aprendi muito. Tinham 30 estagiários, dentre eles de pedagogia, de arquitetura, de educação física, de psicologia e de serviço social, eram cinco áreas e foi aí que eu comecei a me aproximar das escolas. Fui me aproximando das coordenações de curso, tinham alunos da UNITAU [Universidade de Taubaté], comecei a me aproximar dos estágios, o Helder era coordenador de estágio da UNITAU. E eu estava sempre com o Helder, discutindo, conversando, mostrando o que eu achava da profissão, da formação, e sempre em contato com a Tereza, que já era supervisora aqui. Fui me aproximando assim e, em 94, não, em 95, a Tereza me chamou para fazer supervisão e orientação de alguns alunos, e logo em seguida eu me aproximei da disciplina de ética e de metodologia. “Ah, metodologia eu não quero, quero ética”, e é muito mais difícil, fui trabalhar com a disciplina de ética.

“Eu me apaixonei, no fundo queria a docência. Por que eu adoro a docência, eu acho um lugar interessante, rico, cheio de possibilidades. É uma forma de contribuir com essa profissão” (Elisa).

Luiza:

*O mestrado eu fiz uma pesquisa histórica. Em 89, sobre essa interlocução do Serviço Social e psicanálise. Fui ver que essa interlocução se dava, também, pela psiquiatria. Mas uma psicanálise datada historicamente. Essa psicanálise influenciou a psiquiatria por uma contingência histórica (...) veio forjar essa abordagem psicossocial, eu não sabia nada disso, não tinha aprendido nada disso na faculdade. **Peguei todos os textos em inglês, daquilo que foi traduzido sobre psicossocial aqui no Brasil é ridículo!** Peguei a história como aconteceu, como é que o Serviço Social, chamado psicossocial, se fez e como é que ele se formou nos Estados Unidos? Qual foi o ideário do seu nascedouro? Fiz um olhar interno. E onde é que*

eu fui chegar? Em uma psicanálise diametralmente oposta àquilo que eu tinha estudado, uma psicologia do ego, ajustadora, americanizada. Essa confluência foi um ganho enorme para a profissão, porque deu a ela um arcabouço teórico, e não é verdade que a abordagem psicossocial seja pura técnica. Tem um arcabouço teórico forte, que é a psicologia do ego, e que o Serviço Social também forjou a psicologia do ego. Hoje em dia se estuda a crítica já feita, não se estuda internamente e, eu estudei internamente, me fez ver que eu estava na direção certa. Estava estudando a psicanálise, começo estudando Lacan, que faz a crítica a psicologia do ego, desmontando um a um os argumentos e fazendo uma ruptura, assim como a que o Serviço Social fez.

Rodrigo:

Uma ruptura com a própria psicanálise.

Luiza:

Com a psicanálise de até então, não com Freud, com a psicanálise institucionalizada, burocratizada de até então. E ele rompe com essa psicologia do ego, com essa psicanálise ajustadora.

Elisa:

Não tive muitas experiências profissionais, mas eu tive muita qualidade nessas experiências. *A prefeitura de São José é um grande laboratório, pelo menos no meu tempo. Aprendi tanto, tanto, tanto. A gente fez toda uma reorganização de gestão, de descentralização, reordenou todo o trabalho segundo as diretrizes da LOAS.*

A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) define a base de suas diretrizes no seu artigo 5º:

- I – descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Criando os conselhos, fui fazer a discussão da primeira lei de criação de Conselhos. Olha que louco e que lindo, a gente fez o primeiro Plano (...) olha só (...) o primeiro Plano de Assistência Social de São José nós que fizemos, eu, o Rogério e a Fany.

O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a assistência social. A LOAS, em seu artigo 30, elenca os critérios para que seja realizado o repasse dos recursos financeiros. Entre eles, que seja criado o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social e o Plano Municipal de Assistência Social.

Na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), o Plano de Assistência Social é entendido como instrumento de gestão e reafirma o princípio democrático e participativo.

O Plano de Assistência Social é de responsabilidade do órgão gestor da Assistência Social e aprovado pelo Conselho de Assistência Social.

Segundo a LOAS, em seu artigo 16, o Conselho de Assistência Social é uma instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

Foi assim, depois a Maria Regina saiu, veio a Parê e o Rogério foi ser assessor da Parê. Foi ser chefe de gabinete, ser meu chefe. Aí a gente se aproximou muito. Eram dois professores da UNITAU fazendo um trabalho ali, então a gente organizou o primeiro plano, inclusive, foi referência nacional por que ficou muito bom! Ficou muito interessante. Foi o primeiro plano sistematizado, o primeiro ou o segundo, porque Porto Alegre também teve. Organizou a primeira conferência depois da LOAS, o primeiro plano de assistência social. Então, tudo que era da assistência social do município eu estava participando ativamente, foi uma injeção na veia.

Silvia:

E, continuando esse trabalho, eu pedi pra desenharem como era o núcleo pra eles e como era o núcleo que gostaria que fosse. Aí, Rô, foram todos no mesmo momento

pegar a régua, e eu disse: “gente, por que vocês querem régua, eu pedi pra vocês desenharem”, e eles me disseram: “mas a gente só pode desenhar com régua.” “Como com régua, quem disse isso pra vocês?” “Lá na escola a gente só pode desenhar com régua”, “**mas aqui não precisa de régua, aqui vocês podem desenhar sem régua, aqui vocês podem desenhar como quiserem, podem desenhar do jeito que for, ocupem o espaço da folha, não precisa, desenha uma coisa livre, não precisa ser certinho**”, e mesmo assim muitos desenharam com régua. Não era tão diferente o espaço que eles tinham do espaço que eles desejavam. De fato o que eles queriam era ampliar aquelas atividades. Era do lado dessa praça, um quarteirão. Cheia de quadras, de piscina, e eles não usavam, o que acontecia? Quem dominava era o tráfico. Inclusive quando matavam um adolescente jogavam lá na praça, era um horror!

Elisa:

*Você não imagina o que foi isso, a gente nunca tinha feito uma conferência. **E a gente quis trazer o máximo da população.***

“Foi tão bonito, Rodrigo, encheu de idoso.” (Elisa)

A nossa inexperiência em fazer conferência: os idosos tomaram de assalto. “não concordamos com isso, com aquilo, nós isso” (...) foi uma coisa! Teve que ter dois momentos da conferência. Mas era o que propúnhamos, o pessoal da favela, tinha ônibus pra trazer as pessoas (...) em um estádio (...) uma loucura.

A Conferência é um espaço para avaliar a Assistência Social, e segundo a PNAS (2004), definir as diretrizes da política, verificar os avanços ocorridos em um espaço de tempo determinado.

É garantida pela LOAS no seu artigo 18, parágrafo VI.

Silvia:

Entrou uma administração que deu uma ênfase a mais pra essa questão da cultura e esporte, e hoje é um clube, um clube municipal, que tem atenção pra idosos, pra gestante, e talvez esse núcleo se transforme em um trabalho voltado só para adolescente, e foi adquirindo um perfil mais de adolescente do que de criança.

*Então, nessa época eu procurei trabalhar usando diversas linguagens, trazer outras pessoas, tinha uma pediatra do centro de saúde do lado que vinha bater um papo, depois formou um grupo de sexualidade, tinha um voluntário que dava aula de capoeira, e trabalhava com a família, formei um grupo de mães, digamos as mais fragilizadas, por que ali todas eram, as mais fragilizadas eram acompanhadas de perto, encaminhadas pra programas. A gente já tinha a visão da articulação mais ainda não tinha sido feito esse trabalho. Nós fizemos muitas programações: sair, passear, você imagina sair com 80 crianças para ir ao zoológico em São Paulo. **Muitos nem tinham saído de Campinas, nunca, e eles que propunham essas atividades.***

Elisa:

*Não tinha como eu não estudar conselhos⁵¹, fiquei colada nisso o tempo todo. Aprendi muito sobre assistência social. Foram três, quatro anos só com isso! Era militância também, porque eu representava a Maria Regina, ou a Parê, na Frente Paulista, em todos os Fóruns de Assistência Social, fiquei conselheira estadual representando as Universidades de Serviço Social. Foi realmente um mergulho na assistência social. **E o que mais me assusta é que não foi planejado, eu não planejei isso na minha vida... não! Eu vou e as coisas vão acontecendo... vou ver mais de perto. Eu fui deixando as coisas acontecerem e aproveitando essas pessoas maravilhosas.** Chega aqui [UNITAU], encontra a Maria Célia, o Helder, a Tereza... o reencontro com a Tereza, que tinha sido minha chefe antes do Rogério.*

Na disciplina de ética, na verdade dei ética, desenvolvimento de comunidade, teoria, supervisão, orientação.

“a docência foi uma paixão mesmo!” (Elisa)

Estar em contato com o aluno é uma possibilidade de trocar, e de contribuir pra esse projeto, que é essa forma de pensar a sociedade, pensar o mundo e as pessoas.

⁵¹ Elisa refere-se a sua tese de doutorado. BRISOLA, E. M. A. *Cultura Política e Conselho de Assistência Social: o caso do Vale do Paraíba*. 2003. 269 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

*Pode dialogar com os alunos e apresentar essa idéia, que eles possam aderir a este projeto e levar adiante na vida profissional deles. **E pra mim, isso tem sido uma coisa, muito, muito, mas muito legal.***

2.5 – COTIDIANO PROFISSIONAL: “eu explico o objetivo de perguntar cada coisa” (Sandra)

Luiza:

O judiciário⁵² não é assistência, tem essa peculiaridade, porque no tribunal você faz perícia. Faz um estudo social visando subsidiar a decisão judicial, então é a única área que não trabalha na execução de políticas públicas.

Silvia:

Essa questão do SUAS [Sistema Único da Assistência Social] trouxe muita reflexão.

O SUAS – Sistema Único de Assistência Social materializa, segundo a PNAS (2004), o conteúdo da LOAS, “cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social.”

Cabe ressaltar que a Assistência Social como caráter de política pública foi possível após a Constituição Federal de 1988, que traz uma nova concepção de assistência social, incluída na Seguridade Social e regulamentada pela LOAS.

*Porque na verdade quando você foi vendo esse processo de implementação dos CRAS [Centro de Referência da Assistência Social], fica em um primeiro momento colado com as orientações, os guias, a NOB [Norma Operacional Básica], e é mesmo difícil esse descolamento, então as pessoas ficaram muito ansiosas em saber o que seria este espaço, criado com muita dificuldade, com falta de RH, mas na verdade, **quando você vai ver, o que é este espaço? É o lugar do assistente social, é o lugar primeiro do assistente social.***

⁵² Cabe ressaltar que segundo Fávero (1999) e Fuziwara (2006), as atribuições do Serviço Social na área jurídica se caracterizam por ações sócio-jurídicas.

O CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, proposto pela PNAS, é uma unidade pública estatal, localizada em áreas de vulnerabilidade social, onde se executam serviços de proteção social básica, estando a família no centro das ações.

*Estar ali do lado da população, ser a casa da população, poder entrar a hora que quiser, de ser um espaço de referência mesmo. “Olha, aqui tem isso pra você, mas se não quiser aderir não adere, mas você vai ser ouvido do mesmo jeito, na sua necessidade”, esse é o trabalho do assistente social. Mas não é do mesmo jeito de 20 anos atrás, não dá para ser o mesmo assistente social de 20 anos. Você está falando de linguagem, trabalhando com História Oral, **hoje a gente tem que achar muitas linguagens, tem que estar achando novas linguagens, porque não pode ser a mesma, e nem queremos que seja claro.** O Serviço Social tem uma nova demanda, essa nova forma exige muito do profissional, nós **estamos em um momento que exige muita criatividade no seu trabalho.***

Rodrigo:

Sandra, o que é particular do Serviço Social aqui, nessa equipe, no seu trabalho?

Sandra:

Eu acho que, por exemplo, o grupo é específico, tem um fio condutor, as informações que se passa dos métodos [contraceptivos], cada profissional imprime a sua marca. A enfermeira, quando entra na parte das doenças, de como utiliza o corpo, ela dá uma ênfase maior a isso. Eu dou muita ênfase em como utilizar os recursos (...) e a importância dos recursos sociais, de pleitear seus direitos. Em relação aos recursos de saúde, eu explico um pouco como funciona essa dinâmica, por exemplo, eu não consigo dar um grupo sobre método [contraceptivos] e não situar, onde ele está? Que instituição é essa? O que ela tem a oferecer? Como ela funciona? O que é seu direito dentro da instituição? Primeiro, eu faço essa abordagem. Depois, falo especificamente do que veio buscar.

Luiza:

Primeiro eu leio os autos do processo. Depois, convido as pessoas para uma entrevista. A maioria dos processos (...) na vara de família (...) são litigiosos, de

visitação e guarda. Então, eu convido as pessoas para uma entrevista. Às vezes em separado, quando vejo que há muitas acusações recíprocas e tal. [Na entrevista] **primeiro eu conto por que eu tô ali, explico meu trabalho, pergunto se o advogado já explicou a ele do que se trata. A pessoa já vai soltando os estereótipos, as expectativas, os medos, muitas pessoas chegam muito amedrontadas (...) procuro deixar as pessoas bastante à vontade.**

A criança eu também entrevisto em idade maior, maiorzinha já. Dependendo vou à casa, percebo o espaço que essa criança ocupa. Muitas vezes a questão está no momento da entrega da criança, quando circula de um lar para outro. Muitas vezes eu faço a visita nessa hora, para ver como é essa circulação. Eu tenho muita liberdade para agir, para atuar profissionalmente, e gosto de fazer o meu melhor. Ah, olha só, eu tô falando do trabalho ideal, nem sempre a gente consegue, nem sempre isso é possível. Eu tenho prazo, mas sempre faço o meu melhor, às vezes tem que correr, mas eu já adquiri uma experiência que me faz (...) pular algumas etapas.

Sandra:

Com o tempo a gente mudou o grupo. Não coloca uma listagem do que é preciso falar: precisa falar de DIU, de Diafragma, como funciona, ta, ta, ta. Não é mais assim! Explico como funciona o grupo, e o usuário, através das suas questões, do que lhe interessa, ele diz: “eu quero saber como o DIU funciona.”

“Então o grupo vai caminhar de acordo com o que o próprio grupo quer.”

(Sandra)

Hoje, por exemplo, eu tive um grupo que basicamente me perguntou sobre DIU e Laqueadura, existem muitos outros métodos, mas eu fui na dinâmica deles. Falei de DIU e Laqueadura porque era o momento deles. E mais, **o processo educativo não termina aqui**, quando ele passar em consulta com a enfermeira, ela vai reforçar, ela vai falar sobre as outras coisas. Aqui tem sala de espera, a psicóloga faz esta sala. Um fala do seu método, como está se sentindo, como está usando, tem essa troca. Vai conhecendo, vai vendo no decorrer, não é num dia, num grupo só. O processo começa nesse grupo.

Silvia:

Então, quando começou (...) o processo de implementação do BPC [Benefício da Prestação Continuada] (...) eu estava na escola [para pessoal com deficiência]. Iniciou em 96 e quando começou, nós, assistentes sociais, podíamos preencher e atestar a deficiência. Claro, nós que compuséssemos uma equipe multidisciplinar como era o nosso caso lá. E emitíamos o laudo de lá mesmo. Era muito melhor, foi só retrocesso.

O BPC – Benefício da Prestação Continuada é garantido pela LOAS, em seu artigo 20, que diz:

O benefício da prestação continuada é a garantia de 01 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família.

Então, Rô, como eu ia dizendo pra você, lá também eu fui assumindo, como acontece até hoje, questões administrativas. Era assistente social e gerente administrativa da entidade, depois já não era mais uma escola, era uma ONG, e assim foram todos esses anos. Bom, aí prestei o concurso publico para a Prefeitura [de Campinas] e estou lá, e isso vai fazer 10 anos.

Luiza:

Convido pra uma entrevista e peço para me contar a vida, (...), é aquilo que eu gostava de fazer quando criança. A história da relação, eu não pergunto muito sobre a história de vida da pessoa, isso muito pouco, é mais a história de como você conheceu seu parceiro? Eu começo por aí e isso vai desenrolando, às vezes a pessoa até conta sua história de vida.

“Olha, isso eu desenvolvi muito intuitivamente, sabe, foi trabalhando nisso.”

(Luiza)

As pessoas até acham estranho (...), aí tem lá duas pessoas brigando e uma assistente social vai e pergunta como é que conheceu? As pessoas gostam de contar. Aí eu pergunto o que levou a pessoa a buscar a justiça.

Sandra:

Outro trabalho que eu faço é a avaliação social, eu faço avaliação social daqueles casais que solicitam cirurgia, por quê? A gente tem uma equipe que faz avaliação, tem um médico, um psicólogo e eu, assistente social. E a gente diz: “Qual o seu parecer? Meu parecer é esse diante dessa solicitação, o seu parecer é esse, e tal.”

E, trabalhamos por consenso, se alguém disser que não é favorável, não é realizado. Aí a gente discute, “porque você deu desfavorável? Ah, foi por isso... por aquilo e coisa e tal... tem possibilidade de reavaliar?” A psicóloga disse: “Às vezes eu posso não ter visto alguma coisa, levantaram alguma outra questão”, então o profissional reavalia.

Rodrigo:

Mas o que você leva em consideração? Como é uma avaliação sua? Como você faz?

Sandra:

*Vou dar um exemplo: **a primeira coisa que eu coloco pro casal é: o porquê da entrevista? Acho que é um respeito.** A finalidade é que eles façam uma boa escolha, daquilo que eles estão fazendo. Eu digo: “não estou aqui como juiz”, porque eles sabem que vai passar pelo aval da equipe. Mas eu faço desse espaço (...) um lugar pra se expressarem (...), pra eu ter a garantia que tiveram todas as informações, que estão informados, se estão conscientes depois desse processo de grupos, de reuniões.*

Um espaço pra tirar as dúvidas. É mais nesse sentido. Falo que tenho uma ficha social, antes, eu mostro todos os itens. Vou perguntar sobre sexualidade, qual o objetivo de perguntar isso? Eu explico o objetivo de perguntar cada coisa.

Luiza:

Exatamente o que eu percebo são as relações, os valores, as diferenças, as diferenças de classe social, diferença de cultura, de onde vem a pessoa, o lugar social que elas ocupam, tem muitas demandas de pessoas de países diferentes, aqui é o Fórum Central, é o tribunal, onde estão os desembargadores, os recursos, é onde está a corte dos magistrados (...) trabalho na primeira instância (...) então, eu

devo dizer que tenho uma excelente relação com a magistrada e a representante do ministério público, com a qual eu trabalho, nós conversamos sobre os casos. **Mas é difícil e a gente vai conquistando.** Eu tive a sorte de trabalhar com magistrados bem legais, a promotora não mudou desde que eu estou lá, temos uma total sintonia, inclusive intelectual, é muito, muito bom!

Silvia:

Cabe dizer que o BPC é um marco histórico hoje, é mais hoje do que foi em 96. Não tinha essa dimensão, ou seja, o BPC não acompanhou, não foi tratado como direito desde o começo. Eu me lembro bem como ele foi implantado, pelo menos aqui em Campinas. **Nós, assistentes sociais, fomos chamados aqui no salão da Igreja, você sabe que a assistência adora ocupar os lugares que são da Igreja, isso é mais que histórico.** Foi aqui na Igreja e então a DRADS⁵³ Campinas chamou todas as ONG's para anunciar a implementação do BPC. Estavam o INSS [Instituto Nacional de Seguridade Social], alguns deputados, vereadores, **mas a gente não tinha a noção do que era aquilo, não tinha a apreensão do direito.** Era um salário mínimo que iam começar a receber, mas não tinha uma discussão mais substancial sobre o direito. Tanto que eu não trabalhei isso na entidade, na verdade só veio cair a minha ficha e da maioria das assistentes sociais, da própria assistência social, quando começou o processo de revisão.

Segundo a LOAS, o processo de revisão do BPC deve ocorrer a cada dois anos para dar avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem, segundo artigo 21 e incisos 1º e 2º.

Luiza:

O nascimento de uma criança (...) interfere na vida do casal (...) é outra coisa, outra história (...), é um impacto porque os pombinhos viram pai e mãe. Há diferenças na forma de educar. Como é que isso muda? Tenho percebido assim (...): **os homens estão expressando muito mais seus sentimentos.** Mesmo que de forma ainda incipiente, tem um movimento dos pais. Às vezes uma militância meio pesada, mas enfim, vamos ouvir também (...) **os homens estão se permitindo dizer: “eu não**

⁵³ DRADS, Divisão Regional da Assistência e Desenvolvimento Social da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

queria ser pai”, e isso ofende muito a mulher. No sentido que ele não queria ser o pai do meu filho. Isso pode estar sendo motivo pra impedir a visitação depois. É interessante, em uma semana, dois pais me disseram: “eu não queria, eu não estava preparado para ser pai, me senti traído, apunhalado pelas costas.” É o momento em que a mulher mostra o seu poder, né, é todo um universo feminino.

Sandra:

[na entrevista] Pergunto sobre a parte econômica, mas explico que isso não vai influenciar na concessão. Porque aqui é um Hospital Universitário. Uma universidade, então, faz-se muita pesquisa, tem que ter uma identificação, qual o perfil da população aqui do planejamento? A que classe pertence? Qual o número de filhos? Eu explico tudo isso na entrevista. Coloco pra eles o seguinte: o parecer eu vou tirar daqui, do que vocês me trouxeram. **Se me trouxeram firmeza, segurança, é aquilo que desejam? Não sou eu (...), eu falo mesmo (...), nem ninguém da equipe que vai dizer não! Eu coloco porque é um direito deles.**

Luiza:

Trabalhar na vara de família é estar em contato com uma das transformações societárias mais avassaladoras das últimas décadas, que é a mudança na família. Nos papéis homem e mulher, sexualidade, então, como não ter uma resposta no âmbito das relações sociais para uma demanda dessa natureza. A gente tem que pensar, ter respostas, discutir, eu nunca diria que isso não é assunto para o Serviço Social. O Serviço Social pode não esgotar esse assunto, mas alguma resposta ele tem que dar. Pode ser material, mas tem que discutir essa questão, tem que dizer sobre isso, e falar desse lugar que é do Serviço Social.

“Eu acho que eu tenho uma forma diferente de ser assistente social, eu não me sinto muito entre pares, não me sinto sempre entre pares.” (Luiza)

Sandra:

Um parecer desfavorável (...) acontece (...) quando se percebe na fala e nos instrumentais que o usuário, o companheiro ou ela, não tem firmeza. Ainda não estão muito certos, estão com medo da cirurgia. Principalmente a vasectomia, quando um dos parceiros quer filhos, mais nesse sentido. É nesse clima que eu vou

conversando, perguntando sobre a vida, sobre a sexualidade, e eles vão relatando. Falo que eles vão ser comunicados do parecer da equipe. Que é uma equipe que avalia, e como avalia? Eu explico que é de saber se o casal está bem informado. Então, é isso que eu faço na avaliação, é uma entrevista, é um espaço, pra eles estarem dizendo também.

De certa forma, a gente não avalia? (...) Não, a gente avalia sim, coloca um parecer lá, avalia sim, (...) mas, não no sentido: “ah, eu bato o martelo, sou eu que comando a sua vida”, não nesse sentido. Mas de certa forma, a gente avalia, sim, a gente põe o parecer, e tal...

Luiza:

*Na legislação que regulamenta a profissão,⁵⁴ não inclui aquilo que o estatuto [da criança e do adolescente] pede: que é o estudo social do caso. Segundo esse estatuto, em caso de colocação da criança em um lar substituto, ou seja, guarda, tutela, adoção, por analogia (...) ou por sei lá (...) os juízes começaram a pedir também nos casos de visitação. O que garante a nossa presença nos tribunais, presença cada vez maior e crescente (...) por um lado pela tradição, como um campo fundador da profissão (...), segundo, o fato que, após a constituição, surgem novos sujeitos de direitos (...) e as demandas apresentadas ao judiciário são cada vez mais complexas, exigindo dos magistrados respostas em consonância com a realidade social. Esse texto nem é meu, é da Denise Bruno, uma assistente social da Vara de família lá de São Paulo, amiga da Fernanda da Puccamp, mas que eu assino em baixo e dou o crédito. **Lacan diz que não há propriedade do simbólico, e a palavra é simbólico**, eu não deveria nem citar, mas por uma questão de estilo, eu cito, dou o crédito pra minha amiga Denise Bruno. Tem mais um terceiro (...), dá a nossa participação no judiciário (...) e que está na Lei, tem que haver um estudo social do caso. Só que todo mundo pensa que estudo social é privativo do assistente social, e deveria ser, só que na lei que regulamenta a nossa profissão isso não está contido na regulamentação, quando descobrirem isso, nós estamos roubados. Aí*

⁵⁴

Lei no. 8.662, de 07 de junho de 1993.

*qualquer pessoa, profissional, vai poder fazer estudo social, por que não é privativo da profissão.*⁵⁵

Silvia:

*O que aconteceu? **O BPC foi assumido pela previdência, não foi assumido pela assistência, porque foi pensado na questão do pagamento, do administrativo e não do direito.** Por isso que as assistentes sociais do INSS têm um acúmulo muito maior sobre BPC. Muito mais do que as assistentes sociais da assistência social. Por que foram elas que pegaram esse comecinho e foi difícil. Com todas as mudanças que tinham, o BPC tem problema até hoje, porque é restrito, tinham as dificuldades de acesso e elas fizeram todo esse enfrentamento. Nós só nos aproximamos do BPC quando nos municípios fizemos a revisão, isso foi em 2002, faz pouco tempo, foi quase agora. Faz pouco tempo que a assistência social se aproximou do BPC, enquanto direito constitucional. Foi então que Campinas fez um trabalho grande de ampliação dos acessos, de tentar minimizar os atravessadores, é a partir daí que começa toda essa movimentação. Para que você consiga trabalhar na efetivação do direito, mas antes era totalmente da previdência, não se usava da assistência social.*

Luiza:

*Eu também sugiro às pessoas que dêem uma sugestão, visto que (...) enfim, uma sugestão no meu laudo que vai subsidiar a decisão judicial. **Coloco pra elas que é muito melhor participar dessa construção do parecer, e essa oportunidade é só no estudo social, ou esperem que a mão pesada da Lei decida o que elas têm que fazer.** E se é possível, se há diálogo, eu faço uma entrevista conjunta com os sujeitos: com o pai, com a mãe, com o avô e tal (...), não é acareação nem nada, é pra ver se eles podem dialogar junto com um terceiro.*

Rodrigo:

*Luiza, eu queria, só pra fechar uma idéia, que é a do **movimento do trabalho**, tem um movimento que é dessa escuta, né, depois você sistematiza e tem que mandar pro juiz. Como é essa passagem do que você ouve pro que você escreve, quais*

⁵⁵ Para conhecer as atribuições privativas do assistente social, verificar no artigo 5º, parágrafos de I a XIII, da Lei 8.662/93.

particularidades tem na escrita? Como é que você faz do que você ouve para o que você escreve, porque isso também é linguagem profissional, como é que você faz?

Luiza:

*No final eu faço assim (...): relato as entrevistas separadamente, bem padronizado, com os dados, mas não é preenchido não (...), eu qualifico a pessoa, digo o que ela faz, de onde ela vem, e **sempre coloco a criança no centro da ação, sempre!***

*Relato isso. Quando faço a visita ou quando faço a última entrevista, eu já tenho esse relato mais ou menos feito. **Estou falando em condições ideais.** No final eu escrevo, emito um parecer. Mas, até mostrar pro juiz, eu vou aparando as arestas. Tudo que é demais, ou o que não interessa, ou o que acrescentaria, eu faço o relato, tal como eu aprendi (...). Olha, isso eu ainda aprendi na faculdade, que no relatório você não faz nenhuma observação (...), mas faz observação, sim (...), **levando em consideração que quando você está colhendo o dado, você já está observando, está analisando,** mas eu não faço, não emito nenhum conceito. O parecer, eu faço um pequeno histórico do caso, com a criança no centro. Dizendo que essa criança é fruto de uma relação que durou tanto tempo, a criança tinha tantos anos, tanto tempo ficou com a mãe, e visitava o pai com tal frequência. Até o período que começaram a surgir tais necessidades (...) nessa visitação, ou após a separação (...) se houve violência, se não houve, se as crianças foram separadas do pai. Em que medida essa relação homem/mulher influencia a relação parental-filial, se ela determina essa relação, em que medida isso interfere? No final eu faço uma sugestão e digo que às vezes essa sugestão veio deles mesmo, ou que diante das dificuldades que seja feito o melhor pra criança. Sugiro uma visitação, ou que continue com a guarda.*

Sandra:

No Serviço Social, tive muitos embates, porque me passava a impressão de que o profissional era onipotente, sabia o que era melhor pro usuário. Não gostaria de ter essa responsabilidade. Sempre pensei que as pessoas têm direito a suas escolhas, liberdade de escolher, e a responsabilidade diante da sua vida. E, no outro lado, eu não sou um saco vazio.

*Fui criada, quando eu digo do lado mineiro não é à toa (...), eu tenho preconceitos, sim! Tenho valores, sim, eu tenho. E valores que servem pra mim, dizer que eu não julgo, eu até julgo pra mim. **Às vezes eu vejo uma situação de um usuário, poderia ser feito isso (...), isso seria o mais certo, eu não deixo de julgar, mas não que eu leve isso pra minha prática.***

*Eu vou dar um exemplo: fui convidada pra trabalhar em um ambulatório que hoje é de violência sexual, mas antes chamava Aborto Legal, foi o início, a gente até discutiu Eliane de Gramont, foi o início dos trabalhos de um ambulatório aqui na escola para dar assistência a vítimas de estupro, violência, e eu fui convidada. Assim, eu, na minha concepção, sou contra. Eu, Sandra, sempre fui. Sempre fui contra EU fazer, mas não contra a escolha do outro de fazer. O Serviço Social (...) acho que fui pro Serviço Social meio guiada, meio instintivamente (...) **eu levo muito em consideração a história de vida. Sabe, a pessoa é sua história. Ela é isso: as oportunidades que teve.** Isso não quer dizer que eu não construa uma opinião, que não sinta raiva.*

“a pessoa é sua história” (Sandra)

Luiza:

*Porque tem uma máxima aí que diz “acabou o casamento, mas não acabou a relação materna e filial”, mentira que não acabou o casamento! O casamento continua muito (...) dizem que é o ideal. **Para mim o ideal é o possível, dentro da maior civilidade, respeitando sempre que há uma criança, mas também há adultos, e adultos diferentes dos anos 50.** Venho de uma geração, e uma geração após a minha que muitas pessoas deram as costas ao casamento e à formação de uma família no sentido nuclear.*

“Eu mesma optei por não ter filhos, teria sido uma ótima mãe, mas fui fazer outras coisas.” (Luiza)

Silvia:

No início, a gente que fazia, tinha o impresso e fazia no local. Por exemplo, trabalhava com deficiência e a família me procurava, ou eu já sabia quem estava

nos critérios, eu atendia e encaminhava para o INSS. Eu não me lembro como mudou isso. Depois só podia [requisitar o BPC] na Previdência. Então, nem ficava sabendo de nada, a pessoa ia direto. Quando eu comecei a me apropriar do BPC, eu não me conformava. **Já que o BPC é um benefício constitucional, regulamentado pela LOAS como uma norma, uma IN – Instrução Normativa do INSS, era superior. Uma Norma que desconsiderava uma maior, como diz Ana Ligia Gomes aí nos seus estudos sobre BPC (...)** antes de ler a Ana Ligia, eu já me questionava (...) como o INSS pode fazer uma Instrução Normativa em cima de uma Lei Orgânica, não é um absurdo?! Aí você começa a entender que, de fato, é aquele cenário que a gente já conhece. Década de 80, processo de redemocratização, retomada dos movimentos sociais, as pessoas com deficiência, os idosos e alguns profissionais da nossa categoria tiveram uma participação intensa no processo de criação do BPC. Brigaram muito pra ser do jeito que foi, mas foi o possível, o negociado. A implantação já está em um sistema que acirra: o neoliberalismo, que restringe totalmente os direitos. Então, você tirar de uma equipe multidisciplinar, que faz acompanhamento com esse usuário e deixar só na Previdência é restrição de acesso, aí você vai entendendo como esse direito se restringe.

Luiza:

Muitas vezes, as pessoas que dizem que estão sendo ouvidas pela primeira vez. **Procurou ouvir cada um com muito respeito, levo cada um até a porta, lá no corredor, quase lá fora, sou muito acolhedora, e adoro meu trabalho.** Gosto muito, é aquilo que eu gostava de fazer quando era pequena e eu faço muito bem. Gosto muito de entrevistar, acho um grande barato, ficar em uma sala “perguntando o que eu quero”, é brincadeira! Perguntando e também respondendo, né, é claro, começo dizendo o que é o meu trabalho, pra que estão ali, e **quando eu digo o pra que, eu situo eles naquela relação, que é jurídica, pleno de direitos e o outro também tem direito, tá ali é porque tem um outro.**

Sandra:

Às vezes a gente acaba aconselhando, isso até tem, não é sempre, mas pode acontecer. Por exemplo, quando os casais vêm pra uma entrevista (...), pergunta uma série de questões, sobre o relacionamento, muitas coisas. Um relacionamento de 30 anos e eles não conversaram nesses 30 anos. **Vêm na cirurgia uma forma**

de conversar, então, na entrevista, é raro mas acontece, descobrem-se coisas. Que o parceiro tem filhos de outro relacionamento fora (...), o assunto surgiu ali (...), é como se, desculpe a expressão, é como se eles vomitassem ali, tivessem a oportunidade de com outra pessoa dizerem um pro outro. A gente acaba fazendo um pouco de aconselhamento.

Hoje mesmo, fiz lá um discurso com a mulherada (...), estavam dizendo que o marido não viria participar do processo de esterilização. Coloquei uma coisa que eu acredito, falei: “ele é responsável também pela contracepção, não é só você que faz neném. Precisa no mínimo um espermatozóide e um óvulo” (...), aí coloquei uma coisa que até pode ser um valor meu, eu falei: “o marido, companheiro, que participa, tem responsabilidade com você na contracepção e vai encarar como responsabilidade dele a criação dos filhos. Se ele vai achar que a contracepção é responsabilidade só sua, ele também vai achar que amanhã, se ele larga você, os filhos são responsabilidade só sua.” Eu coloco claro.

Luiza:

Acho que o assistente social tem a possibilidade de fazer a avaliação mais completa. Porque, hoje se vai ao judiciário decidir questões que antes eram decididas na vida privada, na dimensão privada ou em outras formas de resolução de conflitos, mas sempre de autoridades como o padre, o pastor, a pessoa mais velha da família, ou mais culta, ou que tivesse uma ascendência. Mas hoje é a Lei. **Acho que é o assistente social o profissional que tem as maiores condições de interpretar as demandas no contexto dessas mudanças da sociedade, da família, do trabalho.**

Silvia:

Rô, no BPC o controle social é péssimo. Eu sou do Conselho, sou gestora do BPC do município e não consigo juntar essa discussão com o Conselho. Não consigo, Rô, a gente discute outras políticas, mas o **BPC não tem controle social**. Estamos tentando ver como melhorar. Para que os conselheiros possam discutir isso e fazer o controle em relação ao BPC. Talvez eu entreviste conselheiros para o meu trabalho, o que está acontecendo que não é discutido? Por ser gestora do BPC, eu apresento os dados, as previsões, as leituras que essa realidade já traz para nós,

para ver se a coisa encadeia. Para trazer a apreensão do direito, e mais, da cultura de direitos. Então não tem isso forte, como você faz para tornar? Tem que dar visibilidade, deixar mais visível, sabe, Rô.

Luiza:

*Vou te dizer mais, o que a gente faz é estudo social. Que é produto de uma metodologia clássica, eu tenho que dar o mérito a essa metodologia clássica. Senão, seria uma hipócrita. Porque agora dizem “situação social”, porque não pode mais falar “caso”, demonizaram o caso, não pode falar. Então, **a metodologia psicossocial, que é a metodologia clássica, foi demonizada pelo Serviço Social**. Outras profissões, como a psiquiatria, entre outras, a retomaram como construção própria. (...) Romper sim, mas com o psicossocial da forma de psicologia do ego. Mas tem que criar outro, que é o que eu acho que eu tô fazendo. Eu não sou maluca, eu invento, e estou inventando a cada dia. E reinvento a minha profissão, mas eu não posso deixar de dar crédito, a gente tem que inventar uma forma diferente. Temos que fazer uma leitura interna, eu gostaria muito que você lesse minha dissertação.*

“a vida, ah, a vida só é possível reinventada” (Cecília Meireles)

2.6 – PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: *“Ele é um projeto ético-político profissional, mas também tem que ser um projeto de vida. Você não é assistente social só na hora que esta na frente de um usuário” (Elisa)*

Rodrigo:

Acho que é um grande desafio pros docentes, pros assistentes sociais em geral, mas os docentes têm uma responsabilidade nisso (...), nesse processo formativo onde inicia a construção de uma linguagem profissional. Como você observa a apropriação dos alunos a esse projeto, como que se constrói essa linguagem que revela, também, o projeto ético-político profissional.

Elisa:

Nossa essa é uma pergunta difícil...

Rodrigo:

Ai, desculpa, eu sei (...), mas eu precisa compartilhar essa pergunta com você, fique muito tranqüila pra falar, Elisa...

Elisa:

*Não sei (...), como que os alunos aderem então a esse projeto? **Acho que têm várias formas, primeiro pela identificação.** Porque os alunos se identificam com as pessoas, com os professores. Claro que esses alunos vêm com uma identificação com a área, mas eu estou falando do projeto em si, quando vem pro curso não sabem, necessariamente, do projeto. **Quando você começa a falar desse projeto, boa parte da adesão pelos alunos vem por parte do professor e por aquele discurso fazer sentido pra ele.** Mas como é que faz sentido? O aluno tem que sentir que aquilo é muito verdadeiro, que é muito forte para o professor. **O professor tem que ter isso muito incorporado.** Se soasse falso, por exemplo, se não acreditasse em uma sociedade justa, aquilo que você traria pros alunos sempre soaria falso. Então, primeira coisa tem que ter um discurso muito apaixonante, sabe, (...) verdadeiro.*

Rodrigo:

E coerente...

Elisa:

*Lógico, coerente (...), isso mesmo, (...) fundamentalmente coerente. Se você defende uma coisa e na sua prática não ficou muito claro, não adianta eu falar pros alunos. Não adianta eu dizer: defendo a justiça, a igualdade, se na minha prática com eles isso não for materializado. Acho que é isso: **você tem que colocar vida naquilo que você fala.** Esse discurso tem que ser coerente com aquela prática. A forma como me relaciono com a classe tem que estar dentro dessa coerência. Com uma prática democrática, uma prática justa, uma prática de liberdade. **Então, o que eu coloco pros alunos é assim, (...) ah, você foi meu aluno, você sabe muito bem, (...) não sou uma pessoa impositiva pros alunos, por que eu acho assim, liberdade, sempre me refiro ao Paulo Freire, educação pra liberdade.** Então, pros alunos aderirem a esse projeto (...), a esse modelo de educação pra vida deles*

(...), não porque eu tô obrigando, porque vão tirar nota, mas que esse projeto faça eco na vida dele. Eu tenho trabalhado esses últimos anos com os alunos e às vezes eu sou até incompreendida, por que eles falam: “ah, professora a gente gosta de professores mais rígidos!” então não vão esperar isso de mim, porque eu não sou isso.

Sandra:

Não tem como você falar que trabalha com Serviço Social sem dar conta dos direitos, sem respeitar o outro como sujeito, sem levar em conta sua vivência (...) então, nem trabalhe na área.

Silvia:

*Eu acho que é assim (...) a dimensão do ser humano. **Quando você vê esse humano na condição que ele tem, ou seja, não o que se apresenta ali de forma imediata, mas na sua totalidade, na sua realidade histórica e cultural.** Quando se consegue ver essa dimensão, a gente muda o olhar. Não mais como fato único e isolado, mas produto de uma totalidade. Ele não está naquela condição de repente, mas sim fruto de um processo histórico, de toda uma trajetória, das contradições de classe (...)*

Rodrigo:

Silvia, quando você me revela a construção desse olhar, você me revela uma direção social da profissão. Você reconhece essa direção na sua ação profissional?

Silvia:

Ah eu consigo, é o próprio projeto ético-político, eu consigo ver na minha ação cotidiana.

Rodrigo:

Mas como?

Silvia:

Sempre que chega alguém pra atender (...) tem que ser um ambiente acolhedor, porque não dá! Olha, eu passei por cada uma, Rô, por exemplo, presenciei uma

*profissional atendendo um “cidadão”, **era como ela chamava pejorativamente**, infelizmente esse termo é usado assim também. Vi uma assistente social atender uma pessoa, ela sentada na cadeira dela, e a pessoa chegou, era um senhor, e ela fez assim, ó: [fez um gesto com os ombros que pode ser considerado de descaso], entendeu? E falou: “o que que você quer?” (...) “ah, eu vim falar com a assistente social” (...) “senta aí! O que que foi?”, (...) eu já presenciei isso, pra mim não é possível. Por isso que eu falo pra você: quem é essa pessoa que você está atendendo? Como você está olhando para ela? Porque quem olha como ela tava olhando pensa o quê? É um vagabundo? É um sujeito que não quer trabalhar, que está ali pra encher, pra pedir, depois vai pedir a mesma coisa. **Só que não parou pra pensar no que fez do seu trabalho (...) para que não voltasse a pedir mais.***

Sandra:

*Não é fácil trabalhar nessa direção, quando os outros acham que tudo o que não se resolve é do Social. Culturalmente tem o assistente social como aquele que veio resolver o seu problema, ser o bonzinho. Ainda se tem essa concepção (...), **o usuário e a própria instituição que emprega**, aqui tem muito, o médico não resolveu, está com algum problema, não consegue comprar o remédio, manda pra assistente social.*

Elisa:

*O que fica muito presente pra mim nesses anos todos é **como as pessoas têm dificuldade de utilizar a liberdade**. Primeiro: não sabem o que é ser livre, porque o projeto de estudar, de aprender tem que passar pela sua escolha livre individual e depois se transformar em uma escolha coletiva, tem um movimento. Então eu acho que é assim, tem que ter essa coisa apaixonada, essa coisa verdadeira e coerente.*

Luiza:

***Falo desse lugar, que revela um projeto ético-político, onde as pessoas são sujeitos e por isso possam se expressar desse lugar de cidadão (...)**, algumas pessoas chegam arrogantes, de que a justiça deve pra ela, o mundo deve pra ela, e por isso devem ser tratadas de forma especial, que é credora de uma dívida, isso pobre ou rico. Por que ali [no judiciário] você vê exatamente as expressões da*

questão social, como o homem se manifesta, o homem da modernidade líquida⁵⁶ (...) no judiciário você entrevista do banqueiro ao porteiro, ainda mais aqui no Rio, né, que é uma cidade grande, tem pessoas ditas famosas, ou muito cultas, muito gente simples, mas que se sentem ameaçadas, sendo avaliadas.

Sandra:

*Ao menos informação sobre, eu tenho que garantir. Quando falo de escolhas, falo também de responsabilidade. Ele [usuário] tem que fazer a escolha, mas tem que dar suporte para escolher. Quando você falou de linguagem eu fiquei pensando, refletindo, sobre minha linguagem, acho que às vezes eu até coloco meus valores no meu discurso (...), não consigo me desvestir deles (...), a gente é essa totalidade. **O legal é conseguir enxergar o que é seu, e o que é do outro, por que às vezes você pode estar colocando pro outro uma coisa que é sua.***

Elisa:

***Esse projeto direciona como você olha pro outro**, e o outro também é o aluno, não é só o usuário da assistência, mas é o aluno também, então fazer a escuta do aluno que está com alguma dificuldade (...), não só dificuldade no aprendizado (...), os alunos têm muita dificuldade, eu digo isso no ensino da ética. É muito difícil fazer uma discussão filosófica, uma discussão da ontologia, é um conteúdo pesado, mas você pode ir decodificando isso pro aluno, pra ele compreender esses meandros.*

Rodrigo:

Silvia, como é que a gente traduz esse projeto ético-político pro usuário que está ali na nossa frente, e isso na assistência (...), em todas as áreas do Serviço Social (...), mas eu acho que a assistência é um campo privilegiado, vamos dizer assim, privilegiado na execução, ou melhor, na efetivação desse projeto.

Silvia:

***Ah, Rô, acho que ele [projeto ético-político] está no aqui e agora, e a gente está construindo neste momento.** Por exemplo, eu que trabalhei o BPC com idosos e pessoas com deficiência, é um benefício. O usuário pode solicitar o BPC. Preencheu*

⁵⁶

Luiza refere-se a BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

todos os requisitos. O profissional preencheu as fichas de solicitação. [O usuário] foi embora para sua casa. Recebeu o salário mínimo, atendeu minimamente as necessidades de sobrevivência básica. E ficou por isso mesmo, é uma direção do trabalho. Agora, o usuário pode vir solicitar o BPC e o profissional dizer: “olha, isso aqui é um direito constitucional, e foi muito importante, em um determinado momento a sociedade parou pra discutir esse direito, e quem eram? Eram representantes dos idosos, dos deficientes e de algumas categorias profissionais.” É importante as pessoas saberem esse registro da história. “Isso que o senhor está recebendo foi uma construção política.” Você pode contar, mas não só por contar!

Quando você está contando está dizendo que é possível a sociedade se organizar para discutir algumas coisas.

*Às vezes acham que é um favor, que é o próprio assistente social que consegue o BPC, tem que mostrar que não é. **Muitas vezes eles agradecem porque você conseguiu o benefício, se eles agradecem a você é por que não disse a eles quem é o beneficiário.** Tem que falar que é um direito, como que aconteceu, para ficar atento que de vez em quando querem mexer no benefício, desatrelar ao salário mínimo, então: “quando o senhor ouvir alguma coisa do BPC e tiver dúvidas, tem o conselho do idoso, é só vim tirar suas dúvidas. Pode vir discutir.” Já conta que tem o conselho. “Onde você mora? Onde você mora é uma região que tem bastante gente que recebe o benefício, tem o serviço de referência.”*

Elisa:

Ele é um projeto ético-político profissional, mas também tem que ser um projeto de vida. *Você não é assistente social só na hora que está na frente de um usuário, (...) você é assistente social o tempo todo, você não troca de roupa, pendura lá no armário, você é! **Aquilo que você acredita enquanto projeto tem que fazer sentido na sua vida cotidiana,** eu não tenho como falar que acredito na justiça, na igualdade e tratar quem trabalha comigo de outro jeito. E essa coerência é um dos móveis que vai mobilizar os alunos, que vai mexer no aluno, pois ele vai ver que tem essa coerência. Isso vai sensibilizar, vai fazer sentido (...) e vai ver que o próprio projeto é repleto de vida (...) é pulsante (...) **e este é um projeto, que a gente chama de ético-político, é um projeto que defende a vida.***

Sandra:

*Tem profissional que diz: “eu sei os direitos dele, sei o que é melhor” (...). Converso muito com a psicóloga (...), tem alguns que acham que sabe o que é melhor pro outro. **Tem aquele que tem um discurso de igualdade, de justiça, de participação, mas no fundo ele manda**, diz que sabe o que é melhor. Mas muitos profissionais são comprometidos, sabem seus limites, conseguem enxergar.*

Elisa:

*Tem o participar, uma das coisas que mais nos qualifica é a questão da participação. Essa participação no CRESS, na ABEPSS, combater esse ataque que a gente está vendo no ensino, (...) principalmente o ensino superior no Brasil. A militância contribui muito, você entra em contato com outros professores, troca essa experiência, traz isso pro interior da sala de aula, do curso, são muitos fatores que contribuem para a construção desse discurso. Acho que a própria militância política no sentido de partido, eu tive uma militância legal junto ao PT, agora não tenho participado de mais nada [risos], tenho militado de outra forma. O partido está muito difícil (...), os partidos em geral, já estive mais próxima dos movimentos sociais (...), eu preciso retomar isso. **É que o professor universitário, hoje, está sendo muito sugado, exigido muito tempo e sobra pouco pra fazer outras coisas.***

*Fico muito feliz quando um aluno diz, “nossa professora, eu mudei tanto a minha forma de pensar, a minha relação com outro, com a sociedade.” Ou quando dizem, “nossa professora hoje eu tenho outro jeito de pensar.” Ou quando viu que era preconceituoso e teve que mudar o modo de enxergar uma situação (...), um trabalho de deixar de lado seus preconceitos, suas concepções, porque ecoou, fez um eco, caiu a ficha (...) olha só que interessante, **aderiu esse projeto por que passou pela mediação da consciência** (...), é fantástico esse papel profissional que é o professor. É claro que pra muita gente não ecoa, mas pra maioria ecoa sim! Quando você vê um aluno do primeiro e depois o mesmo aluno no quarto, você vê o quanto ele mudou. Pra muita gente fez sentido esse curso. Quanto o curso mudou a vida dele, isso só existe porque passou por um discurso coerente, honesto e que vai fazendo essa troca, e a pessoa vai se transformando, isso é muito bonito, né.*

Silvia:

*Infelizmente ainda não se consegue acompanhar os beneficiários do BPC. Vai conseguir agora com o CRAS. **Tô com muita esperança, mesmo!** Que com esse novo desenho a gente consiga identificar todos e acompanhar aqueles que realmente necessitam de acompanhamento. Conhecer mais de perto é a função do CRAS, não é?!*

Elisa:

Esses projetos estão em disputa (...) acho agora mais do que antes, a gente tem um discurso em disputa (...), hoje está em uma direção teórica (...), enfim, tem discursos em disputa (...), não pode ser pensado de uma forma hermética.

Rodrigo:

*O aluno vai percebendo que há disputa mesmo entre o grupo do corpo docente. E me parece que **o discurso moralizante cola mais que o discurso crítico**, porque ele está em mais lugares (...), construir esse discurso crítico é uma contra corrente.*

Elisa:

*Vamos pensar a direção social de um curso (...), a gente tem uma direção, está colocada lá nas diretrizes curriculares, de acordo com a ABPES ta, ta, ta (...) **isso não quer dizer que é homogêneo entre os professores, que todos pensem igual, que é tudo bonitinho e tal (...).** Claro que no corpo docente também existem discursos contra hegemônicos, mesmo aqui com um corpo docente **pequeno, tem as disputas** (...) tem a sistêmica querendo entrar, tem a fenomenologia, e tem um monte de coisa. Então, do ponto de vista teórico tem um embate mesmo (...), por isso que a gente pode dizer que existem discursos (...), não existe um, único, existem discursos (...). Lógico que tem um que dá a direção, mas isso não o faz homogêneo. É o que você disse mesmo (...), esse nosso discurso é muito mais difícil de grudar, mais difícil segurar (...), é muito mais difícil de ser aderido. O discurso de levar vantagem em tudo é muito mais fácil (...), mas Rô, sabe, a gente vai batalhando (...), o que é mais legal, é que a gente não pode ter a ilusão que sozinho vai fazer alguma coisa, na verdade nós somos poucos, então, a gente tem que estar junto (...) e fazer o máximo desse movimento no coletivo. É a*

*possibilidade de garantir mais um pouco esse projeto que a gente acredita tanto (...),
sei lá até quando a gente vai agüentar.*

2.7 – LINGUAGEM PROFISSIONAL: “(...) vai se expressando (...) no exercício profissional” (Elisa)

Rodrigo:

*Elisa, o que você esta chamando de discurso? Porque você já disse isso algumas
vezes.*

Elisa:

*O nosso discurso é (...) recheado (...) pelo código de ética,⁵⁷ a legislação e o projeto
ético-político. É o que enfeixa esse discurso. Expressa aquilo que está contido no
código [de ética], na lei que regulamenta a profissão, nas diretrizes curriculares, é
uma forma de pensar o mundo, a sociedade e os indivíduos sociais.*

Silvia:

*Antes da linguagem tem o olhar, quando eu trabalhei na área da deficiência, (...)
como que você olha para uma pessoa totalmente deformada, como você olha?*

Dependendo de como você olhar não tem diálogo.

O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
olhando para a direita e para a esquerda,
e de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
é aquilo que nunca antes tinha visto (...)
Sinto-me nascido a cada momento
para a eterna novidade do mundo...

(Fernando Pessoa)

⁵⁷ O Código de Ética Profissional do Assistente Social é regulamentado pela Resolução do Conselho Federal de Serviço Social no. 273 de 13 de março de 1993.

Elisa:

*Esse discurso vai se expressando na sua prática docente, no exercício profissional, não é um discurso fragmentado (...), **é uma totalidade que você vai fortalecendo e vai parecendo na prática, na prática da vida** (...), na forma como você trata o outro, com respeito, igualdade (...), esse discurso só faz sentido se for assim.*

Luiza:

Falando de linguagem, procuro usar, forjar uma linguagem própria. Uma linguagem de assistente social. Na saúde mental eu escrevia muito pouco, anotava pouco, mas minha linguagem ainda era impregnada do discurso médico. Quando eu entrei no tribunal cheguei uma assistente social pronta! Pronta pra aprender, claro. Aqui [no judiciário] tem uma questão hierárquica, de poder, da instituição.

Elisa:

***Tem uma dimensão ontológica**, vamos pensar na ontologia (...), o individuo vai se humanizando na medida em que se relaciona com o outro. A humanização não acontece na hora que ele nasce, nasce um ser biológico e vai se humanizando. Vai ganhando sentido novo (...) e como trabalho, transforma alguma coisa (...). Se faz sentido ele se transforma internamente e externamente. Vai materializando nas suas relações com os usuários, com colegas. Pô! Você vai vendo a transformação, é lindo isso (...), eu acho muito bonito ver o aluno dar um salto, crescer (...), lógico que não é um discurso, não é o discurso da Elisa, é o discurso da profissão.*

Luiza:

*Desenvolvi uma linguagem própria no tribunal, tendo que escrever (...). Como eu tinha absorvido uma linguagem médica, na psiquiatria, eu via, com todo respeito, eles [assistentes sociais] usando termos do direito, citam leis (...) **quem usa uma linguagem de uma disciplina, como o direito, está pensando como um jurista.** E eu tô ali exatamente pra fornecer, articular, pra trazer ao campo do juízo aquilo que a lei não dá conta. **Tenho que usar uma linguagem do Serviço Social para interpretar uma demanda que chegou à justiça e que os argumentos legais não deram conta. Esta é a razão pela qual o juiz pede um estudo e um parecer.***

Rodrigo:

E como é? Como é essa linguagem?

Luiza:

Eu analiso o contexto sócio familiar, as relações sociais que intervêm, tal como as relações sociais que são subjacentes àquele contexto.

Elisa:

***Acho que essa profissão tem um etos**, você reconhece uma profissão pelo seu próprio etos. Quais as nossas marcas? Marcas de luta, de questionamento? De reconhecer a contradição da própria sociedade. Enfim, temos um etos, uma forma de ser, isso tem que ficar muito presente pros alunos, pra que possam aderir [ao projeto ético-político profissional], construir e reconstruir, por que é movimento (...), o aluno é parte desse projeto, sim! Vale ressaltar que nessa profissão, diferente das outras, o movimento estudantil tem participação em todas as instâncias, seja no CRESS, na ABEPSS, nessa categoria os alunos participam de tudo, discute tudo, negocia tudo...*

Não podemos ser ingênuos, por que tem alguns profissionais que reproduzem isso como mero discurso. Utiliza dessa linguagem como chavão, por exemplo, o discurso da cidadania, todo mundo repete, ou como: “assistência social, direito do cidadão, dever do Estado”. Virou senso comum, muita gente não tem a mediação da consciência. Quando você fala de cidadania, que cidadania é essa? Esta falando de uma cidadania liberal? Que é jurídica, mas não se efetiva na prática, onde não há acesso pra todo mundo? Tem que qualificar que cidadania você esta falando. Então, tem discursos que são moralizantes. Até porque não temos uma categoria hermética, que pense igual. Embora tenhamos um projeto chamado hegemônico, existem muitas outras falas, outros discursos que caminham por outras direções, o que a gente tem é que dialogar.

2.8 – AÇÕES PROFISSIONAIS ALTERAM TRAJETÓRIAS DE VIDA: “pensar que a partir de uma intervenção (...) conseguiu devolver vida para aquela pessoa!” (Silvia)

Silvia:

Deixa contar mais uma história, só mais uma (...) na área do idoso.

Rodrigo:

Claro, me conta...

Silvia:

Eu te falei, né, Rô, uma das marcas da minha trajetória é implantar serviços, depois que eu saí do núcleo com crianças e adolescentes, fui ser coordenadora da região leste. Na região que o núcleo se estabelecia, desse projeto é que me foi dada a implementação do Centro de Referência da Pessoa com Deficiência, pela trajetória que eu tinha na área e coisa e tal (...), depois de 2 anos foi me dado a tarefa de implementar o Centro de Referência do Idoso, reuniu os dois serviços dentro da coordenação do BPC. Implantar o Centro de Referência do Idoso foi outro desafio para mim, uma área que nunca tinha trabalhado, mas me coloquei aberta pra aprender. Eu nunca trabalhei, mas você tem leituras sobre a pessoa idosa, não é porque não trabalha com a população X que você não sabe nada sobre ela. Que leitura de realidade está fazendo, então? Não precisa ser um especialista no assunto, mas você está atento ao que está acontecendo.

E lá fui escrever o projeto de criação do Centro de Referência. O que ia fazer? Íamos dar enfoque à questão da violência, que estava emergente no município, pois não tinha nenhum serviço que atendesse, e assim viemos trabalhando.

Aí, Rodrigo, o atendimento à violência é um atendimento muito complexo, e no idoso (...) todos os casos de violência é complexo, quero dizer assim, na criança e adolescente parece que se tem mais perspectivas na dinâmica familiar (...), no idoso não é porque nada pode mudar, não é isso! É que no idoso as perspectivas são menores. Claro, a gente trabalha com a centralidade na família, na família é o melhor lugar que ele deve ficar, e o abrigo é só a última alternativa e a gente atendeu a primeira idosa centenária. Ela fez 100 anos durante o nosso atendimento

(...), já contei essa história em alguns lugares. Como era esse trabalho? Recebíamos a denúncia, via disque-denúncia, uma equipe, uma dupla de agentes sociais vai verificar a situação de denúncia. Depois a gente faz a articulação com as outras políticas necessárias e a dupla faz o acompanhamento.

Fazendo o acompanhamento, foi necessário acionar a saúde pelas condições de higiene. A dupla dizia: “Silvia, quando você chega no prédio, no saguão, você já sente um odor diferente, quando você chega no andar te dá ânsia de vômito.” Você imagina, foi mil disques-denúncia dos moradores. E era um prédio, é mais comum a gente receber denúncias de casa. Encontraram essa idosa, pra você imaginar o tamanho da unha dela, Rô, era imensa, e embaixo tinha dado tempo de mofar, tinha mofo na unha, nos dedos, o cabelo aquela crosta (...)

Rodrigo:

Mas morava sozinha?

Silvia:

Não, com a filha e o neto. Em condições péssimas de higiene, com fralda de 10 dias sem trocar, com resto de comida embaixo da cama, urina e fezes (...), acontece a primeira visita. A dupla veio para discutir o caso. Então, vamos chamar a equipe de atendimento domiciliar, pra fazerem uma avaliação e verem se é o foco do atendimento deles.

Foi uma assistente social e a nossa dupla, a partir daí começou um vínculo. E era assim, a filha não saía do quarto, o neto muito menos, e a idosa mal respondia alguma coisa. A equipe da saúde deu banho, cortaram as unhas, não costumam fazer isso, mas viu que a situação era delicada (...), deu uma geral no apartamento (...) aí ela começou a dialogar, se sentiu acolhida mesmo.

A filha começou a responder, mas a equipe perguntava pra idosa e a filha respondia do quarto primeiro, mas ela não saía (...), respondia assim, né, Rô, uma frase (...) pra encurtar a história. Percebeu-se que tínhamos que trabalhar nesta perspectiva: o que esta acontecendo com essa filha? Por que não consegue cuidar dessa mãe? Conclusão da equipe: a filha não tinha condições de cuidar da mãe, porque também

precisava de cuidados. E o que a saúde tinha de equipamento, de serviços não era para essa situação. E Rô, apesar de tudo, essa senhora não tem uma doença, um problema de saúde, não tem uma escara, nada.

Pensamos em mandar para o ministério público, mas mandar para quê? Ele vai mandar para nós (...), vai penalizar essa filha (...), essa filha já está mais que penalizada por não conseguir cuidar dessa mãe. Procuramos várias saídas e nada!

Concluímos então: vamos abrigar! E sempre é difícil, o abrigo é uma alternativa, a última alternativa (...), mas é uma alternativa de moradia. Dada todas as situações conjunturais hoje, as questões da política habitacional, o aumento da população idosa, e diante dessas transformações temos que olhar para esses lugares como alternativas de moradia. Embora a gente tivesse chegado neste entendimento, na hora ali do abrigo é muito difícil. Talvez o nosso maior desejo fosse que ficasse na família, mas não tinha jeito e ela foi.

A filha começou a conversar, a querer atendimento (...), procurava os serviços (...), conseguimos encaminhar para o BPC, o INSS atendeu prontamente, porque ela não iria ficar seis meses na fila do agendamento, né (...). Conseguimos um abrigo, porque os nossos já não tinham vaga, um abrigo pelo valor do BPC. Aí foi. Foi difícil, mas o pessoal do abrigo foi muito acolhedor.

*Domingo é dia de visita. E foi uma família com criança (...), **ela se encantou com essa criança. Dizem que pegou no colo, e ninava essa criança, e ninava (...) e cantava (...) cantava cantigas de ninar. Essa criança trouxe à memória dela que ela trabalhou com crianças a vida toda.** E que a única coisa que ela tinha feito foi cuidar de crianças (...), depois foi voluntária no trabalho com crianças (...), ela ama criança. O que ela fez? Começou a ensinar essas cantigas que não se ouve mais, cantigas do seu tempo (...), ela começou a ensinar para as outras pessoas, e veja só você, e eu estou sabendo até aí, não soube mais.*

Até que um sábado, de manhã, eu saio. Tenho mania de ouvir CBN. Ligo a CBN e (...) quem esta dando entrevista, Rodrigo? Eu fiquei boba, aquela senhorinha dando entrevista, porque o abrigo tinha feito uma festa de 100 anos para ela (...), já tinha passado a data, mas o abrigo fez uma comemoração (...) e tinha um monte de

crianças (...) o cara perguntou: “o que a senhora deseja?” Ela disse: “eu até aqui vivi muito bem, mas eu percebi agora que eu tenho muita coisa pra ensinar pras pessoas, eu quero que todo mundo saiba das minhas cantigas, aqui elas vão fazer um caderninho com as minhas cantigas, eu tô ensinando muita gente a cantar.”

Minha mãe cozinhava exatamente:

Arroz, feijão-roxinho, molho de batatinhas,

Mas cantava.

(Adélia Prado)

Na hora, Rô, eu não conseguia sair com o carro, sabe, eu não conseguia ligar o carro (...), eu só chorava, Rô, de verdade eu só chorava (...), pensar que a partir de uma intervenção, de uma intervenção correta, de uma análise da situação, você, a equipe conseguiu devolver vida para aquela pessoa! E fica que, se na nossa profissão você não for criativo, não trazer à tona as análises de conjuntura, se você não ousar, que trabalho profissional é esse?

Rô! Só sei que está fazendo o maior sucesso. A gente tá atendendo da filha dela, que não é tão idosa, mas é uma jovem senhora que precisa de cuidados.

CAPÍTULO III

LINGUAGEM PROFISSIONAL E PROJETOS EM DISPUTA

*Fico muito feliz quando um aluno diz, “nossa professora, eu mudei tanto a minha forma de pensar, a minha relação com outro, com a sociedade.” Ou quando dizem “nossa professora, hoje eu tenho outro jeito de pensar.” Ou quando viu que era preconceituoso e teve que mudar o modo de enxergar uma situação (...), um trabalho de deixar de lado seus preconceitos suas concepções, por que ecoou, fez um eco, caiu a ficha (...), olha só que interessante, **aderiu esse projeto por que passou pela mediação da consciência** (Elisa)*

*Procuro encostar as palavras à idéia (...)
O meu pensamento só muito devagar
atravessa o rio a nado.
Procuro despir-me do que aprendi.
Procuro esquecer-me do modo
de lembrar que me ensinaram.
(Fernando Pessoa)*

Na continuidade dos estudos sobre linguagem profissional do Serviço Social, construo neste capítulo algumas considerações tendo por base os depoimentos das assistentes sociais entrevistadas.

No primeiro capítulo dessa dissertação refleti sobre as bases teóricas que sustentam a pesquisa, aprofundando com alguns autores⁵⁸ as reflexões sobre o conceito de linguagem, sendo esta entendida como materialidade da consciência, produto das relações sociais e da intrínseca consonância com cultura e experiência; e linguagem profissional compreendida a partir dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, cuja materialidade do fazer, mediada pela instrumentalidade da profissão, revela o projeto ético-político profissional.

Abordei no segundo capítulo a pesquisa de campo, na qual o sujeito ocupa lugar central na dissertação e é chamado de narrador, utilizando a metodologia de História Oral para coleta e análise das narrativas.

Neste terceiro capítulo parto para o aprofundamento de algumas temáticas, possibilitado pelos depoimentos das assistentes sociais, as quais trouxeram aspectos fundamentais para ampliar o debate com o objeto de estudo: linguagem profissional do assistente social.

Saliento, entre tantos aspectos trazidos pelos sujeitos, dois que acredito serem fundamentais para a construção da linguagem profissional. O primeiro aspecto é o Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e o assistente social como um profissional assalariado que realiza seu fazer no cotidiano dos espaços sócio-institucionais. O segundo, estreitamente relacionado com o primeiro, refere-se à construção dos projetos profissionais que, algumas

⁵⁸ Tais como Marx (1982 e 1978), Thompson (2004, 2002, 1981), Williams (2007, 2000, 1979) e Chauí (1990, 1999).

vezes, contrapõem-se aos projetos institucionais construídos pela direção/gestão das instituições onde o trabalho profissional se realiza.

Acredito, também, que os dois aspectos elencados constituem novas dissertações e teses, assim como já foram abordado por diversos autores que trago para o debate: Iamamoto (2007, 2004, 1992), Martinelli (2004), Netto (1994), Yazbek (2002, 1993). Assim, o que levanto são contribuições para pensar a linguagem profissional do assistente social.

3.1 - “[o] projeto tem que fazer sentido na sua vida cotidiana...” (Elisa)

Para compreender a linguagem profissional do Serviço Social é necessário considerar o próprio movimento do Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, o assistente social como um trabalhador que vê sua força de trabalho especializada em uma determinada conjuntura sócio-histórica, produto das relações sociais no contexto de produção e reprodução da vida social.

O Serviço Social se institucionaliza como profissão na sociedade capitalista, segundo Yazbeck (2000a, p. 91 – 93), “no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais políticos e econômicos que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista,” onde se gestam as condições para que, no processo de divisão sócio-técnica do trabalho, o Serviço Social se constitua como um espaço de profissionalização e assalariamento.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos aqui compreendidos sob o ângulo de novas classes sociais emergentes (...) e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2004, p. 77)

Compreender o Serviço Social nesta perspectiva é evitar o que Iamamoto (2007, 2004) chama de “fatalismo” e “messianismo profissional”, no sentido de

compreender ou a realidade como fato já determinado, impossibilitando a transformação da sociedade, ou pela concepção do profissional como aquele que exerce uma função messiânica junto à população de usuário dos serviços.

(...) fatalismo (...) como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los (...) messianismo profissional: uma visão heróica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade do sujeito (...) sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade profissional. (IAMAMOTO, 2007, p. 21 – 22)

Tais visões são deterministas, desconsideram os aspectos sociais, históricos e culturais da realidade. Ambos, fatalismo e messianismo, estão de costas para os processos históricos e sociais, não compreendem o homem como construtor e protagonista de sua própria história. Visões fortemente marcadas, também, por influências religiosas na história da profissão, o que me remete ao depoimento trazido por Silvia na pesquisa, ao relatar a implantação do BPC – Benefício da Prestação Continuada, em Campinas.

“Nós, assistentes sociais, fomos chamadas aqui no salão da Igreja, você sabe que a assistência adora ocupar os lugares que são da Igreja, isso é mais que histórico.”

(Silvia)

Se a constituição do Serviço Social como profissão deu-se pela progressiva intervenção do Estado nas relações sociais, no Brasil evidencia-se o suporte da Igreja Católica.

Saliento que o Serviço Social é “especialização do trabalho, uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 22).

A assistente social Sandra, ao relatar seu primeiro contrato como profissional do Serviço Social, ressalta as condições de trabalhador assalariado. O que Iamamoto (2007) vai afirmar é que o assistente social insere-se como trabalhador

assalariado no mercado de trabalho por uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada em organismos empregadores, estatais ou privados.

Eu me lembro, é muito nítido, a Beatriz assim, atrás da mesa, e a gente conversando. Ela me fez algumas perguntas e fomos conversando sobre o serviço, ela me disse que não tinha vínculo empregatício. É serviço prestado, a direção está nos dando só essa oportunidade de aumentar o nosso quadro. Era uma forma de estar dentro da área, de exercer a minha profissão, e era seis vezes o meu salário.

(Sandra)

É no contexto da institucionalização do Serviço Social como profissão que podemos pensar a construção da linguagem profissional, que se efetiva no fazer cotidiano do trabalho do assistente social, cotidiano repleto de contradições, particularidades, espaço das relações sociais e da construção da vida.

A vida cotidiana é a vida de todos os homens (...) do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade (...) o homem já nasce inserido nesta cotidianidade. A vida cotidiana está no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social. (HELLER, 2000, p. 18 – 20)

O assistente social atua no campo social a partir das particularidades da classe trabalhadora, executando, planejando ou gestando atividades referidas ao cotidiano, enquanto produto histórico, vivenciado pelos sujeitos.

O cotidiano, segundo Iamamoto e Carvalho (2004), é a expressão de um modo de vida historicamente circunscrito, onde se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são pensados os rumos de uma prática inovadora.

O cotidiano é repleto de transformações e é movimento, o que exige do profissional assistente social formas criativas e respostas coerentes com a realidade social. Na entrevista com a assistente social Luiza, que realiza seu exercício profissional na área sócio-jurídica, a mesma relata as transformações nos espaços

familiares e salienta a importância de o profissional construir o debate sobre os mais diversos temas que emergem do cotidiano.

Trabalhar na vara de família é estar em contato com uma das transformações societárias mais avassaladoras das últimas décadas, que é a mudança na família. Nos papéis homem e mulher, sexualidade, então, como não ter uma resposta no âmbito das relações sociais para uma demanda dessa natureza. A gente tem que pensar, tem que ter respostas, tem que discutir, eu nunca diria que isso não é assunto para o Serviço Social. O Serviço Social pode não esgotar esse assunto, mas alguma resposta ele tem que dar. (Luiza)

É no cotidiano que a profissão de Serviço Social efetiva sua prática profissional, onde as relações entre Estado e Sociedade Civil são estabelecidas. Ressaltar essa condicionada relação permite acentuar o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, como trabalho assalariado e, segundo Yamamoto (2007, p. 23),

A constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende (...) de uma progressiva ação de Estado na regulamentação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída por meio de processo de industrialização e urbanização.

Observar a relação do Estado na constituição da profissão de Serviço Social significa compreender que a linguagem profissional é mediada pelas relações com o Estado e a Sociedade Civil.

É por meio dessa relação – Estado/Sociedade Civil – que o Serviço Social assume um lugar na execução das políticas sociais advindas do Estado e “tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de políticas sociais.” (YAZBECK, 2000a p. 92)

Não obstante, há outro elemento essencial ao discutir os espaços sócio-institucionais, que é o mercado de trabalho, mas esse não é o foco da dissertação.

Contudo, compreendo que ao falar de ambientes institucionais, vale ressaltar que nos inserimos nesses espaços pela via do emprego, sendo o mercado fundamental nas nossas sociabilidades contemporâneas.

A assistente social Sandra, que desenvolve sua atividade profissional na área da saúde na UNIFESP, relata que, ao iniciar um trabalho em grupo, situa os usuários nesse ambiente sócio-institucional de responsabilidade estatal.

Em relação aos recursos de saúde, eu explico um pouco como funciona essa dinâmica, por exemplo, eu não consigo dar um grupo sobre método [contraceptivos] e não situar, onde ele está? Que instituição é essa? O que ela tem a oferecer? Como ela funciona? O que é seu direito dentro da instituição? Primeiro, eu faço essa abordagem. Depois, falo especificamente do que veio buscar. (Sandra)

Cabe ressaltar que é nos ambientes sócio-institucionais que os assistentes sociais realizam suas práticas profissionais. Espaços normalmente estabelecidos em disputa de poder, contraditórios, hierarquizados e que muitas vezes estabelecem as atribuições para o fazer profissional do assistente social.

O assistente social, no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais e para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilidade de serviços sociais por eles programados para a população. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2004, p. 1120)

O fazer profissional do assistente social se efetiva, portanto, no cotidiano dos espaços sócio-institucionais, é aí em que o trabalho do assistente social é construído. Assim, a assistente social Luiza relata no seu depoimento:

(...) em caso de colocação da criança em um lar substituto, ou seja, guarda, tutela, adoção, por analogia, ou por sei lá, os juízes começaram a pedir também nos casos de visitaçào. O que garante a nossa presença nos tribunais, presença cada vez maior e crescente (...) por um lado pela tradiçào, como um campo fundador da

profissão (...) segundo, o fato que após a constituição surgem novos sujeitos de direitos (...) e as demandas apresentadas ao judiciário são cada vez mais complexas, exigindo dos magistrados respostas em consonância com a realidade social. (Luiza)

É neste espaço que emergem as mais complexas demandas para o trabalho do assistente social, que também o desafiam a satisfazê-las, operacionalizando os mais diversos instrumentos. Baptista (1995, p. 111) caracteriza este ambiente como sendo

Um ambiente material e de relações no qual o profissional deve se mover “naturalmente” com uma pretensa intimidade e confiança, sabendo manipular as coisas, os costumes e as normas que regulam os comportamentos no campo social e técnico.

Pode-se compreender então que o lugar onde a prática profissional cotidiana (tendo o assistente social vínculo empregatício e de assalariamento) ocorre, predominantemente, é o da instituição. Por estabelecer esse vínculo, muitas instituições definem o significado e o objetivo do trabalho profissional do assistente social, mas, por outro lado, “é o modo subjetivo, como o profissional elabora a sua situação na instituição, estabelecendo sua própria ordem de relevâncias, que vai dar o sentido do seu trabalho” (BAPTISTA, 1995, p. 113).

Esse é o contexto em que travamos os “difíceis caminhos cotidianos da vida” (MARTINS, 2000, p. 11 – 12). Buscar conhecer o cotidiano dos espaços sócio institucionais é compreender

como a História irrompe na vida de todo dia e trava aí o embate a que se propõem, o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo.

Mas, também são nesses espaços que as ações profissionais podem ser potencializadas, construídas com criatividade, inovadoras a cada dia, no dia a dia. É indispensável que o profissional tenha clareza de que em “toda prática há um

espaço de criatividade a ser explorado, há vias de transformação a serem acionadas” (MARTINELLI, 1995, p. 149).

Em seu depoimento, Silvia, assistente social da área da Assistência Social, relata sobre a criatividade no fazer profissional.

(...) não é do mesmo jeito de 20 anos atrás, não dá para você ser o mesmo assistente social de 20 anos atrás. Você está falando de linguagem, trabalhando com História Oral, hoje a gente tem que achar muitas linguagens, tem que estar achando novas linguagens, porque não pode ser a mesma e nem queremos que seja, claro (...), o Serviço Social tem uma nova demanda, essa nova forma exige muito do profissional, nós estamos em um momento que exige muita criatividade no seu trabalho. (Silvia)

Outro elemento que auxilia na produção da criatividade é a própria rotina. Segundo Baptista (1995, p. 117 – 118), as ações repetidas “todos os dias” derivam de práticas de experiência acumulada. Isso produz vários ganhos ao tornar desnecessário, em cada situação, o profissional realize etapa por etapa, “liberando energia para outras decisões inovadoras”. Luiza relata que com a experiência pode “pular algumas etapas”.

Eu tenho muita liberdade para agir, para atuar profissionalmente e gosto de fazer o meu melhor. Ah, olha só, eu tô falando do trabalho ideal, nem sempre a gente consegue, nem sempre isso é possível. Eu tenho prazo, mas sempre faço o meu melhor, às vezes tem que correr, mas eu já adquiri uma experiência que me faz (...) pular algumas etapas. (Luiza)

A linguagem profissional pode assumir o peso enfadonho da rotina, produzindo e reproduzindo os projetos institucionais ou, nesse mesmo cotidiano, assumir com leveza esse espaço repleto de possibilidades, rico de vida, pulsante de paixões e indignações – molas para o fazer profissional, transformando sua ação e

linguagem em um caminhar conjunto ao projeto ético-político profissional. Esse é o desafio que a nós, assistentes sociais, se coloca.

A linguagem profissional é, então, estabelecida nesses ambientes sócio-institucionais onde o trabalho do assistente social é efetivado. A atuação do Serviço Social se estabelece nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, mais especificamente nos ambientes institucionais e, nesse sentido, o assistente social tem como instrumento privilegiado a linguagem profissional. Mas, contraditoriamente, essa linguagem que deveria, por princípio ético, revelar o projeto profissional do Serviço Social, muitas vezes exacerba o projeto institucional, pois o assistente social, profissional assalariado, ao mesmo tempo em que intervém nas expressões da questão social, também é vítima dessa contradição.

(...) o exercício profissional cujo caminho e direcionamento pode ser o de assumir o objeto construído pela organização onde o assistente social atua como dele mesmo, como pode ser construído a partir das determinações decorrentes da correlação de forças entre conjuntura, contexto institucional, demandas do usuário, demandas organizacionais e o projeto ético-político construído pelos profissionais. (TORRES, 2006, p. 66)

Para aprofundar esta discussão cabem algumas considerações a respeito dos projetos societários, projetos institucionais e projetos profissionais.

3.2 - “esses projetos estão em disputa, tem discursos em disputa...” (Elisa)

Os **projetos societários** são um tipo de projeto coletivo, assim como os projetos profissionais, mas de abrangência ampla com propostas para o conjunto da sociedade.

Trata-se daqueles projetos que representam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos;

mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos. (NETTO, 1999, p. 93 – 94)

Na sociedade capitalista, os projetos societários, segundo o mesmo autor, são **projetos de classe**, assim como direcionam aspectos da vida cultural, étnica e de gênero. Por isso mesmo que nos “projetos societários (...) há, necessariamente, uma dimensão política, envolvendo relações de poder” (NETTO, 1999, p. 94). Essa dimensão política é característica de todos os projetos coletivos.

Reflexão também trazida pela assistente social Elisa, professora do Departamento de Serviço Social da UNITAU, ao narrar que os projetos coletivos, tanto os societários como os profissionais, estão em disputa.

Esses projetos estão em disputa (...) acho agora mais do que antes, a gente tem um discurso em disputa (...) hoje está em uma direção teórica (...) enfim, tem discursos em disputa (...) não pode ser pensado de uma forma hermética. (Elisa)

Netto (1999) indica que os elementos de natureza econômico-social e cultural explicam as dificuldades de o projeto vinculado à classe trabalhadora enfrentar os projetos vinculados à classe possuidora dos bens de produção e politicamente dominante.

Os **projetos institucionais** apresentam características dos projetos societários defendidos pelas classes aos quais pertencem os gestores ou dirigentes políticos de tais instituições. Quando os gestores ou os dirigentes políticos – mesmo eleitos democraticamente – compactuam de direções sociais conservadoras, as ações planejadas e executadas nesses espaços sócio-institucionais tendem a possuir características igualmente conservadoras de enquadramento, não considerando o movimento contraditório da realidade social. Isso muitas vezes não caminha na mesma direção dos projetos profissionais dos trabalhadores atuantes nesses espaços sócio-institucionais, ocasionando conflito com o projeto profissional.

Silvia, assistente social que trabalha na área da Assistência Social, reflete sobre essa relação da seguinte maneira:

A gente fazia entrevista domiciliar, mas olha só, na linha de comprovação de dados, triste pensar essas coisas, né?! Claro que tem muito da postura de cada um. Por exemplo, eu e minha dupla, quem ia comigo, nunca fomos imbuídas dessa concepção. O serviço era assim, ir e comprovar, mas a gente conversava, perguntava das outras pessoas da família, se as crianças estavam na escola. Como estava a família? Alguém mais estava desempregado? (Silvia)

Silvia explica que, se fosse imbuída somente das determinações objetivadas pela instituição com a qual tem vínculo empregatício, faria a visita domiciliar para comprovar dados; mas, compreendendo a totalidade do sujeito nas suas tramas complexas, a assistente social realiza entrevistas em seu ato profissional e faz prevalecer a direção social da profissão. Encontra aquilo que Iamamoto (2007, p. 99) chama de “brechas” para efetivar o trabalho profissional do Serviço Social.

Os **projetos profissionais** são construídos por um sujeito coletivo, no caso a própria categoria profissional, o que inclui não só os trabalhadores individuais, mas o conjunto das organizações representativas – no caso do Serviço Social, CFESS/CRESS, ABEPSS entre outras.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (...) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 1999, p. 95)

O projeto profissional revela o modo de ser e aparecer da profissão, são elementos flexíveis, em disputa, segundo o mesmo autor, respondem a alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, bem como, as transformações econômicas, históricas e culturais.

Elisa esclarece na sua narrativa que a profissão de Serviço Social tem um *etos*, o que caracteriza uma profissão.

Acho que essa profissão tem um etos, você reconhece uma profissão pelo seu próprio etos. Quais as nossas marcas? Marcas de luta, de questionamento? De reconhecer à contradição da própria sociedade. Enfim, temos um etos, uma forma de ser, isso tem que ficar muito presente pros alunos, pra que possam aderir [ao projeto ético-político profissional], construir e reconstruir, porque é movimento.

(Elisa)

Os projetos profissionais trazem em si, a partir de elementos constitutivos, analíticos e materiais, seu posicionamento frente aos projetos societários, por isso explicitam sua dimensão política. Por meio da linguagem profissional, entendida como produto das relações sociais, materialidade da consciência, revela-se também o projeto profissional defendido por uma determinada categoria.

Tendo como instrumento básico de trabalho a *linguagem*, as atividades desse trabalhador especializado encontram-se intimamente associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. (IAMAMOTO, 2007, p. 97, grifo do autor)

Muitas vezes as direções conservadoras ou reacionárias dos projetos – societários, institucionais ou profissionais – não são abertamente expostas. Ao buscar os fundamentos teóricos e filosóficos que sustentam a linguagem de cada projeto podemos observar as dimensões conservadoras ou críticas das ações profissionais.

Cabe salientar que o projeto profissional do Serviço Social, o qual constrói os vetores do fazer cotidiano do assistente social, se expressa por meio da Lei que Regulamenta a Profissão, o Código de Ética Profissional, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS; mas isso não é garantia de que todos os profissionais compactuem com tais direcionamentos.

No diálogo com a assistente social Elisa, ao narrar uma situação durante sua atividade profissional em um hospital privado, é possível identificar projetos profissionais diferenciados, assim como o de uma assistente social colega de

trabalho, que faz seus os objetivos da instituição que, sendo uma organização privada, objetiva o lucro.

Elisa:

*Mas é medicina de grupo, tem que ficar colocado. É um problema! Porque está operando o lucro e não a vida humana, é horrível! **E a luta é muito grande, porque o tempo todo eu tinha que ficar brigando pela vida das pessoas, os direitos, e isso vai gerando problema pra você também, um desgaste muito grande.** (...)*

Depois veio uma administradora que era também assistente social, aí as coisas começaram a complicar mais...

Rodrigo:

Nossa, veio uma assistente social e as coisas começaram a complicar mais...

Elisa:

*Uma mulher muito controladora, uma mulher de controle. Controlava cada moeda, entendeu? Tudo! Tudo! Tudo! E a vida humana começou a ficar muito fragilizada, o que valia era o lucro. Tudo era economizar, cortar gastos. Fui entrando de uma maneira muito intensa no embate com essa mulher, tive sérias complicações. Falei “bom, está ficando inviável esse lugar”. Teve uma situação limite, de ter nascido um bebê de seis meses, eu disse: “oh, precisa transferir o bebê, vou pedir uma ambulância pra transferir”, ela falou: “de jeito nenhum! Não vai transferir, ele vai morrer mesmo!” eu disse: “como assim, ele vai morrer mesmo! A gente não sabe! Ninguém sabe, ele tem o direito de viver e eu vou tentar! Se você não autorizar vai ser à revelia mesmo.” Depois de um fato deste não tem mais jeito. **Saí de lá,** trabalhei três anos no Policlín, aprendi muito coisa, nossa, Rô, aprendi demais, amadureci muito.*

Elisa explicita seu posicionamento, mesmo à revelia do projeto institucional e, em certa situação do cotidiano profissional, vê-se em um limite: o de assumir ações para manter o projeto institucional ou abrir mão do seu trabalho assalariado.

Muitas vezes, o cotidiano dos espaços sócio-institucionais obriga os assistentes sociais a tomarem decisões que necessitam de respostas imediatas e que, por determinações conjunturais, se expressam de forma contraditória às assumidas pela direção social da profissão. Mas, nos lembra Baptista (1995, p. 114, grifo do autor), que “(...) essa resposta, mesmo a mais *imediate* e *cotidiana*, contém em si uma referência à consciência: é sempre um ato no qual a *intencionalidade* precede”.

A linguagem profissional do Serviço Social, quando em consonância com o projeto ético-político, direciona-se a um projeto societário e profissional específico, onde a universalização dos direitos sociais, a garantia da liberdade, da equidade e da justiça social são pilares de sustentação.

O projeto profissional do Serviço Social vincula-se a um projeto societário que responde, entre outros elementos, aos elencados nos princípios fundamentais do código de ética profissional⁵⁹ (1993):

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; (...)
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
- Posicionamento em favor da equidade e da justiça social (...);
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; (...)

⁵⁹

Resolução do Conselho Federal de Serviço Social no. 273/93.

Silvia, assistente social entrevistada, explicita que cabe ao profissional estabelecer elementos para concretizar o projeto profissional do Serviço Social, na direção do projeto ético-político.

Ah, Rô, acho que ele [projeto ético-político] está no aqui e agora e a gente está construindo neste momento. Por exemplo, eu que trabalhei o BPC com idosos e pessoas com deficiência, é um benefício. O usuário pode solicitar o BPC. Preencheu todos os requisitos. O profissional preencheu as fichas de solicitação. [O usuário] foi embora para sua casa. Recebeu o salário mínimo, atendeu minimamente as necessidades de sobrevivência básica. E ficou por isso mesmo, é uma direção do trabalho. Agora, o usuário pode vir solicitar o BPC e o profissional dizer: “olha, isso aqui é um direito constitucional, e foi muito importante, em um determinado momento a sociedade parou pra discutir esse direito, e quem eram? Eram representantes dos idosos, dos deficientes e de algumas categorias profissionais.” É importante as pessoas saberem esse registro da história. “Isso que o senhor está recebendo, foi uma construção política.” Você pode contar, mas não só por contar! Quando você está contando está dizendo que é possível a sociedade se organizar para discutir algumas coisas. (Silvia)

A contribuição que busco no trabalho de tese de Torres (2006) é exatamente a das diferenças nestes princípios fundamentais entre as ações cotidianas do trabalho do assistente social, explicitadas pelo fazer profissional nas organizações sócio-institucionais, mas também expressa pela linguagem profissional, e os projetos institucionais onde o assistente social se insere como trabalhador assalariado.

Os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores assalariados que executam suas atividades em espaços sócio-institucionais, são contratados para planejar, elaborar e executar políticas sociais nesses espaços, onde muitas vezes os projetos institucionais são diametralmente diferentes dos projetos profissionais.

O assistente social é um profissional que executa programas e serviços na área sócio-assistencial, estes programas e serviços, na maioria das vezes, já chegam com as atividades estabelecidas cabendo ao assistente social sua execução. (TORRES, 2006, p. 111)

O trabalhador assistente social realiza suas atividades segundo as atribuições que o empregador/gestor idealizou do seu trabalho. Pois o profissional do Serviço Social encontra-se inserido no mundo do trabalho pela compra e venda da força de trabalho, ou seja, recebe um salário pelo trabalho realizado em troca de um produto por ele produzido.

Nessas condições, o assistente social realiza suas atribuições e de certa forma tem que remeter e corresponder aos interesses de quem mantém seu trabalho pois, a qualquer momento – à revelia do seu interesse – pode ser convidado a não mais trabalhar neste local. (TORRES, 2006, p. 112)

O profissional de Serviço Social é contratado por essas instituições e, muitas vezes, submete-se às suas regras, realizando as atividades atribuídas pelos gestores como suas únicas atribuições.

Isso significa que o assistente social coloca seus saberes a serviço da manutenção dessas mesmas organizações, operacionalizando seus objetivos e determinações colocando-os como seus objetivos profissionais (...) ao assumir os objetivos da organização como os da própria profissão, parcela dos assistentes sociais demonstram a dificuldade em reconhecer suas atribuições a partir dos instrumentos analíticos e interventivos presentes no exercício profissional. (TORRES, 2006, p. 108 – 109)

O que demonstra os inúmeros desafios e limites para que o assistente social supere os objetivos da instituição e realize seu fazer profissional, em consonância com as atribuições especificadas na Lei que Regulamenta a Profissão, o Código de Ética profissional e o próprio projeto ético-político profissional.

Cabe finalizar compreendendo aquilo que Pessoa traz em seus versos, “*quem me dera que minha vida fosse um carro de bois (...) eu não tinha que ter esperanças – tinha só que ter rodas*”. Que os desafios postos aos profissionais de Serviço Social não nos deixem paralisados, como carros de bois, mas nos faça compreender a esperança transformada em ação frente à realidade cotidiana, para que possamos construir estratégias de enfrentamento com respostas coesas e em consonância com a direção social da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*(...) pensar que a partir de uma intervenção, de uma intervenção correta, de uma análise da situação, você, a equipe conseguiu devolver vida para aquela pessoa! E fica que, se na nossa profissão você não for criativo, não trazer à tona as análises de conjuntura, **se você não ousar, que trabalho profissional é esse?** (Silvia)*

Nestas considerações finais apresento os aspectos que mais “saltaram aos olhos” durante a pesquisa. São apenas alguns elementos, pois os depoimentos das assistentes sociais entrevistadas me permitiriam abordar inúmeras questões; elejo algumas que considero mais instigantes e apresento em formato de tópicos para melhor aproximação das análises.

Denomino considerações finais pois não há conclusões da pesquisa. O que fica presente, após algum tempo de dedicação, são dúvidas, algumas esclarecidas, outras construídas a partir desta pesquisa.

Construir estas considerações finais é um trabalho bastante difícil, pois “*sinto-me nascido a cada momento, para a eterna novidade do mundo*”, nas palavras do poeta português Fernando Pessoa. Por isso, esse é a síntese de uma fase. E como tal, trago elementos já construídos em outros momentos.

Estas considerações finais são trabalhadas intercalando os depoimentos das assistentes sociais entrevistadas para a monografia e as coloco no debate com as profissionais entrevistadas para esta dissertação. Dessa maneira, considero o movimento que se iniciou com a conclusão da graduação em Serviço Social em 2004 e o relaciono com a caminhada na pós-graduação.

Cabe esclarecer, os sujeitos entrevistados para a monografia são 03 assistentes sociais que realizam suas atividades profissionais no atendimento social à população. São elas: **Silvia Martins**, assistente social do Departamento de Ação Social da Prefeitura Municipal de Taubaté (a entrevista foi realizada em 02 de junho de 2004); **Flávia Kisterman**, assistente social, mestre em Serviço Social pela PUC-SP, no momento da entrevista era doutoranda da mesma instituição e realizava suas atividades profissionais no Fórum da Comarca de Guaratinguetá (a entrevista foi realizada em 12 de agosto de 2004); **Fernanda Garcel**, assistente social da FUNDHAS – Fundação Hélio Augusto de Souza, na cidade de São José dos Campos (a entrevista foi realizada em 03 de junho de 2004), sendo que todas autorizaram o uso de seus depoimentos no trabalho acadêmico.

Apresento algumas considerações:

- A linguagem é materialidade da consciência, produto das relações sociais, relaciona-se com experiência e cultura. Experiência compreendida como expressão viva da história, repleta de significados, revela cultura como modo de vida de uma determinada realidade social.

“o homem faz sua historia. Somos produtos históricos de nossa sociedade e a linguagem também é produto social, a gente tem que entender a linguagem como produto social” (Flávia)

“Tem uma dimensão ontológica, vamos pensar na ontologia (...) o individuo vai se humanizando na medida em que se relaciona com o outro. A humanização não acontece na hora que ele nasce, nasce um ser biológico e vai se humanizando. Vai ganhando sentido novo (...) e como trabalho transforma alguma coisa (...) se faz sentido, ele se transforma internamente e externamente. Vai materializando nas suas relações com os usuários, com colegas” (Elisa)

- Ao narrar construímos enredos, revivemos momentos, de alguma maneira nos reconciliamos com o nosso próprio passado. A metodologia de História Oral me permitiu uma troca de subjetividades durante a entrevista, pois o pesquisador e o narrador constroem esse momento apresentam-se como sujeitos históricos.

“Por que Serviço Social, você já sabia? Não, eu não sabia nada, fui fazer por que eu gosto de ajudar as pessoas, é assim que a gente pensava, e também porque meus pais não queriam que eu saísse da cidade.” (Silvia Martins)

“Olha, não tenho uma resposta, mas o que a gente gostava muito de fazer quando era criança é aquilo que a gente vai fazer bem quando cresce [os dois riem muito]. Quando eu era pequena adorava, tinha uma curiosidade pela vida dos adultos, que era uma coisa, a minha brincadeira era saber a vida dos adultos.” (Luiza)

- A linguagem profissional inicia-se na formação, mas relaciona-se também com as experiências construídas mesmo antes da graduação, pois estas são reelaboradas segundo novas experiências. Podemos considerar a linguagem profissional no contexto do Serviço Social como profissão, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, sendo o assistente social um trabalhador assalariado.

“Minha mãe era professora e depois foi fazer História, o curso de História já abre um pouco e ela passava isso pra gente, depois ela fez Artes Industriais e depois Artes Plásticas... Eu fui crescendo e vendo o mundo com outros olhos. (...) Isso contribuiu para mim e para a família como um todo... Ela foi vendo a vida de outros olhos...”
(Flávia)

“Quando me formei já tinha passado em uma pós-graduação, no hospital universitário do Fundão, onde eu trabalhei. Fiz tipo uma especialização na área da saúde, correspondia a uma residência. Mas não foi até o final, houve entraves lá, coisas institucionais, nada a ver comigo. E continuei lá. Foi um tempo muito legal, mas como treinanda, com bolsa e tudo mais. (...) Estudei em tempo integral, a PUC naquele momento, naquela época, o primeiro mestrado em Serviço Social foi na PUC do Rio. E a PUC era um pólo interessantíssimo (...). Eu absorvia todo aquele ambiente cultural, e tal, participei da passeata da anistia, de todo aquele movimento da anistia.” (Luisa)

- Os Estágios, momentos privilegiados na formação profissional, foram elementos fundamentais trazidos pelos sujeitos. São construídos no decorrer da formação nos espaços sócio-institucionais, permitem uma aproximação ao trabalho profissional, são o *lócus* onde se elaboram os primeiros exercícios de uma linguagem profissional.

“Os estágios realmente foram muito precários, quer ver, eu fiz estágio no centro de atendimento ao migrante na Rodoviária de São José dos Campos. Ficava dando passagem, e ficava sozinha (...) era muito pobre aquilo (...) apesar de que aprendi um monte de coisa: a me relacionar com a migração, uma coisa que eu desconhecia, na minha história de vida não tinha passado nada disso; a escuta foi fabuloso, o exercício da escuta, Rodrigo, foi o mais interessante que eu fiz na minha vida de estágio, na CETREM – Central de Triagem, voltada pra questão da migração e tal.” (Elisa)

“Me passaram pra Habitação, fiquei um ano e meio, a gente fazia toda parte de reurbanização das favelas na região de Santo Amaro. Eram divididos em blocos, Santo Amaro era muito grande, já estava nessa época separado de Campo Limpo, mas Santo Amaro é muito grande, vai até Colônia, não sei se você conhece? Eram índios, era interiorzão. Divisa com a colônia indígena, ainda tem... Parecia um povoado (...) mas era São Paulo (...) Santo Amaro é muito grande. Aprendi muito, porque tinha muita gente comprometida, bons profissionais (...) tinham aqueles que você não se espelha muito (...) foi uma base bárbara pra mim.” (Sandra)

- A linguagem profissional revela a matriz teórico-metodológica utilizada pelo profissional; assim, expressa a direção social assumida pelo assistente social. Expressa o projeto ético-político profissional.

“Por exemplo, chamei o adolescente para atender porque o professor fez uma reclamação. Chamo o adolescente e peço para ele me contar, mesmo já sabendo o que foi que aconteceu. Peço para me contar porque é a versão dele, os argumentos dele, esse é o momento da escuta, o momento da reflexão, de levá-lo a pensar no que fez. De sentir no que vai afetá-lo hoje ou mais tarde, ele tem que encontrar a solução, lógico que a gente ajuda no caminho, mas ele tem que propor a mudança (...) Alguns chegam, ou são chamados, mas tem adolescentes que não chegam. Ficam na porta, passam de um lado para o outro, lançam um oi, mas não passa disso. A gente consegue identificar que tem mais coisa por trás da passada. Tem que ter uma sensibilidade.” (Fernanda)

“Não tem como você falar que trabalha com Serviço Social, sem dar conta dos direitos, sem respeitar o outro como sujeito, sem levar em conta sua vivência (...) então, nem trabalhe na área. Não é fácil trabalhar nessa direção, quando os outros acham que tudo o que não se resolve é do Social. Culturalmente tem o assistente social como aquele que veio resolver o seu problema, ser o bonzinho. Ainda se tem essa concepção (...) o usuário e a própria instituição que emprega, aqui tem muito, o médico não resolveu, está com algum problema, não consegue comprar o remédio, manda pra assistente social.” (Sandra)

- A linguagem profissional do Serviço Social, quando em consonância com o projeto ético-político, revela uma concepção de sujeito como construtor de sua história, produto das relações sociais e históricas. Já quando sua concepção de sujeito se assenta sobre outra matriz teórica, revela falas conservadoras e de enquadramento. O que revela haver projetos profissionais em disputa.

“Antiga sim, porque a gente [assistente social na época de sua formação] tinha que inserir, praticamente ensinar a pessoa até a cuidar da casa, a limpeza da casa e das crianças. Era passado na nossa aula. Hoje eu não sei como é que está. Tem que passar como se organizar... porque às vezes você entra e está a maior bagunça na casa (...) pobreza não tem que ser aquela sujeira que você encontra naquilo de lá.” (Silvia Martins)

“Acho que eu fui pro Serviço Social meio guiada, meio instintivamente (...) eu levo muito em consideração a história de vida. Sabe, a pessoa é a sua história, é isso: as oportunidades que teve.” (Sandra)

- A linguagem profissional se efetiva no cotidiano das instituições, onde o trabalho do assistente social acontece, instituições estatais, para-estatais ou privadas. O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e o seu profissional se caracteriza por vender a um empregador

sua força de trabalho especializada. O assistente social pode construir estratégias para garantir o projeto ético-político profissional ou assumir como seus os objetivos da instituição. Ao assumir o projeto institucional como seu, não o faz por condições alheias a suas determinações, mas por caracterizar-se como trabalhador assalariado.

O Serviço Social, seja na dimensão da categoria organizada CFESS/CRESS e ABEPSS ou no sujeito individual, constrói seu projeto ético-político profissional e elabora estratégias para sua efetividade no cotidiano dos espaços sócio-institucionais onde realiza seu trabalho. Essas instituições, ao contratar o trabalho do assistente social, normalmente já lhe prescrevem suas atribuições, as quais podem não compactuar com o projeto profissional do Serviço Social pois, como projetos coletivos, tanto os institucionais como os profissionais direcionam-se para um projeto maior de sociedade.

Esse é um dos limites postos no cotidiano e acredito que um dos mais complexos, o de como construir estratégias para efetivar o projeto profissional em um contexto de relação de trabalhador assalariado em que se encontra o assistente social.

“Estou no projeto INTEGRAÇÃO, atende adolescentes de 14 anos. É o primeiro projeto que eles passam na divisão adolescente da FUNDHAS. Ficam aqui seis meses, o contato é diário. Nas abordagens grupais a gente faz um trabalho com os adolescentes. Hoje atendemos 250 adolescentes e a proposta para o próximo semestre é de 340. O trabalho fica meio prejudicado, porque você não consegue atender todos.” (Fernanda)

“(...) infelizmente nós temos limites. Esperamos que de quatro em quatro anos entre alguém com outra visão que dê para o Serviço Social autonomia para sua situação.” (Silvia Martins) “Você acha que o Serviço Social está buscando essa autonomia?” (Rodrigo) “Por mais que tente não, infelizmente. Estou falando por mim, dependemos muito do emprego.” (Silvia Martins)

“Teve uma situação limite, de ter nascido um bebê de seis meses, eu disse: “ó, precisa transferir o bebê, vou pedir uma ambulância pra transferir”, ela falou: “de jeito nenhum! Não vai transferir, ele vai morrer mesmo!” eu disse: “como assim, ele vai morrer mesmo! A gente não sabe! Ninguém sabe, ele tem o direito de viver e eu vou tentar! Se você não autorizar vai ser a revelia mesmo.” Depois de um fato deste não tem mais jeito. Saí de lá. (Elisa)”

- A linguagem profissional se efetiva no cotidiano das instituições, mas utiliza uma cadeia de mediações pra se materializar. A linguagem profissional é mediada pelo laudo, parecer, da visita domiciliar, da entrevista, da avaliação e de outras formas criativas de intervenção.

“Vou dar um exemplo: a primeira coisa que eu coloco pro casal é: o porquê da entrevista? Acho que é um respeito. A finalidade é que eles façam uma boa escolha, daquilo que eles estão fazendo. Eu digo: 'não estou aqui como juiz', porque eles sabem que vai passar pelo aval da equipe. Mas eu faço desse espaço (...) um lugar pra se expressarem (...), pra eu ter a garantia que tiveram todas as informações, que estão informados, se estão conscientes depois desse processo de grupos, de reuniões. Um espaço pra tirar as dúvidas. É mais nesse sentido. Falo que tenho uma ficha social, antes, eu mostro todos os itens. Vou perguntar sobre sexualidade, qual o objetivo de perguntar isso? Eu explico o objetivo de perguntar cada coisa.”
(Sandra)

“Eu também sugiro às pessoas que dêem uma sugestão, visto que é (...) enfim, uma sugestão no meu laudo que vai subsidiar a decisão judicial. Coloco pra elas que é muito melhor participar dessa construção do parecer, e essa oportunidade é só no estudo social, ou esperem que a mão pesada da Lei decida o que elas têm que fazer. E se é possível, se há diálogo, eu faço uma entrevista conjunta com os sujeitos: com o pai, com a mãe, com o avô e tal (...) não é acareação nem nada, é pra ver se eles podem dialogar junto com um terceiro.” (Luiza)

- Discurso e linguagem são compreendidos na sua diferença. O discurso é a operacionalização da linguagem. A linguagem revela as matrizes teórico-metodológicas e as bases teórico-filosóficas construídas por meio das experiências e da cultura, assim se caracteriza como materialidade da consciência. O discurso é a forma como essa linguagem se expressa. Ou seja, o discurso se materializa na linguagem pela mediação da consciência. Nesse contexto, acredito que o discurso assenta o lugar operativo, enquanto a linguagem, o lugar matricial, pois a matriz é o projeto ético-político profissional e, operativo, pois se estabelece em cumprimento aos objetivos institucionais.

Esse é o desafio colocado a nós assistentes sociais, como estabelecer uma relação com o projeto ético-político profissional na operacionalização da linguagem profissional, ou seja, como construir estratégias para que o discurso tenha como base teórico-metodológica a direção social da profissão, nos espaços sócio-institucionais.

“Desenvolvi uma linguagem própria no tribunal, tendo que escrever (...) como eu tinha absorvido uma linguagem médica, na psiquiatria, eu via, com todo respeito, eles [assistentes social] usando termos do direito, citam leis (...) quem usa uma linguagem de uma disciplina, como o direito, está pensando como um jurista. E eu tô ali exatamente pra fornecer, articular, pra trazer ao campo do juízo aquilo que a lei não dá conta. Tenho que usar uma linguagem do Serviço Social para interpretar uma demanda que chegou à justiça e que os argumentos legais não deram conta.

Esta é a razão pela qual o juiz pede um estudo e um parecer.” (Luiza)

“O nosso discurso é (...) recheado (...) pelo código de ética, a legislação e o projeto ético-político. É o que enfeixa esse discurso. Expressa aquilo que está contido no código [de ética], na Lei que regulamenta a profissão, nas diretrizes curriculares, é uma forma de pensar o mundo, a sociedade e os indivíduos sociais. (...) Esse discurso vai se expressando na sua prática docente, no exercício profissional, não é um discurso fragmentado (...) é uma totalidade que você vai fortalecendo e vai

parecendo na prática, na pratica da vida (...) esse discurso só faz sentido se for assim.” (Elisa)

As diferenças entre discurso e linguagem são um dos pontos nodais que essa dissertação apresenta e permite um estudo mais profundo a fim de compreender melhor esse outro possível objeto de pesquisa que se constrói ao finalizar esta etapa de pesquisa sobre a temática.

Acredito que este momento é de síntese, mas também de abertura de novas indagações, a relação discurso e linguagem, suas inferências e diferenças deva ser melhor trabalhada em novos e profícuos estudos deste pesquisador, pois este tema me identifica e me convida a novas pesquisas.

O processo de mestrado possibilitou-me uma exploração maior da temática, a qual me constitui como sujeito, como homem, como pesquisador. Algumas lacunas me possibilitaram um aprofundamento nas discussões sobre linguagem, linguagem profissional, discurso, projeto ético-político, questões que já surgiram e novas que certamente surgirão no cotidiano.

Finalizo pensando, assim como Clarice Lispector: “enquanto tiver dúvidas, e não tiver respostas, continuarei escrevendo.”

BIBLIOGRAFIA:

ABEPSS. Diretrizes Curriculares. *Assistente Social: ética e direitos*. In Coletânea de Leis e Resoluções. 4ª ed. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região, 2004.

AMARANTE, Paulo. *O Homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

ANTUNES, R. Dimensões da Crise e Metamorfose do Mundo do Trabalho. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 50, Cortez, 1996.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

BAPTISTA, M. V. A Ação Profissional no Cotidiano, IN: MARTINELLI, M. L. et alii (orgs). *O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

BARBAGALLO, L. *Trajetórias Profissionais, História e Subjetividade: a produção de sentidos no Serviço Social*. 2005, 408f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Alteridade, Dialogismo, Heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. In: BRAIT, Beth. *Estudos Enunciativos no Brasil: história e perspectivas*. São Paulo: Pontes, Fapesp, 2001.

BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. *Assistente Social: ética e direitos*. In: Coletânea de Leis e Resoluções. 4ª ed. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região, 2004.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BEZERRA, H. G. E. P. Thompson e a Teoria na História. *Projeto História*: revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC de São Paulo, n. 12, p. 119 – 127, out. 1995.

BRISOLA, E. M. A. *Cultura Política e Conselho de Assistência Social*: o caso do Vale do Paraíba. 2003. 269 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. *Plantão Social*. 1996. 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999

_____. *Cultura e Democracia*: o discurso competente e outras falas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *Conformismo e Resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano*: artes do fazer. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COLOMBO, F. *Os Arquivos Imperfeitos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

COSTA, M. F. T. B. *Da “Ilusão de Servir” às “Tentações do Bem”*: religiosidade de profissão de Serviço Social. 2004. 140 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

COSTA, A. C. G. e VOLPI, M. *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Ruas*: histórico da questão do menor no Brasil. (mimeo) s.d.

FAES, I. A. *Homens de Açúcar: a experiência de cortadores de cana*. 2004. 129f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

FENELON, D. R. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo*, São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.

_____. E. P. Thompson: História e Política. *Projeto história: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo*, São Paulo, n. 12, p. 77-93, out. 1995.

FERNANDES, F (Org.). *Marx e Engels: história*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. n. 36. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989.

FERREIRA, J. P. *Armadilhas da Memória e outros ensaios*. São Paulo: Ateliê, 2004.

_____. *O Livro de São Cipriano: uma legenda das massas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

FREDERICO, C. *Marx e Lukács: a arte na perspectiva ontológica*. Natal/RN: UFRGN, 2005.

_____. Marxismo, In: WILLIANS, R. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo, Boitempo: 2007.

FUZIWARA, A. S. *Contribuição do Assistente Social para a justiça na área da infância e da juventude: laudo social e a aplicação da lei – encontros e desencontros*. 2006. 257f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. *Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais*. módulo IV cadernos CEAD, Brasília: CFESS, 2000.

_____. A Propósito da Instrumentalidade do Serviço Social. *Debates Sociais*. Rio de Janeiro, n. 63/64. CBCISS. 2004.

IAMAMOTO, M. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. e CARVALHO R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 16. ed. São Paulo, Cortez/Celats, 2004.

IANNI, O. *Dialética e Capitalismo*. 2 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1985.

KHOURY, Y. A. Muitas Memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 116 – 138.

KOMINSKY, E. V. A utilização do dado qualitativo e a subjetividade do pesquisador. In: KOMINSKY, E. V. (Org.) *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Quiroz*. Marília, São Paulo: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 77 – 88.

LANE, S. T. M. (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LISPECTOR, C. *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LÖWY, M. *Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Walter Benjamin: aviso de incêndio, uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LUCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES J. O movimento antimanicomial no Brasil. *Revista Virtual Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: ABRASCO, v.11, n. 03. 2006.

LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MARTINELLI, M. L. *Identidade e Alienação*. 10ª. Ed. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. *Revista Emancipação*. Ponta Grossa, Paraná, n. 01, ano 06, UEPG, 2006.

_____. *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

_____. et alii (orgs). *O Uno e o Multiplo nas Relações entre as Áreas do Saber*. São Paulo, Cortez, 1995.

MARTINS, J. S. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, K.; ENGELS F. *A Ideologia Alemã*. Trad. José Carlos Bruni. 3ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MARX, K. Manuscritos econômicos - filosóficos. In: *Os Pensadores*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. Fundamentos da Crítica da Teoria Política. In: FERNANDES, F (Org.). *Marx e Engels: história*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. n. 36. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. de S. (org.) *Pesquisa Social: Teoria método e criatividade*. 20 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 84, Cortez, 2005.

_____. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Temporalis*. Brasília, n. 03, ABEPSS, 2004.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais*. módulo I cadernos CEAD, Brasília: CFESS, 1999.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez. 1994.

PAULINO, S; ROGERIO, C. Unifesp, 70. Caderno Especial. *Revista Saúde Paulista*. Jul/dez, 2003.

PESSOA, F. *Poesia Completa de Alberto Caieiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. *Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais*. módulo IV cadernos CEAD, Brasília: CFESS, 2000.

PORTELLI, A. *República dos Sciusià: a Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco*. São Paulo: Salesiana, 2004.

_____. Memória e Diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 67-72.

_____. História Oral como gênero. *Projeto História*, São Paulo: EDUC, n. 22, p. 9 – 36, jun. 2001.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo: EDUC, n. 15, p. 13 – 50, abr. 1997a.

_____. Forma e Significado na História Oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. *Projeto História*, São Paulo: EDUC, n. 14, p. 7 – 24, fev. 1997b.

_____. O que faz a História Oral Diferente. *Projeto História*, São Paulo: EDUC, n. 14, p. 25 – 40, fev. 1997c.

_____. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, v. 1, n. 2, p. 59 – 72,, 1996.

PRADO, A. *O Coração Disparado*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

QUEIRÓS, M. I. P. *Variações sobre a técnica de gravação no registro da informação viva*. Textos CERU, 2 ed, São Paulo, 1985.

SPOSATI, A. de O. *A Menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, J. A.; DALMASO, A. S. W. *Agente Comunitário de Saúde: o ser, o saber, o fazer*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária: a árvore da liberdade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 2004.

_____. *A Formação da Classe Operária: a maldição de Adam*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.2, 2002.

_____. *A Formação da Classe Operária: a força dos trabalhadores*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

_____. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TORRES, M. M. *A Coruja e o Camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social*. 2006. 414 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

VALENTE, M. L. “*Psychiatric Social Work*”: da higiene mental à psicanálise. 86 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

VAZQUEZ, A. S. *Ética*. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VERDÈS-LEROUX, J. *Trabalhador Social: práticas, hábitos, etho e formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986.

YAZBEK, M. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O Serviço Social como Especialização do Trabalho Coletivo. *Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais*. módulo II cadernos CEAD, Brasília: CFESS, 2000a.

_____. Os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade. *Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais*. módulo II cadernos CEAD, Brasília: CFESS, 2000b.

_____. Voluntariado e Profissionalidade na Intervenção Social. In: *Intervenção Social: actas do seminário “info-exclusão, info-inclusão e novas tecnologias, desafios para as políticas sociais e para o Serviço Social*. Lisboa, 2002.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

_____. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Cultura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)